

cadernos do terceiro mundo

Enfrentar os
"Chicago boys"

Junho - 1981 - Esc. 60\$00 - MT 60,00 - PG 60\$00 - CV 60,00 - Kw 60,00 - Cr\$ 120,00 - Ano IV - nº 34

A OFENSIVA DOS BOERS



Os diamantes de Angola são mais brilhantes

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

Equipe em movimento

Quando a informação é a fonte de nosso trabalho temos que estar o mais próximo possível dela. Obedecendo a este princípio, cadernos do terceiro mundo vem movimentando-se com uma mobilidade cada vez maior para dar aos nossos leitores reportagens e análises sobre os principais acontecimentos mundiais, assim como informações mais detalhadas sobre as situações político-econômico-sociais dos países oprimidos pela política imperialista das grandes nações desenvolvidas.

Para a África Austral — tema da nossa principal matéria de capa desta edição — vôou Neiva Moreira, onde, durante duas semanas, percorreu Angola e Moçambique, ouvindo os principais líderes desses dois países e vendo de perto as agressões sul-africanas, cada dia mais frequentes pelo apoio de Reagan ao regime de Pretória.

Aliás, um de nossos correspondentes realizará um giro pela América Central. Etevaldo Hipólito, baseado em Moçambique, poderá nos dar muitas respostas sobre as técnicas norte-americanas de desestabilização e intimidação na região. Pablo Piacentini, editor associado, viajou para o Quênia para participar de um seminário de Comunicação Alternativa, da maior importância para a formação de uma nova ordem informativa mundial, da qual somos fervorosos defensores. Clóvis Sena, nosso representante em Brasília, retorna de um trabalho jornalístico nas Filipinas. Altair Campos, editor da versão de cadernos em Portugal, foi à Guiné-Bissau entrevistar o comandante Nino Vieira, atual líder do governo no país. Baptista da Silva, também da nossa equipe em Portugal, vive ainda hoje uma experiência jornalística das mais interessantes ao conviver com os grupos guerrilheiros saarauís nos territórios libertados do Saara. Ele vai preparar um dossiê especial sobre a luta de libertação no Saara que deverá ser publicado numa de nossas próximas edições. E, finalmente, Gerônimo Cardoso, da nossa base no México, retorna de uma viagem profissional ao Oriente Médio, centralizada em Bagdá.

Cabe registrar também aos nossos leitores a inclusão na nossa equipe de colaboradores do prestigioso professor Phil Harris, pesquisador escocês comprometido com uma Nova Ordem Informativa Internacional, que estreia nesta edição.

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro - Juan Somavia - Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança - Wilfred Burchett

● **Edições em português**

BRASIL
Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Altair Campos

Secretário de Redação
Nilton Caparelli

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60.086 - CEP 05.033

Arte
Maria Nakano

Tradução e Revisão
José Carlos Gondim
Cláudia Guimarães

Publicidade
Jesus Antunes

Documentação e Arquivo
Lídia Freitas

Composição
Ronaldo Fonseca

Distribuição
Homero Souza

editora terceiro mundo Ltda.
Rua da Lapa, 180
(sobreloja "A") Tel.: 242-1957
CEP 20.021 - Rio de Janeiro (RJ) -
Registro na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291 -
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32 -
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no INPI: Protocolo nº 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 - P. 209/73

Impressão
Capemi Editora e Gráfica Ltda.
Rua Peçanha da Silva, 360 (Eng. Novo)
Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 201-2596

ANGOLA - CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL e SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE

Editor
Altair L. Campos

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAF (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Circulação em 68 países

Alemanha Ocidental - Angola - Argélia - Argentina - Austrália - Áustria - Bangladesh
Belize - Bélgica - Bolívia - Brasil - Cabo Verde - Canadá - Checoslováquia - Chile
Colômbia - Costa Rica - Cuba - Dinamarca - El Salvador - Equador - Espanha - Estados
Unidos - Etiópia - Finlândia - França - Granada - Guiana - Guiné-Bissau - Honduras
Íemen Democrático - Índia - Indonésia - Irã - Iraque - Iugoslávia - Jamaica - Japão
Kuait - Líbano - México - Moçambique - Nicarágua - Nigéria - Panamá - Paraguai - Peru
Portugal - Porto Rico - Quênia - República Dominicana - Saara - São Tomé e Príncipe
Seychelles - Sri Lanka - Suécia - Suíça - Suriname - Santa Lúzia - Tailândia - Trindade-
Tobago - Uruguai - União Soviética - Venezuela - Vietnã - Zâmbia - Zimbábue.

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
João Escadinha

tricontinental editora Ltda.
Calçada do Combro, 10/19
telefone: 32 06 50 - Lisboa - 1200

Representações
Angola
Luis Henrique - Caixa Postal 3593 - Luanda

Moçambique
Etevaldo Hipólito
Rua da Kongwa, 153 - Maputo

● **Edições em espanhol**

Editor
Roberto Remo

MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE

Gerente Geral
Gerônimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
calle California, 98A - Coyoacán
México, 21 DF - telephone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

BOLÍVIA - CHILE - COLÔMBIA
EQUADOR - PERU - VENEZUELA

(Edição Andina)

Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru - Telephone. 724-712

● **Edições em inglês**

ESTADOS UNIDOS - CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 - México, DF.

*Publicações destinadas a in-
formações e análise das realida-
des, aspirações e lutas dos paí-
ses emergentes, e a consolidar
uma Nova Ordem Internacional.*

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livre-
ra UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda, B.
LIZE: Cathedral Book Center, Belize City, BOL-
VIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 2028,
La Paz. **BRASIL:** Fernando Chinaglia Distribuid-
ra S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro.
ro. **CANADÁ:** Third World Books and Crafts, 74
Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book
Room, 180 Bloo St. West, Toronto. **COLÔMBIA:**
Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-1,
Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo
Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. **CHILE:**
Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago.
EQUADOR: Ediciones sociales, Córdova 601,
Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones
Av. Colombia 248, of. 205. Quito Ed. Jaramil
Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258.
SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Prime-
ra Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote
Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UN-**
DOS: Guild News Agency, 1118 W. Armist-
Ave., Chicago, Illinois - New World Resour-
Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Li-
brería Las Américas, 152 East 23rd Street, New
York, N.Y. 10010 - Third World Books, 10
Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería de
Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 - Py-
pyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St.,
New York, N.Y. 10025 - Tom Mooney Book-
store, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA
94110 - Book Center, 518 Valencia St., San
Francisco, CA - Red and Black, 4736 Universi-
Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U.C.S.
Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇ-**
Centre des Pays de Langue Espagnole et Portug-
se, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ BRE-
NHA: Latin American Book Shop, 29 Islington
Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Depar-
tamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Co-
selho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenae-
Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HOND-**
RAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes"
Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa.
ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 5
60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Ro-
ma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Sp-
nola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Usca, Bi-
chi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expe-
dedores y Vocablos de Periódico, Humboldt 1
47, México 1, D.F. - Distribuidora Sayrols de Li-
brerías, S.A., Mier y Pesado No. 130, Méxi-
co, D.F. - Librerías México Cultural, Mier y
Pesado No. 128, México 12, D.F. - Metropolitan
de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 li-
brías en todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto
Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Mapu-
to. **NICARÁGUA:** Ignacio Briones Torres, Repa-
rtales de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Cas-
No. 80, Quinta Soledad, Managua, Nicaragua. **PA-**
NAMÁ: Librería Cultural Paramena, S.A., Ave.
paña 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runa-
ma, Camaná 878, Lima 1. **PORTUGAL:** Dijo-
ria, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. **PO-**
RTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Ma-
Esq. Ave. González, Río Piedras - Pensamien-
to Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, f.
Piedras, P.R. 00929. **REPÚBLICA DOMINIC-**
NA: Centro de Estudios de la Educación, Ju-
Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo - DESV-
NE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. **FED-**
ERACIÓN FEDERAL DA ALEMANHA: Gunt-
Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg.
TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação
Cultura Popular. **SUECIA:** Wennrgren-Willi-
AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publi-
caciones Españolas, S.A., Ave México Lechosa f.
Brion, Caracas.

Nesta Edição

4 Cartas

5 Editorial: Uma proposta para enfrentar o desafio do ultraliberalismo

Matéria de capa: A agressão dos boers

- 11 Por que os sul-africanos atacam?, *Neiva Moreira*
- 18 Um inquérito internacional contra a África do Sul
- 24 Desmantelada rede da CIA, *Etevaldo Hipólito*
- 26 Os agentes da CIA
- 29 A agressão racista se amplia
- 31 A discórdia entre os brancos, *Pablo Piacentini*
- 34 Os boers
- 35 A caminho da insurreição, entrevista com Joe Slovo

África

- 38 Guiné-Bissau: O rescaldo do 14 de Novembro, entrevista com Nino Vieira, *Altair Campos*
- 44 Uma nova orientação para o desenvolvimento

América Latina

- 50 Dominica: O instável governo da Sra. Charles, *Ben Brodie*
- 54 Guiana: As oscilações de Burnham, *Andrés Serbin*
- 58 Venezuela-Guiana: Uma disputa antiga

Norte-Sul

- 60 Uma luta decisiva para o Terceiro Mundo, *Ladislau Dowbor*
- 66 Comércio: O Norte fica com a parte do leão

Ásia

- 67 Tailândia: Um golpe a mais, *Lin M. Sul*
- 70 Campuchea: A impotência dos adversários, *Agustín Castaño*
- 73 Em busca de cooperação, *C. M. Menon*

Economia

- 74 Terceiro Mundo discute a crise

Mundo Árabe

- 76 Tunísia: Bourguiba abre as portas do regime, *Said Madani*

Comunicação

- 79 Uma agência regional de informação para a América Latina, *Phil Harris*

83 Panorama Tricontinental

Cultura

- 91 A pintura palestina



Bourguiba: abertura política



Guiné-Bissau: após o 14 de Novembro

Assunção, 9 de abril de 1981

Permito-me dirigir-me aos companheiros de **cadernos do terceiro mundo**, democrática e destacada revista que sabe comprometer-se com as injustiças de que são objeto nossos irmãos oprimidos; assim como, também, por seu intermédio, às organizações internacionais, aos organismos democráticos, aos partidos políticos democráticos e à opinião pública em geral, a fim de denunciar a aflitiva, deprimente e alarmante situação em que se encontram vários combatentes compatriotas, esmagados pela ditadura fascista do general Stroessner, velho tirano que há mais de um quarto de século vem enlutando lares, pisoteando a soberania e o orgulho do povo paraguaio, usurpando o país como base da ultradireita, depois do tzarismo e do nazismo.

Os companheiros que se acham em aflitiva situação e terrível estado, em escuros calabouços do despotismo stroenista são:

O camarada *Alfonso Silva Quintana*, alfaiate de profissão, detido no mês de janeiro de 1968, sem causas delituosas nem processo judicial algum, pelos esbirros do departamento de investigações, até o mês de abril de 1978; posto em liberdade e novamente detido a 8 de maio de 1978 e incurso na monstruosa lei 209/CN, "Defesa da paz pública e da liberdade das pessoas". Atualmente, acha-se recluso na penitenciária pública em situações não-regulares e a cargo do poder judicial.

A camarada *Saturnina Almada*, detida pelos lacaios da ditadura no mês de fevereiro de 1968, sem processo nem causa, até o mês de março de 1978, com base no artigo 209/CN; atualmente, acha-se reclusa na penitenciária pública do Bom Pastor e a cargo do poder judicial, também em estado de saúde não-favorável.

Napoleón Ortigoza, detido há 18 anos sem processo judicial algum; atualmente, acha-se no Batalhão de Segurança, com base no artigo 209/CN que estabelece o estado de sítio a cargo do poder executivo, e que se encontra em alarmante estado físico e psíquico.

Francisco Ramos Brítez, detido há dois anos e meio com base no artigo 79/CN, a cargo do poder executivo e recluso no Batalhão de Segurança.

O companheiro *Remigio Giménez*, detido há três anos com base no artigo 79/CN, atualmente a cargo do poder executivo e recluso no Batalhão de Segurança.

O companheiro *Eustacio Rodríguez*, detido desde maio de 1980, com base na lei 209/CN; acha-se atualmente a cargo do poder judicial, recluso na Penitenciária Nacional de Tocumbú.

Também se encontram na colônia penal de Tocumbú, as pessoas que "supostamente" assaltaram a empresa de ônibus Caaguazu, todos processados por delitos comuns, mas de fundo político; são eles: *Ramón Paiva*, *Eliodoro Giménez Carancio*, *Mariano Martínez*, *Vidal Martínez*, os irmãos *Centurión*, os irmãos *Flores* e os irmãos *Dure*. Também foi detida uma pessoa de sobrenome *Imbert*, como refém pelo desaparecimento de um primo seu, de sobrenome *Ruiz*.

Entre os desaparecidos, gostaria de ressaltar o vandálico fato de que foi objeto o camarada *Antonio Cardoso Maidana* que, logo depois de ter sido libertado em quase 20 anos de prisão, foi raptado em companhia de um líder, por *gangsters* do imperialismo fascista e com o consentimento da ditadura argentina, no mês de agosto de 1980, em Buenos Aires, sem que se saiba, até hoje, a sorte do Primeiro-Secretário do Comando Central do PCP e seu acompanhante.

O camarada *dr. Miguel Angel Soler*, *Derlis Villagra Acosta*, *Ruben González Acosta*, *Amílcar Oviedo*, os irmãos *Ramírez*, o engenheiro eletrônico *Macuello*, quatro irmãos *López* da localidade de Misiones, o companheiro *Arguello* da localidade de Pirayu, o alfaiate *Penayo*, o operário *Vera Báez*, o estudante *Goñi Martínez*, e muitos outros mais, foram sequestrados no ano de 1976, e até hoje não se tem nenhum informe oficial sobre a sorte e o paradeiro deles.

Saudações fraternas, e adiante com a luta, que venceremos!!

a.) Kiko

Uma proposta para enfrentar o desafio do ultraliberalismo

Nos últimos anos, têm surgido governos identificados com uma doutrina econômica que defende um liberalismo a qualquer preço, inspirado diretamente no liberalismo original e no seu maior teórico, o inglês Adam Smith. O principal centro de elaboração dessa doutrina é a Escola de Chicago, cujo inspirador é Milton Friedman, Prêmio Nobel de Economia.

Atualmente, a influência dessa escola é muito grande. Seus princípios foram adotados pelos governos do presidente norte-americano Ronald Reagan e da primeira-ministra britânica Margaret Thatcher. Mas o ultraliberalismo, que em vários graus influi em outros governos de nações capitalistas desenvolvidas, manifestou-se anteriormente no Terceiro Mundo. Os exemplos mais notórios são as ditaduras do Cone Sul da América, onde os *experts* que dirigem os assuntos econômicos são discípulos de Friedman (e, por isso, são chamados ironicamente de "Chicago Boys").

O raciocínio de Friedman é simples, ou até simples demais. Propõe o retorno ao *laissez-faire* e, como primeiro passo, recomenda a demolição das

instituições que moldaram um Estado do tipo assistencial, assim como a não-intervenção do governo no processo econômico, deixando-o exclusivamente nas mãos das empresas privadas.

A premissa dessa argumentação repousa sobre a suposição de que o mercado possui ótimas virtudes, as quais poderiam fazer marchar a economia da melhor maneira possível e, portanto, ele teria que ser deixado em plena liberdade, eliminando toda interferência externa, isto é, do Estado. Assim o mercado coordenará as ações egoístas — no sentido de que somente perseguem o próprio interesse — dos indivíduos, de maneira que todos os membros da sociedade sejam beneficiados.

Fator chave para o funcionamento desse modelo são os preços, que formando-se livremente na relação oferta-demanda, dariam as informações genuínas e necessárias a todos os agentes do processo econômico. Dentro dessa lógica, os preços não só permitiriam utilizar os fatores mais eficientes e de menor custo na atividade produtiva, como também cumpririam uma função social ao deter-

CARTAS

minarem a quantidade do produto que corresponde a cada um, ou seja, a distribuição de renda.

Quando, em vez de assistir de braços cruzados a admirável paisagem pintada por Friedman, o Estado se intromete — por exemplo, subsidiando um setor de recursos insuficientes ou atuando diretamente numa área que não lhe corresponderia —, injeta-se forte dose de inflação no mercado, denuncia o Prêmio Nobel. E afirma ser este o maior de todos os males, pois, segundo ele, a inflação distorce os preços reais e, portanto, impede aos agentes a obtenção de informações válidas.

Essa seria a causa da deformação desse processo econômico e aí estaria a explicação de todos os problemas e todas as crises que a economia capitalista moderna, particularmente desde que esta adotou os princípios de John Maynard Keynes.

Quanto aos remédios, afirma Friedman: "A cura da inflação é simples de se enunciar mas difícil de se levar à prática. Assim como o aumento excessivo da quantidade de moeda é a única e exclusiva causa importante da inflação, a redução da taxa de crescimento monetário é a única e exclusiva medicina para a inflação." Ele conclui a sua receita, afirmando que a inflação e a recessão devem ser combatidas por meio de remédios dolorosos, porém, inevitáveis. Em outras palavras, essa teoria em relação à política econômica concreta consiste em medidas draconianas.

As atribuições do Estado e o orçamento nacional são cortados drasticamente. Pode-se afirmar que os ultraliberais só dão ao governo um papel indiscutível no controle da segurança pública, da justiça, das obras públicas e da defesa.

Não é então casual que enquanto são reduzidos os fundos relativos à assistência social, tanto Reagan e Thatcher como as ditaduras do Cone Sul au-

mentaram — como única e significativa exceção — o orçamento das Forças Armadas. Esses governos não só tiram os subsídios aos desempregados como também omitem toda ação corretiva na fixação dos preços. Ao mesmo tempo, fomentam a expansão das empresas privadas em setores eminentemente sociais, como a saúde e a educação.

Como previamente foram rebaixados os fundos para os sistemas estatais de medicina, educação, créditos etc., toda a estrutura da assistência social perdeu tanto em quantidade como em qualidade. Esses serviços são destinados a uma população de menor receita, enquanto que as classes mais favorecidas podem usufruir deles através da iniciativa privada.

Não é o caso de rebater aqui os argumentos de Friedman. Conviria, no entanto, lembrar que a proposição de Smith foi formulada no auge do capitalismo, quando se podia afirmar teoricamente que o liberalismo puro poderia no futuro plasmar a igualdade de oportunidades e a redistribuição da renda.

Mas o desenvolvimento histórico do capitalismo não derivou em uma democratização da economia e sim no oposto. Assim temos — apesar da intervenção do Estado — uma extrema concentração empresarial que deu lugar a uma divisão monopólica e oligopólica por parte de umas poucas empresas que controlam a economia mundial.

A proposta de se voltar a introduzir o liberalismo primitivo nessa realidade implica uma consciente vontade de consagrar e de agravar a iniquidade do capitalismo contra a grande maioria da população em favor de um punhado de corporações transnacionais que, desembaraçadas de controles, além de aumentar seus benefícios, assumiriam um poder incontestável sobre o conjunto da sociedade.

Como uma antecipação do que chegaria a ser o mundo sob uma nova fase do capitalismo transnacional que o ultraliberalismo postula, vejamos o que sucedeu nos países onde foi adotado o receituário de Friedman.

Os casos da Argentina, Chile e Uruguai são conhecidos de sobra e foram periodicamente ilustrados nesta revista, demonstrando claros e custosos fracassos, pois assim como não foram alcançados os resultados prometidos, obrigou-se as classes trabalhadoras a pagarem o custo da experiência, sofrendo uma miséria maior, ao passo que se acentuava a concentração da riqueza.

A prova mais evidente desses fracassos encontra-se na própria natureza desses governos, que somente pela repressão e pela ostentação permanente da força militar conseguem manter-se de pé, apesar dos longos anos de exercício absoluto do poder e, portanto, possuindo todas as condições e todos os instrumentos possíveis para levar essa teoria à prática. Trata-se de uma teoria econômica que na prática desmente suas promessas. O que mais será necessário para que ela seja substituída?

Os resultados da experiência inglesa são catastróficos: aumento vertical do desemprego, que hoje atinge a 2,5 milhões de pessoas e que chegará a 3 milhões até o fim do ano, alcançando, de acordo com uma estimativa do Ministro do Tesouro, a 3,7 milhões em 1983. A produção da indústria manufatureira caiu em 15% em comparação com o ano anterior e continuam as perdas e as falências não somente nas fábricas ultrapassadas e pouco competitivas como também nas maiores empresas britânicas. Basta o exemplo da maior empresa do país, a *British Leyland*, que anunciou perdas de 500 milhões de libras (1.100 milhões de dólares).

A aplicação violenta da receita monetária conseguiu inicialmente um descenso da taxa de inflação. Mas, desde o ano passado, registrou-se uma leve tendência inversa e hoje a inflação se situa entre 12% e 13%, o que questiona a eficácia do monetarismo naquilo que este considera o problema principal.

Dois anos foram suficientes para que unanimemente se julgue de forma negativa o governo Thatcher. E, dentro do país, poucos são os que acreditam que num futuro próximo as tendências atuais possam ser corrigidas. Mas o mais interessante é o reflexo político dessa orientação econômica.

O governo conservador, que já ganhou até a oposição da grande indústria depois do seu expressivo triunfo eleitoral, perdeu terreno velozmente. As sondagens de opinião pública indicam que hoje ele está em minoria e que perderia as eleições se elas fossem realizadas neste momento. Essa perspectiva atemoriza importantes setores do Partido Conservador — alguns deputados se abstiveram ou votaram já várias vezes contra seu próprio governo — e aumenta o clamor por uma retificação do rumo monetarista.

Surge aqui a diferença substancial entre os casos do Terceiro Mundo, regidos pelo autoritarismo militar, e os casos do Primeiro Mundo, onde o quadro institucional é a democracia liberal. Em países como a Argentina, Chile e Uruguai, a oposição social, ainda que majoritária, não basta para determinar o fim do ultraliberalismo, enquanto que no Ocidente desenvolvido — como seria o caso da Grã-Bretanha — a perda da maioria eleitoral implica a queda do governo e de seu programa monetarista.

Desde que, em janeiro deste ano, Ronald Reagan assumiu a presidência dos Estados Unidos,

vem-se seguindo o mesmo modelo e já surgem dados que demonstram certa semelhança com o que aconteceu na Grã-Bretanha. Nas primeiras dez semanas deste ano, as falências de empresas aumentaram em 63% em relação às que se registraram em igual período de 80. As sondagens de opinião pública efetuadas após dois meses de governo indicaram que Reagan tinha o menor grau de popularidade entre todos os presidentes dos últimos 20 anos, em igual período de tempo. Estava abaixo de Carter, que ganhou por escassa margem, apesar de Reagan ter triunfado com mais folga. (Pouco depois do atentado a sua popularidade subiria, fato que não invalida a tendência assinalada.)

Sem dúvida, em razão do pequeno tempo de exercício do poder, seria perigoso prognosticar agora que o governo de Reagan caminha para um fracasso inexorável a curto prazo, no que se refere aos objetivos econômicos a que se propõe. Se em algum país existem condições particulares para se tentar a tese de Friedman, esse país é a superpotência norte-americana. Vejamos por quê:

— Os Estados Unidos são a sede das maiores e mais numerosas empresas transnacionais, as únicas que ganhariam com a expansão da fórmula ultraliberal.

— As empresas norte-americanas empregam uma tecnologia avançada e, portanto, apresentam uma diferença apreciável em relação ao superado parque industrial da Grã-Bretanha.

— A redução de impostos neste mercado, onde se encontram os maiores capitais do planeta e para onde continuam correndo enormes quantidades de dinheiro atraídas por altas taxas de juros, pode derivar na mobilização de grandes investimentos através das empresas norte-americanas. Deveria, portanto, ser tomada em consideração a eventualidade

de que aqueles fatores façam a economia norte-americana funcionar ali, durante algum tempo, com um maior dinamismo, dando impressão de sucesso. Não se trata de lançar prognósticos sobre um êxito ou um fracasso, e sim de reconhecer que estamos num momento crucial: assim como um fracasso nos EUA pode ocasionar um descrédito universal à doutrina de Friedman, bastaria um êxito passageiro para alterar profundamente a relação de forças em escala internacional. E seriam estas algumas das consequências:

— Os EUA reafirmariam sua liderança econômica na área ocidental e diversos países capitalistas avançados seguiriam — por bem ou por mal — o modelo implantado por Washington.

— O crescimento econômico dos EUA tomaria um novo impulso, que não poderia ser seguido no mesmo ritmo pelas nações da Europa Ocidental e o Japão. A diferença entre a economia dos EUA e a dos países europeus e Japão seria, portanto, maior. Os fatores enunciados acentuariam, a favor da América do Norte, o atual desequilíbrio dentro do Ocidente. Isso levaria a uma renegociação das relações de poder dentro da área ocidental, a que o *establishment* de Washington aspira para restabelecer uma hegemonia que vinha se deteriorando nos últimos anos. Para os anseios independentistas dos europeus, que estariam mais uma vez a rebater que dos EUA, seria esse o mais duro revés.

— Com maior nitidez ainda, o modelo ultraliberal se alastraria no Terceiro Mundo e aqui os efeitos seriam de uma gravidade superior. Já que no Terceiro Mundo o ultraliberalismo não pode sustentar-se eleitoralmente, seria utilizada a via militar para implantá-lo. O previsível então seria a multiplicação desses regimes em que se fundem as transnacionais com as cúpulas militares e equipes tecnocratas adeptos da Escola de Chicago, ao esti-

da Argentina, Chile e Uruguai, e que constituem a forma atual de fascismo nas nações dependentes. Tãmanha é a magnitude do padecimento social, das violações dos direitos humanos e da negação das liberdades políticas e cívicas, que a mera perspectiva de que seu campo de ação se estenda, ainda que transitoriamente, deveria motivar a concentração de esforços para frear essa possibilidade. As circunstâncias se prestam, de modo excepcional, para uma ação de tal natureza.

Essa política econômica não estabelece um antagonismo convencional entre possuidores de bens de capital e os assalariados, uma vez que assim como massacra o mundo dos trabalhadores, ela golpeia importantes núcleos econômicos nacionais, colocando na oposição interesses de considerável peso interno. Já se viu em países como a Argentina que nem a resistência social nem a simultânea oposição dos industriais pôde durante sete anos de ditadura modificar (apesar de ter debilitado parcialmente) esse esquema contraditório do liberalismo econômico e autoritarismo militar caracterizado pela violência repressiva.

Mas essas batalhas aconteceram em países periféricos e dependentes em relação aos centros de poder internacional, isto é, foram lutas com armas desiguais. Agora, se comprovam combates semelhantes nos centros de capitalismo avançado, nos EUA e Grã-Bretanha, enquanto cresce a voz de alerta no resto dos países desenvolvidos. E como é notório, as forças progressistas e trabalhadoras, em suas mais distintas expressões, coincidem de fato, desde o Primeiro até o Terceiro Mundo, numa atuação combativa contra o ultraliberalismo.

Mas a caracterização dessa doutrina não deveria confinar-se ao plano da análise e da pesquisa sobre seus efeitos. Estes já são bastantes conhecidos e os trabalhos dos analistas devêriam servir para reunir

e sistematizar toda informação disponível, identificar os traços comuns, projetá-los em termos sócio-econômicos e, enfim, preparar a base teórica e de argumentos para demonstrar a falácia da tese ultraliberal e o efeito nocivo dos seus frutos.

Porém, ao mesmo tempo, deveria ser constituído um comitê de ação, um núcleo em cujo seio participem figuras que simbolizem toda a amplitude potencial do antagonismo gerado por essa política econômica, e que seja integrado progressivamente até alcançar a necessária representatividade. Esse comitê teria a seu cargo a concentração de esforços no campo internacional, desde um programa de difusão sobre os alcances da doutrina ultraliberal até proposições sobre encontros e ações comuns. Trata-se de uma tarefa ambiciosa, mas imprescindível.

É por isso que propomos a partir destas páginas — comprometidas com os povos do Terceiro Mundo, que são os mais prejudicados pelo ultraliberalismo — a convocação de um comitê que assuma essa missão. É óbvio que um trabalho nesse sentido não implica nenhuma contradição com as ações específicas de grupos tão diferentes em procedência geográfica, social e ideológica. Supõe-se, ao contrário, reconhecer que além dessas particularidades existem elementos comuns que devem ser colocados em relevo urgentemente em áreas de operações coincidentes.

As lutas contra o nazi-fascismo, antes e durante a Segunda Guerra Mundial, propiciaram a conjugação de forças muito diferentes que, sem dúvida, conservaram intactas suas personalidades. Se não tivesse havido uma aliança tão ampla, outro poderia ter sido o curso da História contemporânea. Apesar das diferenças, é necessário hoje uma concentração semelhante de forças: é a nossa sugestão para o que consideramos o mais grave desafio desta hora. □

A OFENSIVA DOS BOERS

Com essa manchete e as matérias de capa desta edição, cadernos do terceiro mundo procura contribuir para criar uma consciência mundial a respeito da política agressiva do regime sul-africano contra os países vizinhos, inspirada pelo neocolonialismo econômico e o apartheid. Uma apresentação global da conjuntura na África Austral nos é apresentada através dos trabalhos do nosso diretor Neiva Moreira, do editor-associado Pablo Piacentini e dos nossos correspondentes na região.

Ainda que atuando sob múltiplos disfarces, voltam os movimentos tendentes a articular a Otas (Organização do Tratado do Atlântico Sul), da qual não se falava há muito tempo com tanta insistência. Nessa eventual aliança participariam governos latino-americanos e o regime de Pretória, alinhados no combate ao avanço popular. A matéria de capa deste número traz valiosos elementos para o leitor fazer sua própria avaliação do que está em jogo no sul do continente africano.



Desenho Willy

Poucos meses depois de minha última viagem à África Austral, encontro-me em novo Angola e Moçambique envolvidos em um clima de confrontação e guerra. Se é verdade que, no caso de Angola, nunca existiram dias ou semanas de paz real, sempre perturbada pelas agressões sul-africanas, não era assim em Moçambique, depois que o regime branco do Zimbábue foi, com o apoio moçambicano, política e militarmente derrotado.

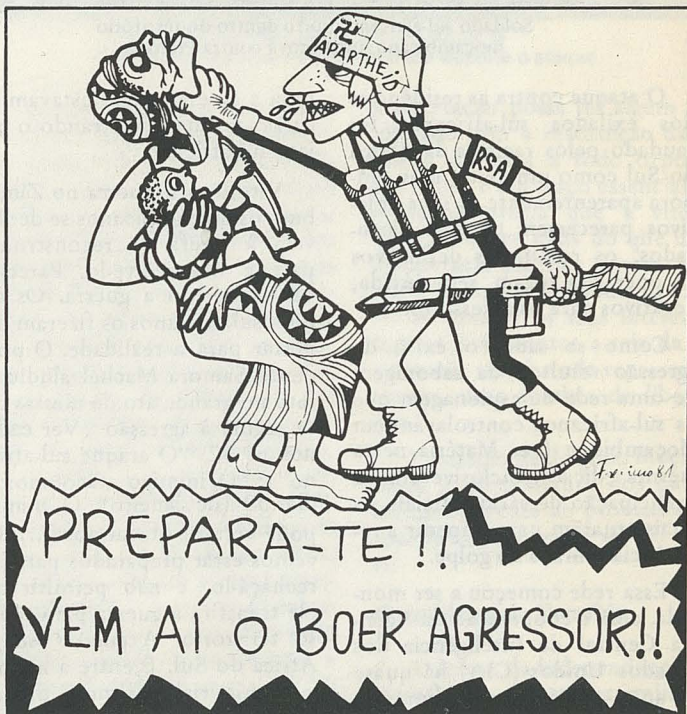
Mas nesses últimos meses, os atos isolados de agressão se converteram em uma guerra metódica que procura vencer pelo desgaste as resistências dos dois Estados revolucionários. "Os racistas de Pretória fracassaram em vencer-nos através de uma guerra relâmpago, como a que foi desencadeada antes e logo depois da independência em 1975. Agora, fazem uma guerra de desgaste, que, como a primeira, também fracassará", disse-nos o Secretário do Comitê Central do MPLA-Partido do Trabalho para as relações internacionais, Afonso van Dúnen (M'Binda).

No relatório apresentado ao primeiro Congresso Extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho, o presidente José Eduardo dos Santos revelou a extensão dos atos de guerra dos sul-africanos contra Angola (ver Quadro) é notório que o horizonte das ações bélicas se amplia cada vez mais no território angolano. Operações militares se realizaram cerca de 300 quilômetros da fronteira de Angola com a Namíbia ocupada e o volume de tropas que participam desses ataques é cada vez maior, com o emprego de um armamento sempre mais pesado e sofisticado.

Por que os sul-africanos atacam?

Mais do que a mera discriminação racial, o apartheid é um instrumento de dominação neocolonialista

Neiva Moreira



Os ataques contra Moçambique

Em Moçambique, os racistas desencadearam dois ataques a curto prazo. O primeiro, com uma unidade de comandos atravessando a fronteira e atacando residências de patriotas da África do Sul refugiados na Matola, um subúrbio de Maputo, a cerca de 15 quilômetros do centro da ca-

pital. Poucos dias depois, uma unidade de choque sul-africana atacou algumas localidades moçambicanas, em torno da área turística de Ponta do Ouro. Mas aí, ao contrário da Matola, o ataque foi repellido por unidades do exército nacional e os agressores perderam não apenas homens, mas um considerável material de guerra.



Soldado sul-africano morto dentro do território moçambicano: uma prova contra Pretória

O ataque contra as residências dos exilados sul-africanos foi saudado pelos racistas da África do Sul como um êxito, mas, embora aparentemente os seus objetivos parecessem ter sido alcançados, os resultados definitivos da operação foram, sem dúvida, negativos para os agressores.

Como se sabe, o êxito da agressão resultou da sabotagem de uma rede de espionagem que os sul-africanos controlavam em Moçambique (ver Matéria nesta mesma edição), inclusive com a participação de vários oficiais, os quais atuaram para impedir a resistência armada ao golpe.

Essa rede começou a ser montada, com a cooperação da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) há quase 20 anos — 1962 — nos albores da vitoriosa guerra pela independência. É possível que algum agente metido no aparelho do Estado tenha sobrado, mas suas principais figuras, seus instrumentos de ação, seus códigos foram presos, desbaratados ou conhecidos. Não será fácil, agora, estabelecer e pôr a funcionar uma rede de espionagem dessa importância. Por outro lado, os líderes do ANC, para cuja captura foi mon-

tada a agressão, não estavam nas casas atacadas, frustrando o projeto sul-africano.

Vitoriosa a guerra no Zimbábue, os moçambicanos se dedicavam à tarefa de reconstruir o país e desenvolvê-lo. Pareciam ter esquecido a guerra. Os ataques sul-africanos os fizeram despertar para a realidade. O presidente Samora Machel aludiu ao fato no grande ato de massas que se seguiu à agressão (Ver **cader-nos** nº 32, “O ataque sul-africano”): “O inimigo atacou-nos no dia 30 (de janeiro). O inimigo pode voltar a atacar-nos (...). Devemos estar preparados para (...) rechacá-lo, e não permitir que ele transfira a guerra para o nosso território. A guerra está na África do Sul. É entre a maioria e a minoria”, afirmou Samora Machel.

“Que venham”

O estado de mobilização em Angola e Moçambique e o de alerta nos demais países da Linha da Frente — Zimbábue, Botswana, Zâmbia, Tanzânia — tornam muito mais difícil a ação dos agressores. O documento do Birô político do MPLA, emitido

às vésperas do Primeiro de Maio, é uma proclamação da mobilização geral (ver Quadro) e o espírito dos angolanos e dos moçambicanos foi claramente expresso nas grandes manifestações do Dia do Trabalhador, realizadas nos dois países.

A decisão de enfrentar o inimigo se traduzia não apenas em slogans patrióticos e revolucionários (“Que venham, daqui sairão vivos”), no apoio militante aos movimentos de libertação da África do Sul (ANC) e da Namíbia (Swapo) mas no canção popular, cujas estrofas improvisadas são cantadas com entusiasmo por enormes multidões. Em geral essas canções têm como bilhos mobilizadores — “Boer, escuta, o povo está na luta” — que eram cantadas acompanhadas de um movimento peculiar nas lutas pela independência: sempre que falamos *boers* — pronunciamos “res” — golpeavam o solo com o pé, como se estivessem sepultando o racismo e os seus proponentes.

Aliás a palavra *boers* (ou *boeres*) tão em voga no começo do século (ver Quadro) retomada com atualidade à África Austral nos conturbados dias de hoje.

No âmbito militar, essa mobilização está produzindo resultados positivos. Os sul-africanos foram rechacados da Ponta Ouro pelos combatentes moçambicanos e um acontecimento fundamental na resistência em Angola é ter entrado em campo um exército moderno, bem equipado, dominando o manejo de armas altamente sofisticadas, alcançando êxitos estimulantes na luta contra os *boers*.

Se é verdade que Pretória alcança um êxito parcial na guerra de desgaste — moçambicanos e angolanos têm de dedicar recursos tão necessários à luta pela independência econômica.

nica — não resta dúvida de que está perdendo no essencial: não conta mais com o fator surpresa, provoca, com suas agressões, a mobilização de povos habituados ao sacrifício, à luta e à guerra.

Por que a África do Sul ataca?

A versão oficial do governo sul-africano justificando suas agressões é uma mescla de cinismo e farsa: ataca "bases guerrilheiras" do movimentos de libertação da África do Sul (*African National Congress, ANC*) e do *South West African People's Organization, Swapo*, da Namíbia, instaladas em Moçambique e Angola. A verdade, no entanto, é outra.

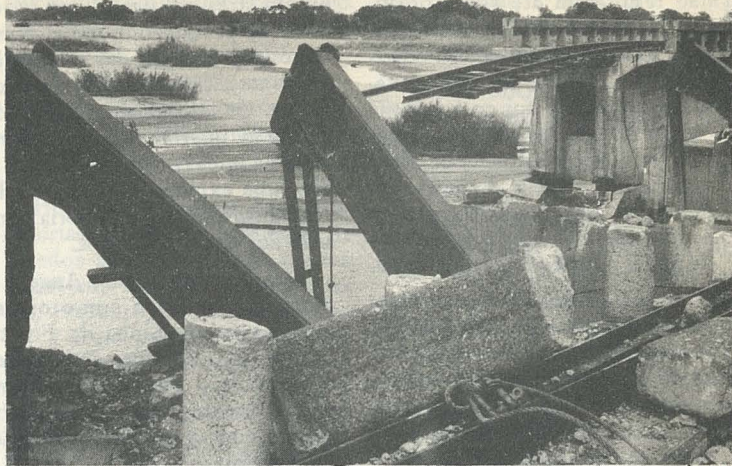
O fundo do problema é o domínio econômico de natureza imperialista sobre os países africanos, que é a meta principal do governo de Pretória.

O *apartheid* está longe de ser uma doutrina basicamente racial. Funciona como um instrumento de exploração econômica do capitalismo branco contra os trabalhadores negros.

"Fundamentalmente, o *apartheid* é um sistema concebido para conseguir a mão-de-obra barata e controlada da população de cor. Serve tanto à classe capitalista dominante na África do Sul — que se beneficia diretamente da intensificação da exploração, tornada possível pela mão-de-obra negra, barata e controlada — como ainda a determinadas classes privilegiadas da sociedade branca em si, que não são capitalistas mas que constituíram com estes uma aliança de apoio ao exercício do monopólio do poder branco."*

* Do ensaio "África do Sul: conhecer o inimigo para melhor o combater", de autoria de pesquisadores do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Modlane, de Maputo, cujo diretor é Aquino de Bragança, escritor, jornalista, militante na causa dos povos do Terceiro Mundo, membro do Conselho Editorial de nossa revista.

No. 34 — junho — 1981



O exército racista tentou cortar as comunicações com a Ponta do Ouro durante o ataque

Um estudo do prof. Jan Sadie, do Departamento de Economia da Universidade de Stellenbosch, oferece uma idéia gráfica dessa exploração. A população branca, que é pouco menos de 20% dos habitantes do país, se apropria de 76,5% do Produto Interno Bruto. O governo de Pretória usa, como propaganda, estatísticas enganosas, quando compara o progresso da África do Sul com o dos demais países africanos. Os ricos aí são os brancos. Os negros, a maioria do país, têm um rendimento que é o 13º no contexto africano: 135 rands (um rand = 1,15 dólar EUA) per cápita, inferior a outros países africanos, como por exemplo a Zâmbia, que é de 231 rands. Nos *homelands*, os bantustões, a média per cápita é apenas de 72 rands.

A segregação racial é um instrumento dessa dominação econômica. A ligação racismo-exploração é uma tese fundamental do movimento de libertação sul-africano. Em um estudo sobre estratégia e tática, o ANC assim define esse binômio indissolúvel: "No nosso país, mais do que em qualquer outro do mundo oprimido, é inconcebível que

a libertação possa ter algum significado sem a restituição da riqueza da terra a todo o povo. Portanto, é um traço essencial da nossa estratégia que a vitória deve abranger mais do que uma democracia política formal. Permitir às forças econômicas existentes manter os seus interesses intatos é alimentar a raiz da supremacia racial e não representa, sequer, uma sombra de libertação."

A posição de Angola, Moçambique e do conjunto dos países africanos frente ao problema do *apartheid* não podia ser diferente.

O problema da Namíbia

A defesa da independência da Namíbia e a autodeterminação do seu povo é uma questão de princípios para Angola como o é para toda a África. A comunidade internacional, representada nas Nações Unidas, não apenas reconhece aos namibianos esse direito como atribui à Swapo a legítima representação do povo do país. A resolução 435 da ONU consagra essa orientação.

Se os esforços realizados a nível das Nações Unidas em favor

de uma solução justa e pacífica não resultaram até agora positivos é porque a África do Sul e os seus aliados ocidentais não o permitiram. Quando, em 1979, o tema da Namíbia foi colocado na ordem do dia das Nações Unidas e o seu Secretário-Geral, Kurt Waldheim, visitou Luanda em busca de um consenso para o problema, tinha-se a impressão de que a solução estava próxima.

A proposta do presidente Agostinho Neto para o estabelecimento de uma faixa desmilitarizada de 50 quilômetros entre a Namíbia e Angola foi recebida internacionalmente como uma prova dos bons propósitos do governo de Luanda em favor de uma verdadeira solução de paz para a região.

Nos grandes interesses sul-africanos e ocidentais na Namí-

bia, sobretudo na produção de urânio (três mil das 30 mil toneladas da produção mundial desse minério procedem das minas namibianas), está o centro do problema. Os sul-africanos e seus sócios não querem perder o controle da imensa riqueza da Namíbia, hoje explorada por cerca de 15 transnacionais, a maioria com sede nos Estados Unidos.

Mas não são apenas Angola e Moçambique assim como os demais países da Linha da Frente — Botsuana, Zâmbia, Zimbábue, e Tanzânia — que se mantêm invariavelmente fiéis aos compromissos com a luta de libertação da Namíbia.

Recentemente, o Sub-secretário para assuntos africanos do Departamento de Estado, esteve dando um giro pela África e ouviu de muitos dos seus líderes

opiniões francas e abertas de gajamento dos seus países pela luta pela independência da Namíbia. Uma dessas opiniões foi do governo da Nigéria, que ofereceu novos recursos ao fundo de Swapo, criado na reunião dos chanceleres dos Países Não-Alinhados de Argel, em abril passado. O seu Chanceler fez ações frontais ao governo de Argel, classificando a atual política de Washington para a África Austral como a "reviravolta cínica que registram os anais da diplomacia internacional".

A aliança do Atlântico Sul

A posição da Nigéria, com o Brasil, é importante no problema, pois seriam as chaves na projetada Aliança do Atlântico Sul, que os Estados Unidos querem forçar, com

O alto preço da agressão



José Eduardo dos Santos

□ No relatório do Comitê Central do MPLD Partido do Trabalho apresentado pelo presidente José Eduardo dos Santos ao Primeiro Congresso Extraordinário (17 a 23 de dezembro de 1980) foi incluído o seguinte balanço sobre os resultados das agressões sul-africanas a Angola:

"A situação político-militar no teatro de operações foi caracterizada, no triênio 1978/80, pela agressividade permanente da racista África do Sul através de ações belicistas desenvolvidas a partir do território ilegalmente ocupado da Namíbia contra as populações indefesas e objetivos sócio-econômicos do centro-sul do país, assim como por ações de banditismo levadas a cabo pelos facções da Unita, da UPA/FNLA e Flec, armadas e mantidas pelo imperialismo internacional.

"Os atos de agressão por parte dos racistas sul-africanos contra a República Popular de Angola afetaram durante o triênio vastas áreas do centro e sul do país, com cerca de 2,5 milhões de habitantes e tradicionalmente ricas em gado e na agricultura, causando um prejuízo global aproximado da ordem dos 7 bilhões de dólares.

"Para se fazer uma idéia das agressões racistas refere-se que nestes três anos foram realizados não menos de 1.400 vôos de reconhecimento, 290 bombardeamentos e metralhamentos aéreos

poio da Argentina, do Uruguai obviamente da África do Sul.

No caso do Brasil, meios de informação de Washington anunciaram, recentemente, que a sua resistência à participação nessa aliança havia sido quebrada. Em Brasília, se considerou essa notícia como "sem fundamento e indolosa", ao passo que o representante brasileiro na ONU, embaixador Sérgio Correia da Costa, classificou os rumores de "maliciosos e incorretos".

Sobre a aliança do Atlântico Sul, a posição da Nigéria é muito firme. Na Comissão Especial da ONU contra o *apartheid*, o seu presidente é o diplomata nigeriano Akporode Clark que, ouvido sobre o tema, assim se manifestou: "Uma aliança militar com a África do Sul seria não só uma

flagrante violação ao embargo de armas obrigatório decretado pelo Conselho de Segurança contra aquele país, como é também um ato hostil aos povos oprimidos da África Austral e contra todos os Estados independentes da África."

Hoje, pode-se dizer sem falsas euforias, que há unidade entre os Estados africanos na luta contra o governo racista da África do Sul. Portanto, é possível relacionar a atual política agressiva de Pretória com o fracasso da estratégia sul-africana em relação à África. A partir de 1979, o Partido Nacional, no poder, passou a aplicar um plano de ação ao qual chamou de "Estratégia Global" e que compreendia um certo abrandamento do *apartheid*, naqueles aspectos secundários, de modo a enfraquecer a resistência negra

e, externamente, iniciativas capazes de atrair à sua órbita os 11 Estados independentes africanos até a linha do Equador.

Uma iniciativa anterior, na década de 60, o projeto da Comunidade Econômica para a África Austral, nucleada em torno da África do Sul e da então Rodésia, governada pelos brancos, fracassou, do mesmo modo que fracassariam as iniciativas do governo de Pieter Botha, tentando formar uma utópica "constelação sul-africana", em torno e controlada por Pretória, que funcionaria entre a África do Sul e o resto do continente.

O projeto de incorporar o Zimbábue independente nessa "constelação" veio abaixo, quando o povo derrotou esmagadoramente nas urnas o bispo Muzorewa e levou ao poder um líder

50 ações de desembarque de tropas helitransportadas e 70 ataques terrestres, havendo a lamentar mais de 1.800 mortos e 3 mil feridos, entre civis e militares, além de milhares de cabeças de gado mortas e de residências, hospitais e escolas destruídos. Pela violência e resultados, destacam-se as ações desencadeadas em Kassinga, Boma, Katengue, Fábrica de Madeiras da Huíla, Escola Primária de Xangongo, Serra da Leba, Savate e a invasão ao sul do nosso país em junho e julho de 1980, em que participaram mais de 4 mil homens do exército da racista África do Sul equipados de técnica militar altamente sofisticada.

"A Defesa Antiaérea das nossas Gloriosas Forças durante o período abateu 11 aviões caça-bombardeiros dos tipos *Mirage*, *Buccaneer* e *Impala Mk-2*, assim como 2 helicópteros *Allouette III* e as nossas forças terrestres inflingiram baixas não controladas às tropas racistas sul-africanas.

"A par da atividade belicista direta, a racista África do Sul deu cobertura e apoio logístico aos grupelhos fantoches da Unita, caracterizando-se as suas ações de banditismo em massacres, saques e raptos perpetrados contra as populações indefesas, de algumas áreas das províncias do centro e sul. Na resposta a estas ações, as nossas forças, sobretudo as Forças Especiais de Luta Contra

Bandidos, alcançaram grandes êxitos, em estreita ligação com os Destacamentos da Organização da Defesa Popular (ODP) e com as Forças de Segurança. Maiores êxitos foram ainda alcançados pelas nossas forças na neutralização das atividades contra-revolucionárias levadas a cabo no norte do país pelos fantoches da UPA/FNLA e da Flec que têm hoje pouca expressão, embora se note uma nova tentativa de certos círculos imperialistas nos Estados Unidos da América para financiar e apoiar novas ações criminosas destes agrupamentos reacionários.

"No conjunto, as ações armadas desencadeadas pelos racistas de Pretória contra o nosso país e o apoio por eles fornecidos aos grupelhos fantoches da Unita, visando a desestabilização da nossa economia, têm afetado a vida regular das províncias do Centro-Sul, com reflexos negativos na realização das tarefas da Reconstrução Econômica e Social daquelas áreas do país.

"Porém, para o quinquênio de 1981/85 não deverá ser posta à parte a hipótese de um recrudescimento das atividades armadas contra a revolução angolana, tendo em vista o aumento da agressividade imperialista e especialmente dos Estados Unidos da América e a sua pretensão de aumentar o apoio, em material de guerra, aos agrupamentos fantoches angolanos."

socialista de linha definida, o atual Primeiro-Ministro, Robert Mugabe.

Os países africanos da área deram uma resposta contundente a esse projetado pacto neocolonialista. Em novembro de 1980, criou-se em Maputo a Conferência Coordenadora do Desenvolvimento da África Austral (ver **cadernos** nº 30, "A união faz a força"), com a meta de unir a região não como tributária da África do Sul, mas, exatamente o contrário: libertar os seus países da dependência econômica sul-africana, através da cooperação econômica mútua.

O resultado desse fracasso foi o aumento das pressões da direita contra o governo de Botha que, por sua vez, se defendeu em dois planos: internamente, antecipando as eleições com o temor de que a situação se deteriorasse e, externamente, aumentando as agressões militares contra Angola e Moçambique.

O quadro militar

Há um aspecto a considerar na análise do problema sul-africano que é o quadro militar. Quando os comandos que atacaram a Matola, em Moçambique, regressaram a Joanesburgo, a ultradireita os recebeu como heróis. Houve um momento de histeria belicista, com os meios de comunicação ligados a esses setores reclamando novos ataques, mesmo — diziam eles — ao preço de uma confrontação com a União Soviética.

Essa opinião, no entanto, não parece ser compartilhada pela totalidade das forças armadas. São conhecidos alguns estudos de circulação interna no exército sul-africano, em que se adverte os seus comandantes para os riscos de uma agressão global aos países da Linha da Frente. Inevitavelmente, assinala um documento,

as agressões se converteriam em uma guerra com o conjunto dos países africanos, ou a maioria deles.

O principal argumento da advertência é que o exército está preparado para uma guerra-relâmpago mas não para uma luta prolongada em que teria de enfrentar, além de forças militares em seu território, as próprias populações. Os exemplos da Argélia, dos países africanos de língua portuguesa e do Zimbábue revelam os riscos de uma empresa militarista.

As forças armadas de Pretória

O exército sul-africano tem uma capacidade de mobilização de 500 mil homens, conforme a pormenorizada análise do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Modlane, a que já nos referimos. Em armas, dispõe de 40 mil soldados profissionais, com cerca de 100 mil recrutas de serviço temporário.

Ultimamente, o exército mudou sua organização operacional. Já não se limitou a preparar uma tropa para a repressão interna; é adrestada também para operações fora do país. Daí a importância que, no conjunto das forças armadas, ganharam as unidades de comandos, mais conhecidas como os *Reckies Reconnaissance Comandos*.

Grande parte deles é constituída por mercenários. Em geral, o treinamento segue os métodos em uso na Inglaterra e em Israel. Eles enquadram forças maiores, entre as quais as unidades que o exército sul-africano chama de "batalhões étnicos", ou seja, com efetivos recrutados nas etnias negras. O terceiro elemento das forças de agressão é o recrutamento de pequenas unidades de sabotadores entre os grupos fantoches: Unita, em Angola, Movimento de Resistência e África Livre, em

Moçambique e o *Mushalla* na Zâmbia.

É fácil, no entanto, verificar que a heterogeneidade do agrupamento militar e o caráter compulsório como são recrutados muito dos seus integrantes enfraquecem sua capacidade operacional. Os exemplos históricos são recentes. Tanto em Angola, como em Moçambique e Guiné-Bissau, os portugueses usaram o mesmo método e os resultados são conhecidos.

Mas, no comando, a presença maior é dos oficiais "ultrapartidários das "soluções" burocráticas.

O grupo mais radical do exército, centrado em torno do general Magnus Malan, antigo Comandante-em-Chefe, nomeado por Botha para o Ministério da Defesa, na verdade já ocupa uma área fundamental do Poder e deveria estar reservada aos civis. Qualquer decisão importante hoje, na África do Sul, é tomada pelo Conselho de Segurança Nacional integrado pelo Primeiro-Ministro, os ministros da Defesa, Relações Exteriores, Polícia e Justiça, o Secretário de Estado para a Segurança, o Comandante das forças militares e o Comissário da Polícia.

Esse Conselho vem impondo um aumento acelerado do orçamento militar — cerca de 1.000 em pouco mais de dez anos — conversão da economia às necessidades da guerra e uma crescente mobilização da população para a aventura bélica.

Chegará um momento em que os racistas sul-africanos — *boers* de hoje — chegarão à conclusão que muitos colonialistas antes deles (já não nos referimos à História antiga mas aos dias atuais) tiveram de chegar: a vitória final em uma guerra de libertação é dos povos oprimidos, não dos seus opressores.

Angola: mobilização popular

Trecho da Proclamação do Birô Político do MPLA-Partido do Trabalho às vésperas do 1º de Maio:

"As ameaças, a atitude de provocação contra a nossa soberania e a nossa dignidade e mesmo a atitude insólita de ingerência direta nos assuntos internos da República Popular de Angola por parte da atual administração americana têm encontrado a serenidade e o desprezo de todo o povo angolano e a indignação e o apoio vigoroso da OUA, bem como do grupo africano da Organização das Nações Unidas, da quase totalidade dos seus membros e de outras forças democráticas e progressistas do mundo.

"Também as contínuas agressões armadas por parte da racista África do Sul e dos seus bandos de mercenários e fantoches, que causam a indignação de todos os povos e forças amantes da Paz e da Liberdade têm encontrado a firme e heróica oposição das nossas gloriosas Forças de Defesa e da Segurança.

"No entanto, com o atual agravamento da situação internacional, as ameaças diretas do imperialismo contra o nosso País assumem um perigo maior e exigem que, assim como quando das invasões de 1975, o nosso povo se levante como um só Homem na defesa das conquistas da Revolução e se prepare para enfrentar todo tipo de agressão, venha ela de onde vier.

"Torna-se pois urgente e imperioso aperfeiçoar a nossa máquina de guerra e conduzi-la sabiamente para a defesa da Liberdade, da Independência, da Revolução, da Paz e do Progresso.

"Torna-se urgente e imperioso que cada angolano, onde quer que se encontre, se sinta engajado como soldado, pronto a manejar a arma, para defender as fronteiras, as estradas, as estradas de ferro, as fábricas, as fazendas, os bairros, as escolas, os hospitais e prontos a cumprir as demais tarefas patrióticas e revolucionárias.

"A defesa do País é uma tarefa de todos e não apenas dos combatentes que estão nas frentes de batalha.

"Cada indivíduo, cada setor de atividade na retaguarda deve ter presente a situação de guerra que nos foi imposta e deve prever as formas da sua necessária contribuição, mesmo com sacrifício de alguns meios de que disponha.

"Sob a orientação dos órgãos centrais do Partido e do Governo, os Comitês Provinciais do Partido e os comissários provinciais mobilizarão os esforços e meios de reserva para enfrentarem eventuais situações de guerra e sensibilizarão a população para estar pronta a enfrentar qualquer provocação inimiga. Neste âmbito, sobressai a necessidade de reforçar a vigilância contra ações de sabotagem dos centros estratégicos.

"Através das medidas tomadas, todos os velhos, os jovens, as mulheres e as crianças do nosso País ganharão consciência das novas e graves ameaças do imperialismo contra Angola e contra a África Austral e tal como no passado, uma vez mais mostrarão ao mundo que o povo angolano não se deixa intimidar e saberá lutar até a vitória final. Como disse o saudoso Camarada Presidente Dr. Antônio Agostinho Neto "cada cidadão é e deve sentir-se necessariamente um soldado".

"Assim, os organismos de defesa e segurança, em colaboração com os organismos do Partido e do Poder Popular coordenarão os seus esforços no sentido de prever e possibilitar desde já uma ampla participação das massas populares nas tarefas da defesa, para que o povo inteiro esteja pronto a responder a qualquer tentativa de agressão.

"A preocupação com as atuais exigências da defesa não deverá de modo algum quebrar o ritmo imprimido desde a preparação do Congresso Extraordinário às tarefas inadiáveis da Reconstrução Nacional, da estruturação do Partido em todos os escalões, da reorganização do aparelho do Estado, da dinamização das organizações de massas e do combate contra todos os vícios e males de que padece a administração."



2ª SESSÃO DA COMISSÃO INTERNACIONAL DE INQUÉRITO SOBRE OS CRIMES DO REGIME RACISTA NA ÁFRICA AUSTRAL



Um inquérito internacional contra a África do Sul

Representantes da maioria dos países do Terceiro Mundo e do Alto Comissariado da ONU são unânimes em condenar o racismo e as agressões do regime de Pretória

Reuniu-se em Luanda, nos primeiros meses deste ano, a 2ª Sessão da Comissão Internacional de Inquérito para apurar e denunciar os crimes do regime da África do Sul, configurados no *apartheid* aplicado contra a população negra do país, na ocupação político-militar da Namíbia, no uso do terror como forma de submeter o seu povo e sufocar a sua luta e nas constantes violações do território dos países da "Linha da

Frente", especialmente Angola e Moçambique. Além da presença de numerosas personalidades, também participaram do encontro representantes do governo de Angola, da OUA, da Swapo, do ANC, o delegado do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, numerosas vítimas da repressão terrorista do governo racista da África do Sul, delegados e observadores de países da África, Ásia e América Latina.

Instalada a 2ª Sessão da missão Internacional de Inquérito, Henrique Carvalho dos Santos, "Onambwe", membro do Birô Político do MPLA-PT, saudou os seus participantes com o nome do povo angolano, da República Popular de Angola, do MPLA-Partido do Trabalho, do governo e do presidente J. Eduardo dos Santos. Ele afirmou, entre outras coisas, que Angola é agredida pela sua política de

riedade aos povos dos países vizinhos. Disse ele:

"Nós os recebemos aqui para arrar e mostrar a monstruosidade da agressão de que somos vítimas e, ao mesmo tempo, a determinação que nos sustenta para continuar a lutar, e quais os sacrifícios a suportar ainda pela nossa independência, pela nossa dignidade e pela libertação dos povos irmãos oprimidos.

(...) "A perspectiva de surgimento, nesta parte da África, de uma Pátria independente e soberana, liberta do preconceito da discriminação racial e de qualquer outra forma de opressão e exploração do homem pelo homem, colheu de surpresa o regime racista e fascista da África do Sul, que tudo fez para impedir a sua concretização. Por isso, o exército sul-africano desencadeou, em outubro de 1975, uma gigantesca invasão e ocupação do nosso país, procurando desesperadamente colocar no poder grupos de renegados, traidores e fantoches, dóceis instrumentos do serviço dos seus interesses estratégicos de dominação e de preservação de privilégios. A história registra a derrota fragorosa do exército sul-africano e a sua expulsão do território nacional a 7 de março de 1976 (...). Por intermédio da ONU, uma Comissão Internacional condenou essa monstruosa agressão e exigiu da África do Sul a justa reparação dos prejuízos causados, num montante de 7,6 bilhões de dólares. Ao invés disso, o regime racista de Pretória, indiferente a essa condenação, retomou a política de agressão e a mantém em tréguas.

(...) "Angola assumiu-se resolutamente como uma 'parte integrante da revolução na África' e isso provocou o ódio do imperialismo, transformando-a num objetivo estratégico a ser destruído ou desestabilizado de qualquer forma. O braço sub-

imperialista de Pretória transformar-se-ia no principal executor desse propósito.

(...) "A política da República Popular de Angola é clara e consequente nos princípios universais da coexistência pacífica, do respeito à soberania e integridade territorial, da não-intervenção nos assuntos internos dos Estados, da solução pacífica dos problemas internacionais, do não-alinhamento e da solidariedade com todos os povos oprimidos que lutam pela sua libertação nacional.

(...) "A nossa solidariedade internacionalista tem alcance universal (...). Mas ela carrega, naturalmente, um significado particular, quando se trata dos povos vizinhos, que sofrem a opressão e a dominação do regime racista de Pretória: o povo da Namíbia e o povo oprimido e discriminado da África do Sul.

(...) "Esta Comissão Internacional não é um tribunal judiciário, e por isso não pode punir aqueles que o vosso veredito denunciar como criminosos (...). Todavia, o significado político e moral deste veredito ficará como o de um 'Tribunal Cívico' da consciência universal (...). Os criminosos nazistas, durante anos, espalharam impunemente o terror e a morte, mas acabaram no banco dos réus em Nuremberg."

Tarefa primordial

Onésimo Silveira Delgado, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados em Angola, fez questão de chamar a atenção da comunidade internacional e da família das nações para os crimes resultantes da opressão contínua da República da África do Sul contra os países e populações da África Austral:

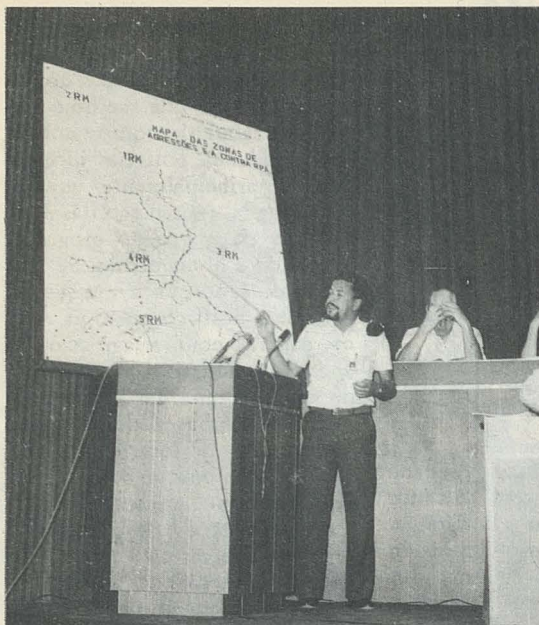
(...) "A condenação do regime do *apartheid* pela comuni-

dade internacional, em geral, e, em particular, pela Organização das Nações Unidas, é fato do domínio comum, que faz hoje parte do vocabulário como também das atividades políticas internacionais, principalmente quando vem à baila a discussão das perspectivas da paz e do progresso para toda a humanidade. Se isto acontece é porque a solução do problema político posto na África Austral com a agressão do *apartheid*, constitui, sem sombra de dúvida, uma das tarefas primordiais na busca de uma paz global. Uma tal solução ultrapassa o quadro continental e transforma-se em preocupação de todas as nações do planeta. A presença nesta conferência de personalidades vindas de todas as latitudes políticas e geográficas, não faz senão consubstanciar esta constatação, esta necessidade imperiosa.

(...) "O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refu-



Onambwe: "Angola é parte integrante da revolução na África"



O tenente-coronel Ngongo mostra aos integrantes da Comissão Internacional de Inquérito as zonas de Angola atingidas pelas agressões do exército racista sul-africano

giados, que tenho a honra de representar na República Popular de Angola, tem, pela natureza do seu mandato, presenciado e lido de perto com o drama dos africanos desenraizados e lançados no exílio em consequência do *apartheid*. Este exílio, que não é causado por forças naturais incontroláveis, é um crime que não escapará certamente à apreciação e análise desta Comissão de Inquérito.

(...) "O exílio, infelizmente, é mais do que um castigo sem culpa para os 50 mil namibianos e cinco mil sul-africanos refugiados na República Popular de Angola. O intuito declarado de eliminar fisicamente as suas vítimas tem levado o regime racista a perpetrar agressões contínuas contra este país, cuja culpabilidade é o ato humanitário de conceder asilo, no exercício da sua soberania e de acordo com as mais elementares praxes internacionais.

(...) "O auxílio humanitário concedido pelo Alto Comissariado da ONU para os Refugiados namibianos e sul-africanos exila-

dos na República Popular de Angola não tem por finalidade resolver os problemas específicos que se encontram na origem desse exílio. A sua importância está em que, através da aplicação e do exercício do mandato do Alto Comissário, se vela pela preservação e respeito dos direitos básicos da pessoa humana.

(...) "É a posição humanitária de Angola, e só ela, que permite ao Alto Comissariado exercer o seu mandato a favor dos refugiados da Namíbia e da África do Sul, vítimas da agressão do *apartheid*."

Inspiração nazista

A intervenção de Diógenes Boavida, Ministro da Justiça do governo de Angola, foi uma longa enumeração das agressões que o seu país sofreu por parte do governo racista da África do Sul, desde 1975. Estes são alguns trechos da sua denúncia:

"As notícias que se divulgam sobre as agressões do regime racista da África do Sul à República Popular de Angola, são nor-

malmente reduzidas a um confronto bilateral, polarizado entre dois países e dois sistemas: África do Sul versus Angola, capitalismo versus socialismo. Esse raciocínio elementar e falacioso pretende manipular a opinião pública para a tolerância com o mais hediondo regime que nos nossos dias registram: o *apartheid*.

(...) "Refinado na mais ortodoxa inspiração nazista, o regime de Pretória entendeu que as suas fronteiras poderiam ser o gatilho da derrota. Por isso, à semelhança da filosofia hitlerista, optou pela agressividade expansionista contra países vizinhos, camuflando-se de vítima contra o 'expansionismo comunista na África'.

(...) "Este país, constituído de um só povo e de uma só nação, integrado por diversas raças, tribos e religiões, jamais se orientou por outros princípios que não fossem os da defesa da Paz do Amor entre os homens. E esta paz que se defende em Angola, não apenas por Angola, mas por uma Humanidade melhor.

(...) "As armas que os braços do nosso povo erguem contra a agressão sul-africana, defendem as nossas sementeiras, as nossas escolas, as nossas fábricas. São armas contra a guerra, porque defendem a Paz."

A má fé de Pretória

O relatório-denúncia do delegado da Swapo também foi um dos mais importantes. Disse ele:

"Enquanto a luta de libertação da Namíbia se torna mais violenta, a situação piora numa proporção perigosa, com a introdução da chamada Assembleia Nacional, do Conselho de Ministros, da chamada Força Territorial do Sudeste Africano, da Corporação do Sudoeste da África para a Rádio-difusão e a realização de uma eleição étnica e

1980. Todos esses fatos atestam a má fé de Pretória. A junta fascista desenvolve novos métodos terroristas de repressão e uma campanha de terror contra toda a população civil — homens, mulheres e crianças. A nível militar, o inimigo tem adotado táticas características de um verdadeiro regime fascista. A violação de mulheres transformou-se num ato do dia-a-dia.

“Outro método terrorista é a formação de um bando de criminosos armados, denominados *koevoet*, como parte de uma política racista de terror, intimidação e tortura. Esse esquadrão de assassinos age “clandestinamente”, utilizando falsos guerrilheiros, especializados no sequestro e tortura de indivíduos suspeitos de serem adeptos ou simpatizantes da Swapo. Muitos patriotas namibianos tiveram a sua propriedade destruída ou confiscada e perderam suas vidas nas mãos desse bando de assassinos.

(...) “O trabalho do *koevoet* é completado pelas operações das unidades especializadas de polícia e pelas guardas dos ban-

tustões, ambas especializadas no reconhecimento de guerrilheiros e elementos da população civil que ajudam os combatentes da Swapo.

(...) “Um aspecto recente da guerra de genocídio dos racistas sul-africanos contra o povo namibiano é o novo grupo de mulheres que foram vítimas de torturas sádicas e depois sucumbiram ao jogo do inimigo, transformando-se em prostitutas a serviço do racismo.

(...) “Na base militar de Tangeb, (...) onde são detidas as vítimas raptadas de Kassinga (Angola), a situação é horrível. Relatórios provenientes do local testemunham uma situação deplorável. A uns arrancaram os olhos, a outros cortaram os braços e as pernas...

(...) “A maioria dos patriotas namibianos presos encontra-se em cadeias secretas e centros de detenção, que, segundo as informações recebidas, estão afundados no meio de densas florestas. Como de hábito, os campos de concentração estão superlotados e muitos prisioneiros estão detidos em buracos.

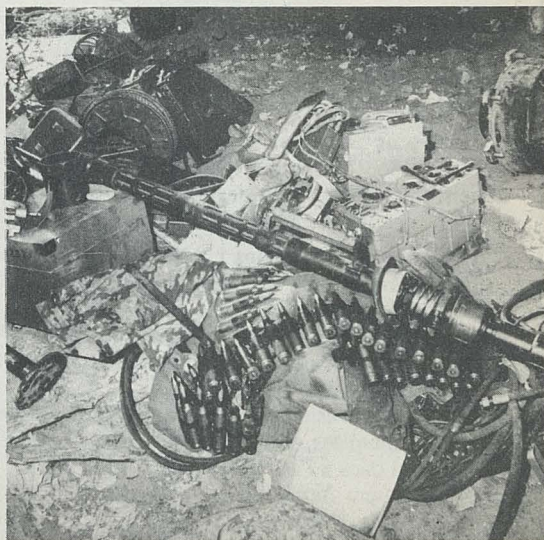
(...) “A partir de janeiro de 1981, a Junta Fascista começou o alistamento forçado para o exército de jovens acima de 13 anos. A intenção é opor esses jovens contra as forças libertadoras e mudar a natureza do conflito namibiano, transformando-a de guerra colonial em guerra civil.

(...) “A Swapo e o povo combatente da Namíbia já teriam derrotado as tropas racistas, não fosse o apoio financeiro concedido ao regime fascista pelas companhias transnacionais que operam ilegalmente na Namíbia, explorando os seus recursos humanos e materiais, e, sobretudo a ajuda que o regime racista da África do Sul recebe de todos os seus aliados imperialistas, os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a República Federal da Alemanha e a Bélgica. Esse apoio permite à África do Sul ser intransigente, obstrucionista e arrogante, num desafio a todo o povo namibiano e à Comunidade Internacional.”

A Comissão Internacional de Inquérito ouviu ainda a comunicação do delegado do ANC, que



Os mortos no massacre sul-africano no Cunene...



...e as armas apreendidas numa das agressões

relatou de forma concisa mas contundente, as arbitrariedades e o terror a que é submetido diariamente o povo da África do Sul, os crimes cometidos contra todos aqueles que de forma ativa combatem o *apartheid* e o governo racista da África do Sul.

Testemunhas

Durante a realização da 2ª Sessão da Comissão Internacional de Inquérito, sob juramento, foram ouvidas numerosas vítimas do terrorismo racista na Namíbia e na África do Sul. Os seus depoimentos, distribuídos à imprensa internacional, são a demonstração viva dos crimes do racismo e do *apartheid* e, sobretudo, de como os interesses das transnacionais e dos países imperialistas do Ocidente estão acima de quaisquer considerações de ordem ética ou humanitária.

No final dos trabalhos, a 2ª Sessão da Comissão Internacional de Inquérito lembrou os

princípios jurídicos universalmente aceitos que fundamentam a sua ação e reuniu uma série de fatos e informações em contradição com estes princípios e o Direito Internacional. Com esses antecedentes, ela tirou as conclusões jurídicas que se impunham e propôs medidas que permitam restabelecer a justiça e a legalidade internacional.

No plano jurídico, a Comissão Internacional de Inquérito considera que:

1) A África do Sul viola sistematicamente e maciçamente, através de atos de agressão armada, a soberania da República Popular de Angola e a integridade do seu território. Sofre ainda Angola um estado de guerra não-declarada e a tentativa de ingerência nos seus assuntos internos pela manutenção e utilização da Unidade e de outros mercenários, com o fim de dissimular a agressão em guerra civil. As mesmas graves ameaças à sua soberania pesam sobre a República Popular de Moçambique, a República da

Zâmbia e ameaçam o Zimbábue recém-independente.

2) A "República Sul-Africana" não tem o direito de pretender que as suas ações militares sejam justificadas por um inexistente "direito de perseguição". Swapo e ao ANC, até porque os seus atos de resistência à autoridade ilegal sul-africana não podem ser considerados como "atos de terrorismo", como quer o governo racista da África do Sul.

3) Os direitos reconhecidos ao povo da Namíbia são violados notoriamente pela ocupação sul-africana. O autodenominado governo instalado na Namíbia pelo regime racista da África do Sul é ilegítimo. O único representante legítimo e internacionalmente reconhecido do povo namibiano é a Swapo. O emprego da força armada contra a Swapo e o povo namibiano constitui-se num conflito internacional armado e num atentado grave à autoridade das Nações Unidas. Os massacres e torturas sistemáticas praticadas

A Comissão

Dentre as principais presenças na 2ª Sessão da Comissão Internacional de Inquérito contra o racismo e o *apartheid*, destacam-se:

- Sean Mc Bride, Presidente da Comissão, ex-Comissário das Nações Unidas para a Namíbia, ganhador dos prêmios Nobel e Lênin da Paz, Irlanda.
- Paulette Pierson-Mathy, encarregada de cursos na Universidade de Bruxelas e Secretária-Geral da Comissão, Bélgica.
- Phan Anh, Presidente da Associação de Juristas Vietnamitas, vice-presidente do Conselho Mundial para a Paz, Vietnã.
- Abderrabem Youssoufi, União dos Advogados Árabes, Marrocos.

- Helge Rontu, Juíza, conferencista da Universidade de Helsinque, Finlândia.
- Javier Nart, Jurista, Barcelona, Espanha.
- Judith Bourne, Jurista, Conferência Nacional de Juristas Negros, EUA.
- Ely Fall, Universidade de Dacar, Faculdade de Ciências Jurídicas e Econômicas, Senegal.
- François Houtard, encarregado de cursos, na Universidade Católica de Louvain, Bélgica.
- John Platts-Mills, advogado, presidente da Sociedade Haldans, Reino Unido.
- Reverendo Richard Wood, bispo da Igreja Anglicana, Reino Unido.
- Leo Matarasso, advogado na Corte de Justiça, Paris, presidente da Liga Internacional para os direitos e a libertação dos povos, França.
- Artur da Silva, juiz da Corte Suprema, Guiné-Bissau.
- Rudolph Schwarc, advogado, Denver, Sindicato Nacional dos Advogados, EUA.

contra o povo namibiano e os combatentes da Swapo são uma violação do direito humanitário. Constituem também uma clara violação da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

4) A repressão da população majoritária da África do Sul, realizada no quadro do *apartheid*, reflete a natureza colonial do Estado sul-africano e viola o direito dos povos a disporem de si próprios. A população majoritária da África do Sul dá testemunho de sua consciência através de uma luta de libertação nacional, com direito a todas as formas de luta, inclusive a armada, e a todos os tipos de ajuda internacional, seja de Estados ou organizações. Também os membros do ANC têm o direito ao estatuto de combatentes definido nas convenções internacionais e ao estatuto de prisioneiros de guerra, quando capturados em combate.

5) As violações sistemáticas e abertas do direito internacional pela África do Sul só são possí-

veis com a cumplicidade direta ou indireta de Estados que não respeitam nem a letra nem o espírito das resoluções da ONU, nomeadamente os Estados Unidos, a França, a Grã-Bretanha, a República Federal Alemã, Israel, a China, certos Estados latino-americanos e do Caribe. Também as empresas transnacionais com interesses na África do Sul e na Namíbia fornecem ao governo racista de Pretória os meios materiais para a manutenção da política do *apartheid* e da guerra de agressão contra o povo da Namíbia e dos países da "Linha da Frente".

Em consequência, a Comissão Internacional de Inquérito exige:

— O rigoroso respeito aos princípios e regras do Direito Internacional, sobretudo no que concerne à soberania e integridade territorial de Angola e dos demais Estados da "Linha da Frente".

— A aplicação das Resoluções a favor do direito do povo da Namíbia à independência e do

povo da África do Sul à auto-determinação.

— A aplicação efetiva das sanções já cominadas pelo Conselho de Segurança da ONU contra a África do Sul.

— A indenização pela África do Sul de todos os danos causados pelas suas agressões contra a República Popular de Angola e os outros Estados da "Linha da Frente".

— A ajuda efetiva aos Estados da "Linha da Frente" e aos movimentos de libertação nacional, assim como a internacionalização dessa assistência.

Tendo em conta o agravamento da situação na África Austral, a Comissão Internacional de Inquérito apela aos Governos e a todas as Organizações Internacionais, governamentais ou não (Cruz Vermelha Internacional e outras organizações humanitárias), para que intensifiquem a sua ação solidária com a luta empreendida contra os crimes e as agressões do regime do *apartheid*. □

- Kader Asmal, advogado, conferencista Superior de Direito, Trinity College, Dublin, Irlanda.
- J. M. Galvão Teles, advogado, ex-Embaixador nas Nações Unidas, Portugal.
- K. J. Lang, Diretor-Geral da Administração de Presídios, Finlândia.
- Ernest Glinne, deputado, membro do Parlamento Europeu, ex-Ministro, Bélgica.
- Guy Landry Hazoume, Ministro-Conselheiro, Benin.
- Herbert Lederer, advogado, República Federal da Alemanha.
- Reinhard Bruckman, pastor, ex-diretor do Instituto Protestante de Joanesburgo, República Federal da Alemanha.
- Sérgio Poblete, oficial-general da Força Aérea (R), Unidade Popular do Chile no exterior.
- Manfred O. Hinz, professor, Universidade de Bremen, República Federal da Alemanha.

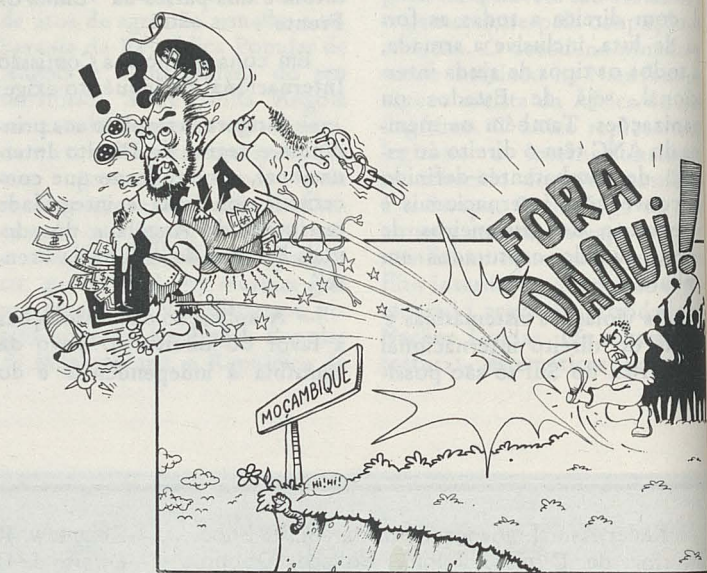
- Zbigniew Resich, diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Varsóvia, Polónia.
- Ramangaharivory Edmond, Conselheiro da Corte Suprema, Madagascar.
- John Collinn, ministro da Religião, presidente do Fundo Internacional de Defesa e Auxílio, Reino Unido.
- Jaya Pathirans, ex-juiz da Corte Suprema, Sri Lanka.
- Anis Al-Qasem, secretário-geral da Organização Internacional para a eliminação de todas as formas de discriminação racial, Líbia.
- S. L. Al Maliki, secretário-geral, União dos Juristas Árabes, Iraque.
- T. F. Tahirov, professor de Direito, Universidade de Moscou, URSS.
- A. Sachs, professor de Direito, Universidade E. Mondlane, Maputo.
- B. Muna Ndulo, professor de Direito, Universidade da Zâmbia, Lusaka.

Desmantelada rede da CIA

O governo moçambicano denuncia, prende e expulsa agentes norte-americanos do seu país, que agiam em estreita ligação com os serviços secretos sul-africanos

Etevaldo Hipólito

O governo norte-americano tomou recentemente duas importantes medidas, todas elas relacionadas diretamente à África e, de forma particular, à zona austral. Em primeiro lugar, William Dyess, porta-voz da Secretaria de Estado, informou que o seu país tinha decidido suspender todo auxílio alimentar a Moçambique, que compreendia o envio de trigo e arroz avaliado em 5 milhões de dólares e ainda o fornecimento de milho, como represália pela expulsão de agentes da CIA decretada pelo governo moçambicano. Pouco depois da divulgação dessa notícia, a revista *New Statesman*, publicada na Grã-Bretanha, indicava que o presidente Reagan nomeara Fred Wattering para integrar o Conselho de Segurança Nacional. Wattering chefiou o escritório da CIA em Maputo, de 1975 a 1977, tendo desempenhado um importante papel no recrutamento de agentes no seio das Forças Populares. A correspondente em Washington da *New Statesman* informava que a principal atribuição do novo membro do CNS será o acompanhamento da situação na África. A atual equipe de conselheiros nomeados por Reagan é dominada por homens da CIA e por militares das diferentes armas. O corte dos créditos concedidos surge como uma forma de pressão que seria rechaçada pelo governo moçambicano.



Por sua vez, a indicação de Fred Wattering para esse alto cargo expressa a importância das atividades que desempenhou na África Austral.

A rede desmantelada pelos serviços de segurança moçambicanos era composta por quinze pessoas, todas vinculadas à embaixada dos EUA, tendo algumas delas servido no Brasil, no Camboja e no Vietnã. As investigações revelaram também a estreita ligação entre a agência de espionagem norte-americana e a BOSS/NIS (serviço secreto sul-

africano) e outros organismos de espionagem sul-africanos.

O comunicado distribuído pelo Ministério da Segurança afirma que a CIA, "utilizando a África do Sul como base, dirige o apoio da atividade contra revolucionária na África Austral com o objetivo de provocar a desestabilização dos Estados independentes desta zona. Este fato vem comprovar que a África do Sul é o principal instrumento do imperialismo na sua estratégia de subversão contra os interesses dos povos da África Austral".

Aliciamento

A CIA procedia à coleta de dados sobre o desenvolvimento econômico de Moçambique, o que significava a obtenção de informações sobre planos e projetos em estudo e sobre os diversos acordos de cooperação internacional estabelecidos. Também colocou em prática o recrutamento de cidadãos estrangeiros trabalhando em diferentes centros de atividades, numa tentativa de preparar a infiltração em seus países de origem. De acordo com o Ministério da Informação, os objetivos e a metodologia empregada pelo escritório local dessa agência de espionagem indicam que ela preparava planos para a desestabilização econômica e política de Moçambique, o que incluía assassinatos políticos.

Os agentes moçambicanos mais importantes até agora apresentados e que prestaram declarações públicas são: José Chicuarua Massinga e o capitão Alcido Chivite. Os seus depoimentos permitiram formar uma idéia da amplitude e penetração da rede de espionagem. Massinga exerceu, até o momento de sua detenção, o importante cargo de diretor do Departamento de Estudo e Planejamento de Quadros do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Contando atualmente com 51 anos, entrou para a Frelimo em 1962 e passou a colaborar com a CIA quatro anos mais tarde, quando estudava nos Estados Unidos. No período do Governo de Transição (1974/1975), integrou o gabinete conduzido por Joaquim Chissano, que na época era Primeiro-Ministro. Com a independência, são criados vários ministérios e Massinga passa a figurar na primeira equipe do Ministério das Relações Exteriores. O capitão Chivite ingressou na Frelimo em 1964, tendo trabalhado posteriormente como operador de rádio e comis-

sário político. Em 1978, começaram os seus contatos com a agência de espionagem dos EUA.

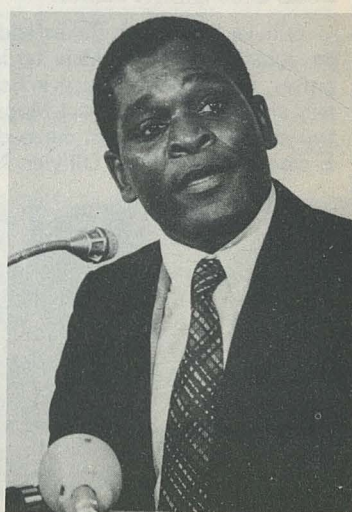
Objetivos

As declarações prestadas por Massinga e Chivite permitiram verificar, em parte, os pontos de interesse da CIA com relação a Moçambique, nas áreas diplomática e militar. No primeiro caso, as informações exigidas giravam em torno dos acordos assinados entre o governo de Maputo e a União Soviética. Também se procurava saber tudo que se relacionasse com a cooperação oferecida pela URSS, Cuba e China. Possivelmente como uma consequência do trabalho desenvolvido pela rede que Massinga integrava, a Rádio Quizumba (como é conhecida a emissora utilizada pela contra-revolução moçambicana) divulgava, há cerca de dois anos, dados relacionados com alguns técnicos estrangeiros servindo na República Popular de Moçambique. As emissões eram feitas a partir da então Rodésia e nelas se desenvolvia uma verdadeira guerra psicológica contra as populações das áreas limítrofes.

Um foco de interesse constante da CIA era a existência de

possíveis contradições em termos políticos e pessoais entre os altos dirigentes moçambicanos. De forma particular, tinha-se em vista conhecer eventuais fricções entre o Chefe da Nação e o seu Ministro das Relações Exteriores, ou entre os principais responsáveis do Ministério da Defesa. Para o governo norte-americano era igualmente importante conhecer se o fato de se ter participado ou não da luta armada seria relevante para ser nomeado para a direção dos diferentes ministérios. José Massinga passou ainda à CIA informações sobre cada um dos altos dirigentes, fornecendo dados sobre a trajetória de cada um.

No plano estritamente militar, uma das maiores perdas até agora anunciadas para o serviço de inteligência norte-americano foi a do capitão Alcido Chivite, que, de acordo com as suas declarações, foi durante três anos colaborador da *Central Intelligence Agency*. Como chefe do Material de Guerra, no Estado-Maior General das FPLM, tinha em seu poder um precioso volume de informações sobre a situação da defesa do seu país e das organi-



Massinga e Chivite: colaboradores da CIA

zações que lutavam pela independência do Zimbábue. Não só as listas dos equipamentos dos movimentos de libertação eram entregues ao inimigo, como ainda lhes fornecia dados sobre a movimentação das forças guerrilheiras na zona de fronteira. Outra preocupação dos agentes norte-americanos era saber sobre a existência de bases do *African National Congress* (ANC) em território moçambicano ou na própria África do Sul. Para eles, era

também de grande importância dispor de dados sobre a constituição do Conselho Executivo do ANC, a relação dos seus representantes em Maputo, a localização das suas casas e ainda o tipo de ajuda prestada por Moçambique a essa organização política.

Insistiram também em obter informações sobre a aviação civil em Moçambique. Para estudar esse setor, os dois últimos chefes

do escritório local da CIA foram escolhidos entre pessoas que tinham curso de pára-quedismo, pilotagem, o que lhes facilitou não só a aproximação com o pessoal moçambicano qualificado como ainda foi possível inscreverem-se no aeroclube local. A participação em competições proporcionou oportunidades para, munidos com câmaras especiais, fotografarem áreas restritas. Frederick Lundhal, o último responsável até o desmantelamento

Os agentes da CIA

Frederick Boyce Lundahl

Era o Chefe da "Estação" da CIA em Maputo. Veio da Embaixada dos EUA na Zâmbia onde era o adjunto da estação da CIA. Tem 35 anos de idade e é casado com Karen Elizabeth.

Boyce Lundahl nasceu em Minnesota nos EUA, onde estudou. Esteve a serviço da CIA em várias representações diplomáticas dos EUA no estrangeiro, principalmente na Etiópia e Malawi. Ocupou o lugar de 2º Secretário de Embaixada na representação diplomática norte-americana em Lusaka.

Chegou a Maputo acompanhado da mulher Karen, colaboradora da CIA, em junho de 1980.

Louis Leon Ollivier Junior

Ollivier nasceu em Bakesfield, Califórnia, em 5 de agosto de 1942. Mais tarde visitou diversos países, como o México e a Espanha. Em 1975, três anos antes de vir para Moçambique, frequentou em Washington um curso de oficiais da CIA. É casado com Ginger Ollivier. Na Embaixada dos

EUA em Maputo, desempenhava oficialmente as funções de 2º Secretário.

Patricia Ellen Russell

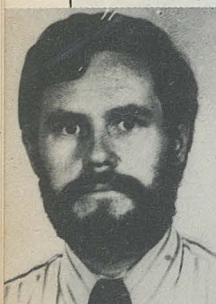
Nasceu em Massachusetts, EUA, no dia 5 de maio de 1936, tendo casado com o oficial da CIA de nome Arthur F. Russel. Chegou a Moçambique em julho do ano passado.

Shirley Tegro

Nasceu no estado de Ohio, EUA, em 30 de agosto de 1936. Colaboradora da CIA há muitos anos, trabalhou pelo menos nas seguintes cidades: Phnom Penh, Saigon, Freetown, Brasília, Lagos. Como funcionária da CIA entrou para o Departamento de Estado em dezembro de 1976. De junho a julho de 1980 esteve na Embaixada dos EUA em Maputo como Secretária da Seção Política.

Arthur F. Russell

Trata-se de um oficial da CIA especializado em telecomunicações. Nasceu em janeiro de 1928.



Lundhall



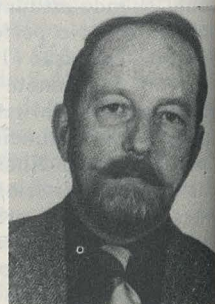
Ollivier Junior



Patricia Russel



Shirley Tegro



Arthur Russel

rede, chegou a fazer um reconhecimento aéreo de Maputo e da cidade de Inhambane. De acordo com os serviços de segurança, a agência de espionagem norte-americana conseguiu recrutar alguns agentes, aos quais encomendou os seguintes dados:

- a data dos deslocamentos do Comandante-em-Chefe das FPLM e outros altos dirigentes militares e civis;
- tipo de cooperação com os

países socialistas;

- situação técnico-operacional das aeronaves, estruturas das oficinas e identidade dos principais mecânicos;

- organização interna das Linhas Aéreas de Moçambique, em particular do Departamento de Operações;

- quantidade de peças em estoque e capacidade de transporte em caso de emergência;

- sistema de segurança nos aeroportos e, em relação ao aéro-

porto de Maputo, qual o dispositivo das forças de segurança ali em serviço;

- consequências da Ofensiva Político-Organizacional na LAM e no aeroporto de Maputo;

- identidade do pessoal de cabine que normalmente viaja com o Comandante-em-Chefe das FPLM, marechal Samora Machel; e

- funcionários que evidenciassem sintomas de descontentamento. □

James Douglas Smith Junior

Em junho de 1977 chega a Maputo para passar a dirigir a "Estação" da CIA.

James Smith, que tem agora 45 anos de idade, é casado com Barbara Smith, colaboradora da CIA. Em 1966 entrou para o corpo diplomático, tendo cumprido missões na Europa e nos próprios EUA, em Washington.

Estudou História em Connecticut, EUA, em cuja Universidade se bacharelou.

Shirley Marie Therese Smith

Como funcionária da CIA, entra para o Departamento de Estado em 1973 com a idade de 23 anos. É então colocada em São Paulo, Brasil, onde permanece até 1975. No ano seguinte surge em Luanda, Lisboa e mais tarde em Viena. Em 1977, está em Kaduna, na Nigéria.

Frederick Wattering

Foi o chefe da "Estação" da CIA em Maputo, de setembro de 1975 a meados de 1977, e ocupava o cargo de 2º Secretário da Embaixada.

Wattering nasceu em Illinois, nos EUA, em 5 de julho de 1939. Até 1965 permanece no Exército. No entanto, em julho de 1965 entra para o

Departamento de Estado sendo colocado na Embaixada norte-americana em Salisbury, então Rodésia do Sul, onde desempenhava o cargo de consultor econômico. Em 1972 Frederick Wattering encontra-se em Nairóbi, de onde parte para dirigir na então Lourenço Marques a rede de espionagem e subversão da CIA.

Walter Caetano de Andrade

Tinha a missão específica de proceder ao recrutamento de agentes para a CIA. Como oficial da CIA, trabalhou no Recife (Brasil), em Lisboa e depois novamente no Brasil.

Jimmy Kolker

Até recentemente, foi assistente do Sub-secretário de Estado norte-americano para os assuntos africanos. Atualmente ocupava o cargo de 1º Secretário na Embaixada dos EUA em Salisbury. Jimmy Kolker, que chegou a Maputo em princípios de 1977, nasceu em Missouri, nos EUA, no dia 1º de agosto de 1948. Como funcionário da CIA, entrou para o Departamento de Estado em janeiro de 1977, apenas alguns meses antes de ser colocado na Embaixada dos EUA em Moçambique.



Smith Junior



Shirley Smith



Wattering



Karen Lundhall



Jimmy Kolker

A contra-espionagem

□ Como nos mais sofisticados filmes de espionagem, onde os ingredientes de suspense, perigo, dinheiro e sexo estão sempre presentes, foi desativada uma rede de agentes da CIA em Moçambique. Só que desta vez não era ficção nem houve o tradicional "The End": a luta continua. Quem viveu o papel principal dessa trama foi o capitão piloto-aviador da Força Aérea Moçambicana João Carneiro Gonçalves, "membro do Partido e comunista", segundo suas próprias declarações.

Em 1976, numa festa, Gonçalves foi contatado por um cidadão norte-americano chamado Walter Caetano Andrade, oficial da CIA que viera a Maputo expressamente para recrutar agentes. Durante a conversa, Andrade fez algumas perguntas que despertaram a sua suspeita. Gonçalves, sem manifestar desconfiança, prosseguiu o contato, chegando a ser convidado para jantar no dia seguinte.

Ele aceitou o convite mas informou imediatamente o Snasp, a segurança moçambicana. Recebeu orientação de manter o contato para descobrir com mais clareza as intenções do norte-americano e aceitar qualquer proposta. Estiveram juntos num restaurante da cidade e, dias depois, na casa do próprio Andrade, onde Gonçalves mostrou-se um ardoroso entusiasta dos EUA, "interpretando o meu papel, é claro".

Mais confiante, o oficial da CIA afirmou que o governo da República Popular de Moçambique era de pretos, racistas, baseado essencialmente no tribalismo e que, a partir do momento em que o governo e o Partido deixassem de precisar dos brancos, eles seriam expulsos de Moçambique ou então fuzilados. Disse ainda que, nessa altura, os brancos residentes na República Popular de Moçambique precisariam do apoio do governo dos EUA e os que colaborassem seriam os primeiros a ser atendidos. E chegou a sugerir que os EUA, através da África do Sul, poderiam preparar um golpe de Estado em Moçambique. Quando Gonçalves perguntou para onde deveria fugir em caso de ser descoberto, respondeu-lhe que o fizesse para a África do Sul "onde seria muito bem recebido".

Nessa mesma conversa, conta Gonçalves, o oficial da CIA já começou a tentar colher informações de caráter militar sobre o presidente Samora Machel, contradições existentes com seus colabo-

radadores diretos, suas ambições pessoais e possíveis dificuldades econômicas. Chegou a propor que lhe fossem dadas informações específicas do seguinte teor: sobre o presidente Samora Machel, aspectos militares relacionados com a Força Aérea Moçambicana, sobre a cooperação militar com outros países socialistas e de caráter geral sobre o Estado Maior General da FPLM.

Gonçalves passou a fazer parte da rede da CIA, informando, no entanto, todos os seus passos ao Snasp. Mais tarde, adquirindo maior confiança, a CIA passou a pagar-lhe em dólares. A agência norte-americana interessou-se particularmente pelos deslocamentos de Samora Machel, uma vez que Gonçalves era um dos pilotos presidenciais. Deduziu-se que a CIA colhia informações para um eventual futuro atentado contra a vida do Presidente.

O contato do oficial moçambicano era feito através de Frederic Wattering, funcionário da CIA em Maputo. Ele usava o codinome de "Robert" e disfarçava-se nos encontros com bigodes falsos e óculos. Na intenção de obter informações mais profundas, a CIA aumentou a remuneração de Gonçalves e lançou mão de um artifício cinematográfico: Gonçalves foi apresentado a Shirley Smith que o convidou para um jantar especial em sua casa, regado a champanhe e uísque, num descontraído ambiente com música suave e leves toques de sensualidade. Não deu certo.

Diante disso, a CIA cortou o contato com Gonçalves, pois o seu "agente" não lhe dava nenhuma informação que valesse a pena. Os três anos de "ligação" com a CIA haviam permitido, no entanto, ao Snasp conhecer detalhadamente os interesses da agência norte-americana de espionagem em Moçambique.



Capitão João Carneiro Gonçalves

ÁFRICA AUSTRAL

A agressão racista se amplia

Além de Angola e Moçambique, os sul-africanos pressionam o Zimbábue, Zâmbia, Botsuana e Lesoto

Poucos dias após a operação realizada contra residências de militantes do *African National Congress* (ANC), na Matola, os racistas sul-africanos voltaram a atacar a República Popular de Moçambique.

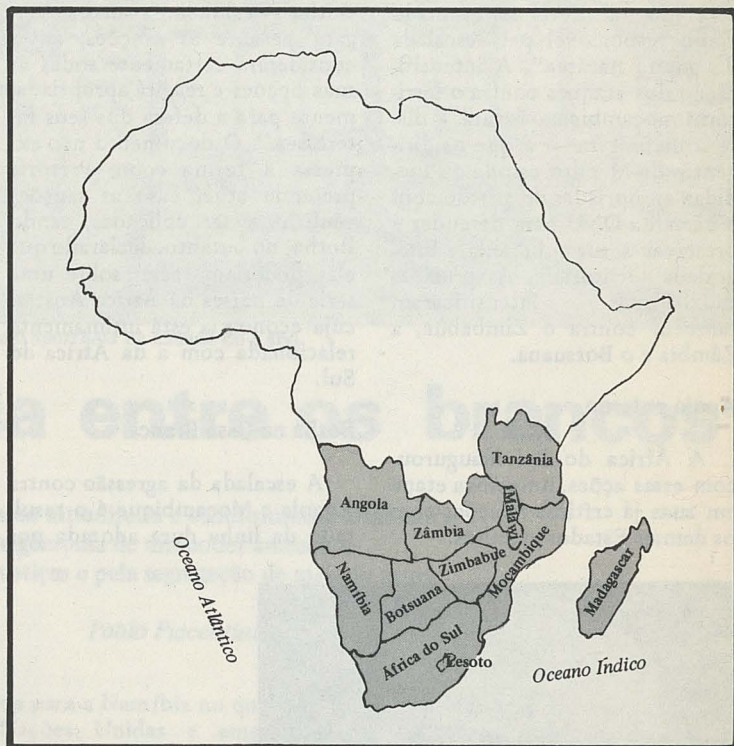
Desta vez, o teatro de operações foi a Ponta do Ouro, uma zona turística situada na fronteira com a África do Sul, a aproximadamente 100 quilômetros de Maputo.

Calculados em uns cinquenta, os sul-africanos atacaram, ferindo um moçambicano. Dois sul-africanos brancos foram abatidos. O corpo de um deles, operador de rádio, foi levado para o outro lado da fronteira. O segundo morto foi apresentado à imprensa juntamente com todo o seu equipamento.

Uma nova força sul-africana de 150 homens e dois blindados veio em socorro da primeira que se encontrava cercada em uma elevação. Numa última manobra, esse grupo tentou cortar o acesso ao pequeno aeroporto que serve à Ponta do Ouro. Os combates só terminaram horas depois, quando os racistas se retiraram. Como forma de pressão, os sul-africanos nas horas seguintes passaram a concentrar tropas na fronteira.

Também contra o Botsuana

Em Pretória, ao comentar o ataque contra Moçambique, o



general Constand Viljoen, chefe da *South Africa Defense Force*, preferiu ameaçar de retaliação os países vizinhos que "matam soldados sul-africanos que inocentemente cruzam a fronteira". Para esse militar, a pronta resposta de Moçambique deve ser vista como um ato de aberta hostilidade.

As declarações de Viljoen foram publicadas juntamente com a notícia de que a aviação da República Sul-Africana tinha reali-

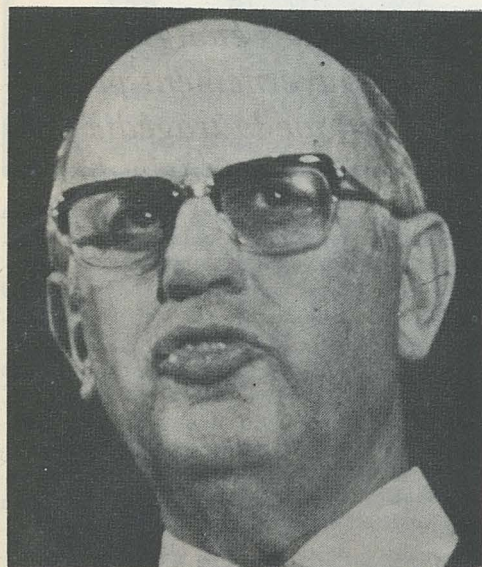
zado uma nova incursão contra a província angolana de Lubango. Para realizar o ataque, os aparelhos penetraram cerca de 200 quilômetros em território angolano. O presidente Quett Masire, em comunicado distribuído em Gaborone (capital do Botsuana), denunciou que soldados envergando uniformes de combate foram transportados de helicópteros, caminhões e blindados até a reserva de caça de Chobi, no nordeste do país. Esta não é a pri-

meira vez que o Botsuana protesta contra tais incursões, justificadas por Botha como necessárias para combater as forças da *South West African People's Organization* (Swapo).

O governo de Moçambique, através do ministro Joaquim Chissano, titular da pasta das Relações Exteriores, em mensagem dirigida ao Secretário-Geral das Nações Unidas, afirmou que o governo de Pretória "pretende generalizar o conflito na região e como tal deve ser tomado como responsável pela escalada da guerra na área". A intensificação dos ataques contra o território moçambicano levará — disse a mensagem — a que os dirigentes de Maputo estudem "medidas apropriadas de acordo com a carta da ONU para defender e preservar a sua soberania e integridade territorial". As pressões sul-africanas se intensificaram também contra o Zimbábue, a Zâmbia e o Botsuana.

Apoio externo

A África do Sul inaugurou, com essas ações, uma nova etapa em suas já críticas relações com os demais Estados vizinhos.



Botha: prestigiado por Reagan e apoiado pelo Canadá, França e Alemanha Federal. "A África do Sul — escreveu Botha ao Secretário-Geral das Nações Unidas — não se vergará perante as sanções"

O desafio de Botha vem como consequência do apoio que recebe do Canadá, França e Alemanha Federal, países que juntamente com Washington e Londres deveriam — como membros do chamado Grupo de Contato para a Namíbia — pressionar os racistas sul-africanos. Isso porém não acontece. Pelo contrário: o que se verifica é a intransigência de Pretória transformar-se em arrogância.

"A África do Sul — escreve Botha a Waldheim — não se vergará perante as sanções, antes considerará certamente todas as suas opções e reagirá apropriadamente para a defesa dos seus interesses." O documento não expressa a forma como Pretória pretende atuar caso as sanções venham a ser aplicadas, tendo Botha, no entanto, declarado que elas poderiam recair sobre uma série de países da África Austral cuja economia está intimamente relacionada com a da África do Sul.

Botha na Casa Branca

A escalada da agressão contra Angola e Moçambique é o resultado da linha dura adotada por

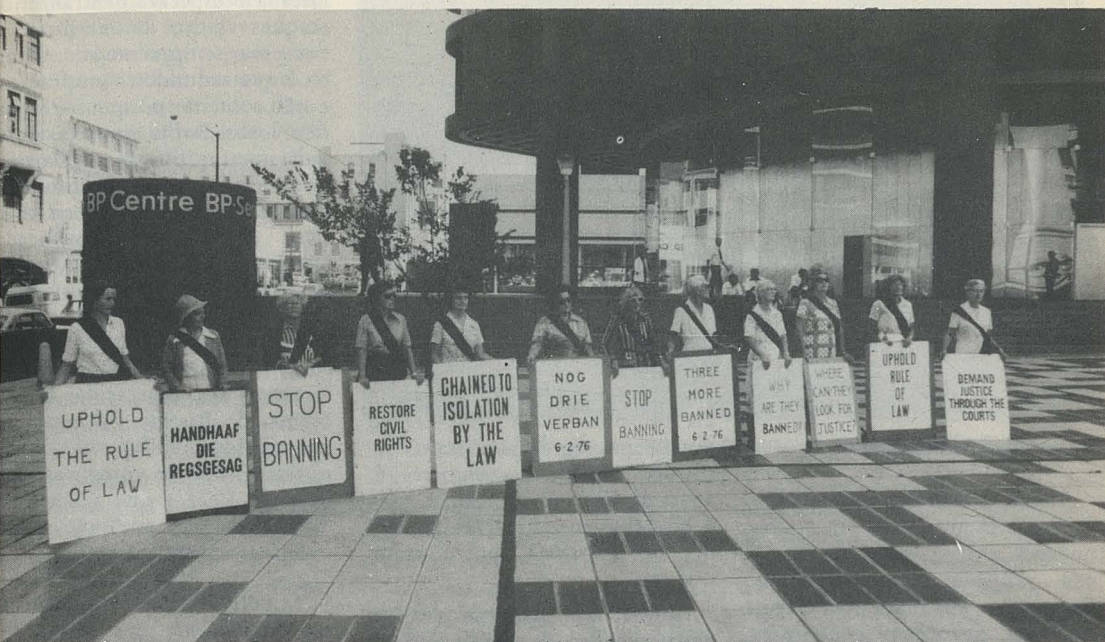
Reagan em relação à África Austral. Em setembro de 1976, o então primeiro-ministro John Vorster reuniu-se com o general Alexander Haig e Henry Kissinger em Zurique. Kissinger ocupava a Secretaria de Estado dos EUA e Haig era o Comandante-em-Chefe da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). O objetivo do encontro era o estudo de um plano para manter o controle das potências ocidentais através da África do Sul, sobre Namíbia.

Com a eleição de Reagan e nomeação de Haig para dirigir a diplomacia norte-americana, o projeto é retomado agora de forma mais agressiva. Três fatos vieram delinear a posição de Washington perante a região. O primeiro foi o anúncio de apoio ao grupo fantoche angolano Unita. O seu dirigente, Jonas Savimbi, deverá ser recebido nos EUA por altos funcionários governamentais. Piether Botha, o Primeiro Ministro sul-africano, já visitou Washington, sendo recebido por Reagan e Haig. A presença do dirigente racista coroa uma série de importantes contatos anteriormente realizados.

Dirk Mudge, presidente do "Conselho de Ministros" da Namíbia, um organismo criado e controlado pelos sul-africanos, regressou na segunda quinzena de março de um encontro com a administração Reagan declarando que nunca o seu "governo" teve tanto apoio norte-americano como agora. Por sua vez, Jeanne Kirkpatrick, representante dos EUA junto às Nações Unidas e uma conhecida direitista, conferenciou na mesma época com o general Van der Westerhuizen, chefe dos serviços de espionagem militar da África do Sul, criando uma situação difícil, já que esses contatos com militares sul-africanos estão proibidos para funcionários norte-americanos do nível da Sra. Kirkpatrick.

Etevaldo Hipólito

ÁFRICA DO SUL



Manifestação de mulheres brancas contra o *apartheid* na Cidade do Cabo

A discórdia entre os brancos

Os brancos da ultradireita e os reformistas disputam a hegemonia de um poder ameaçado pelas injustiças e pela segregação da maioria negra

Pablo Piacentini

Tanto no âmbito interno como no externo, a África do Sul se vê submetida a contínuas pressões que concorrem para traçar um quadro de instabilidade para o regime vigente. A proximidade das eleições e o respaldo que lhe deu o presidente norte-americano Ronald Reagan, induziram o primeiro-ministro Pieter Botha a aplicar, durante os últimos meses, uma política de endurecimento no plano interno do regime racista. Ao mesmo tempo, no plano externo, ele rechaçou a discussão de uma solução negocia-

da para a Namíbia no quadro das Nações Unidas e empreendeu agressões militares contra os Estados vizinhos, Angola e Moçambique.

Porém, a reação internacional foi aparentemente maior do que a prevista. Ela provocou contradições dentro do governo norte-americano que criaram dificuldades ao nascente eixo Washington-Pretória e ameaçaram distanciar a política africana de Reagan da de seus aliados europeus. Formou-se nas Nações Unidas uma ampla maioria de países do Ter-

ceiro Mundo e socialistas favoráveis à moção africana de aplicar sanções econômicas e diplomáticas ao regime de minoria branca. Em 30 de abril, essa proposta foi votada no Conselho de Segurança e, para impedir sua aprovação, os Estados Unidos, França e Grã-Bretanha tiveram que recorrer ao extremo recurso do veto.

Embora o veto tenha permitido a essas potências anular uma votação adversa, do ponto de vista político ele as colocou numa incômoda e evidente minoria. Daí, os esforços que fizeram

para tratar de impedir essa confrontação.

No entanto, essas nações sabem que o próximo passo que está sendo considerado é a convocação para uma sessão de emergência da Assembleia-Geral, onde o veto não existe. Uma aprovação por maioria esmagadora de sanções contra Pretória (da qual participariam aliados de Washington como é o caso da Alemanha Federal) consagraria a marginalização das três potências — Estados Unidos, França e Grã-Bretanha — dentro da comunidade internacional em relação à África Austral.*

Retrocesso nas eleições

Dessa maneira, o extremismo de Pretória provocará em consequência um aumento da oposição no campo internacional. Esse fato se entrelaça com o considerável retrocesso experimentado pelo partido situacionista nas eleições de 29 de abril e com um incremento paralelo do setor ultra-racista e das forças que questionam o *apartheid*.

Mas, antes de analisar os resultados, é necessário lembrar que essas eleições estavam reservadas exclusivamente aos quatro milhões de brancos e que os 17 milhões de negros, 2,5 milhões de mestiços e 750 mil asiáticos do país estiveram privados do direito de voto. A qualificação da Organização da Unidade Africana (OUA), que designou esse ato como “um insulto à democracia e à consciência mundial”, define corretamente a ilegitimidade dessa consulta seletiva.

Porém, ela proporciona índices reveladores de mudança dentro da minoria dominante. O

* A eleição de Mitterrand na França pode modificar a posição desse país em relação à África do Sul, já que no seu programa e na sua campanha eleitoral, ele prometeu cumprir as sanções que a comunidade internacional impôs àquele país.

Partido Nacionalista, de Botha, está há 33 anos no governo. Nas eleições de 1977, ele havia conseguido 65,3% dos votos e agora obteve 53%. Em razão do sistema eleitoral, essa diminuição não lhe impedirá um cômodo controle da Câmara única (onde conta com 131 dos 165 assentos), mas acentuará a discórdia dentro do PN.

Os problemas internos

No seio do partido, duas alas disputam a hegemonia. O setor dos “esclarecidos” (*vertligte*) é relativamente moderado e propicia reformas secundárias dentro do sistema segregacionista. O setor dos “rígidos” (*verkrampste*) é, ao contrário, adversário de toda e qualquer modificação do regime de *apartheid*, por mínima que seja.

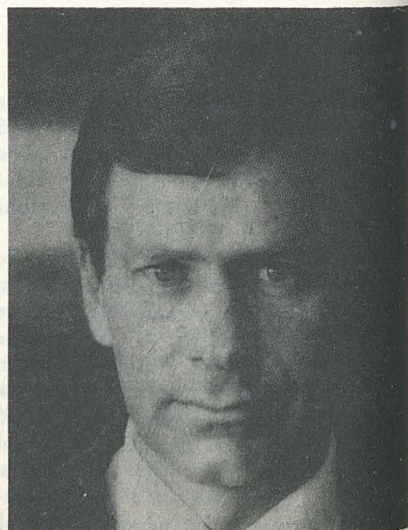
Botha, que subiu ao governo em novembro de 1978, após escândalos que fizeram cair o gabinete anterior, era um aliado da corrente “esclarecida”, cujo programa abraçou.

Porém, a aparição de Reagan por um lado e a virulência da campanha dos núcleos ultra-racistas por outro, o levou em direção ao endurecimento e a ser, na prá-

tica, tão agressivo quanto os “rígidos”. Com tal guinada oportunista, ele esperava neutralizar os ataques vindos da sua direita e conservar seu predomínio. O certo é que redundou num fracasso e não somente porque o PN perdeu votos. Botha esperava conseguir uma aprovação nítida para testar o programa “esclarecido”. Com efeito, buscando esse objetivo, Botha tinha convocado eleições antecipadas (o mandato do Parlamento atual expirava em novembro de 1982). Dentro do PN, portanto, os “rígidos” surgiram reforçados. Produziu-se também um espetacular crescimento do Partido Nacional Republicano (PNR), que havia obtido 3,2% de votos nas eleições de 1977 e que agora, com 13%, multiplica por quatro a sua exígua presença anterior.

O PNR é produto de uma cisão do PN, que seus líderes, encabeçados por Jaap Marais, jugam brando e vacilante. O PNR recolhe seus votos dos estratos mais reacionários e mais racistas da “maioria da minoria”, que, dizer, dos *africaners* (os descendentes dos primeiros colonizadores de ascendência *boer*) que totalizam 58% da população branca. Eles lançaram um ataque

Frederik Slabbert, líder do Partido Progressista Federal: formar uma elite de cor para amortecer os choques inter-raciais



rioso contra o programa "esclarecido" e propiciaram um *apartheid* ainda mais discriminatório e repressivo, considerando-o o único dique seguro para preservar o predomínio branco e os valores ocidentais e cristãos. Desse forma, os candidatos do PNR conseguiram canalizar uma parcela nada desprezível de eleitores, que antes votavam pelo PN.

No amplo bloco que adere ao *apartheid* em seus diferentes matizes, e que vai desde o PN ao PNR, há portanto uma situação confusa e instável. Neste sentido, é significativa a primeira declaração de Botha depois das eleições, referindo-se aos ataques que o PNR lhe dirigiu: "Eles têm feito uma campanha mais suja que vi em minha vida. Essa gente não crê em uma comunidade decente. Deveria ser suprimida da nossa vida pública."

Embora a investida do PNR seja atraente, não tem a importância do crescimento eleitoral ocorrido entre os brancos partidários da reforma do sistema eleitoral, que se expressam principalmente através do Partido Progressista Federal (PPF), que passou a ter de 17,1% a 27,4% de votos.

alternativa reformista

Essa cifra indica a incapacidade dos "esclarecidos" de perceberem a opinião pública de que a alternativa reformista. Ainda mais significativo é o fato de que um terço da população não vê o *apartheid*. O PN, em resumo, sofre dissidências por todos os lados.

Nesse país onde ainda está vedado aos brancos uma alternativa política de esquerda (o Partido Comunista está rigorosamente proscrito), seria errôneo supor que o PPF postula uma variante progressista. O que ele reflete é o liberalismo dos sul-africanos de



Na política sul-africana, os negros continuam sendo apenas mão-de-obra

língua inglesa (37% da população branca), que aspiram a uma modernização capitalista da sociedade sul-africana. O PPF defende a reforma do estatuto atual de segregação, que limita a expansão do mercado interno em razão da baixa capacidade de consumo atual das pessoas de cor.

Esse projeto prevê a incorporação de burocratas, profissionais e empresários de origem africana, de maneira a formar uma elite de cor que atue como um "colchão" amortecedor interracial e que dê solidez ao novo sistema.

Por isso é que boa parte das classes médias urbanas de língua inglesa, a burguesia empresarial local e as empresas transnacionais aderem ao PPF. Harry Oppenheimer, o magnata que preside a *Anglo American Corporation*, é o principal suporte financeiro do PPF.

Eleições: nada significam para os negros

Do ponto de vista africano, estas eleições, nas quais se registrou uma abstenção de 30%, nada significam. Não somente pela sua ilegitimidade como tam-

bém porque as variantes em jogo, desde a manutenção do *apartheid* até sua reforma, implicam a continuidade do regime racista. Para a maioria negra, só teria sentido uma alternativa real: um programa de edificação de uma sociedade democrática e igualitária, cuja tarefa primeira e primordial seria a eliminação total de todas as formas de segregação racial. Esse postulado não se encontrava em nenhum dos programas em debate.

Mas tudo isso não esconde um importante fato que surge das urnas: o retrocesso do PN implica um processo regressivo em relação à hegemonia que desfrutou até agora dentro da minoria branca. Essa hegemonia, ao abarcar a maior parte dos componentes *africaner* e de língua inglesa, deu ao sistema uma estabilidade que começa a se ver comprometida. Em essência, os resultados expressam a ampliação e aprofundamento do debate em uma classe dominante onde alguns sabem que algo deve mudar para não perderem tudo no futuro e outros temem que tudo se desmorone logo que se fizer a primeira mudança nessa sociedade edificada sobre a iniquidade.

□

Os boers

□ Em 1652, a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais instalou no Cabo da Boa Esperança o primeiro contingente de colonos, em sua maioria artesãos e ex-soldados em busca de um futuro melhor.

Estes imigrantes, aos quais logo se somaram muitos alemães protestantes do Norte e huguenotes franceses, eram conhecidos genericamente pelo nome holandês de *boers* (camponeses), ainda que jamais tenham sido — como afirma a propaganda racista — agricultores pacíficos e trabalhadores. Na procura de terras de cultivo ou de pastagem, aniquilaram ou expulsaram os bosquimanos e construíram enormes latifúndios graças ao trabalho escravo dos africanos.

Influenciados pelos ideais da Revolução Francesa, no começo do século 19 os *boers* tornaram-se independentes da Companhia das Índias e se organizam em "distritos autônomos", que em nome da liberdade continuavam expandindo-se sobre terras africanas e submetendo sua população.

Os missionários e jornalistas britânicos que por essa época começaram a chegar ao Cabo descrevem os *boers* como "brutos e preguiçosos", que exploram sem piedade os "nativos semi-selvagens".

Denúncias desse tipo serviam ao nascente capitalismo industrial britânico para justificar a sua própria expansão colonial, motivada pela procura de matérias-primas e mercados para suas manufaturas.

Os dois tipos de colonialismo baseavam-se na exploração dos africanos, porém seus motivos, formas e objetivos eram diferentes e o conflito entre eles resultava inevitável. Assim, a pressão da imigração britânica, maciça no Cabo a partir de 1821, levou cerca de dez mil *boers* a procurarem novos espaços no interior. Essa "Longa Marcha" (*Great Trek*), romantizada como um "êxodo rumo à liberdade" (1936/39), significou o massacre e expulsão de suas terras dos povos *zulu* e *matabele* e resultou no estabelecimento das repúblicas *boers* de Orange e Transvaal. Lá os *boers* desenvolveram uma sociedade ferreamente religiosa, na qual a igreja calvinista assentou as bases ideológicas de um sistema de discriminação racial

"baseado na vontade divina". Parte da população foi confinada em reservas e o resto foi submetido a trabalhos forçados nos latifúndios.

No verão de 1867, foram encontrados os primeiros diamantes às margens do rio Orange. Pouco depois, apareceu ouro nas cercanias de Joanesburgo. Os grandes capitais financeiros e das companhias de mineração britânicos, encabeçados pelo banco Rotschild, tomaram diretamente em suas mãos a política colonial, e o aventureiro Cecil Rhodes, que havia feito fortuna nas minas e em especulação na bolsa, recebeu todo o respaldo para seu projeto de um império britânico "do Cabo da Boa Esperança até o Cairo".

A criação da colônia da Rodésia, após o massacre da resistência dos povos *shona* e *matabele*, foi um primeiro passo nesse sentido, mas as repúblicas *boers* continuavam sendo um obstáculo e a 12 de outubro começou a guerra contra elas. Quatrocentos e cinquenta mil soldados (entre eles, o jovem tenente Winston Churchill) levaram três anos para submeter os sessenta mil *boers*. Orange e Transvaal perderam a sua independência, mas os grandes atingidos foram os africanos, a quem ninguém consultou se tinham interesse em mudar de "senhores" e que perderam no conflito suas colheitas, casas e suas fontes de trabalho nas minas de ouro. Os *boers* e britânicos não tardaram em se unir para combater os levantes anticoloniais, que desde os primeiros meses da guerra começaram a eclodir na Basutolândia, Bechuanalândia e Suazilândia.

O triunfo dos ingleses não significou, portanto, mudança alguma para os africanos. Nem tanto para os *boers* que, como súditos britânicos, conservaram seus privilégios. Assim, ao se constituir em 1910 a União Sul-Africana os terratenentes *boers* passaram a compartilhar o poder com os capitalistas industriais e proprietários de minas britânicos e seu idioma, o *africaans*, foi reconhecido como língua oficial junto ao inglês. A maior parte do exército e do aparelho policial estava nas mãos dos *boers* e por essa razão, para o oprimido povo negro, o *boer* tornou-se um símbolo da repressão de Estado.

Finalmente, em 1960, os *boers* consumaram sua revanche histórica, quando o Partido Nacional (fundado em 1913) chegou ao poder, transformou a União em República, cortou todos os vínculos formais com a Coroa britânica e converteu o *apartheid*, que seus antecessores desenvolveram no Transvaal e Orange, em política e doutrina oficial de todo o país.

A caminho da insurreição

Ideólogo do ANC analisa a conjuntura da África
Austral e conclui que as agressões
sul-africanas demonstram os temores do regime racista



Joe Slovo é um incansável militante do movimento de libertação sul-africano. Nascido em Joanesburgo, de uma família de imigrantes da Europa Oriental, exerceu a advocacia defendendo os direitos civis dos cidadãos negros e foi um “ativista político” — na sua própria definição — desde 1940 até 1963, quando começou a dedicar-se em tempo integral às tarefas do ANC no exterior.

“Não sou uma exceção”, esclarece, referindo-se à sua condição de branco engajado na luta pela libertação da população negra. “Na África do Sul — explica — desde o começo deste século, houve numerosos exemplos de participação de operários, trabalhadores e dos setores da classe média branca na luta contra o racismo.”

Slovo cita o caso de Brown Fisher, um advogado branco que morreu na prisão, cumprindo uma condenação perpétua pela sua militância em favor da libertação. E afirma que “nas prisões sul-africanas existem muitos brancos sentenciados por atividades semelhantes. Nem todos, mas um bom número deles, são militantes socialistas ou membros do Partido Comunista sul-africano”, comenta.

Como militante branco, Slovo entende que o fundamental hoje



Slovo: um líder branco na luta a favor dos negros. Ele diz: "nas prisões sul-africanas existem muitos brancos sentenciados... e um bom número deles são militantes socialistas ou membros do Partido Comunista sul-africano"

na África do Sul é "a libertação dos negros" e "acabar com o racismo". O racismo na África do Sul é parte integrante do sistema capitalista e este último não poderá sobreviver sem o primeiro, assinala Slovo. Na sua opinião, a longo prazo, interessa a todos os sul-africanos, brancos e negros, que o sistema capitalista seja destruído. Consultado se alguma vez tinha sentido um "racismo inverso" dos negros em relação aos brancos, foi categórico: "Nunca!"

Autor de vários livros sobre o seu país — entre eles: "África Austral, um só caminho", traduzido ao português — Slovo é considerado um dos mais destacados ideólogos de seu país. Indagado sobre temas da atualidade da África Austral, durante a entrevista que concedeu em Maputo ao nosso diretor Neiva Moreira e aos nossos correspondentes Etevaldo Hipólito e João Escadinha, Slovo fez as seguintes reflexões:

As eleições — Os brancos apoiaram a política da direita com 70% da votação. A imprensa ocidental descreveu as eleições como "avanços tanto das forças de esquerda como das de direita". Devemos ter cuidado. No quadro

político de qualquer outro país, nem um só dos partidos dos brancos, nem mesmo o Progressista Liberal, poderia ser definido como de verdadeira esquerda.

No entanto, pequenas modificações que entraram em cena têm sua importância. No seio da classe dominante, há crescentes diferenças a respeito da tática a utilizar contra o movimento insurrecional na África do Sul. Essas divergências têm importância para o movimento de libertação, como qualquer outra discrepância no seio do inimigo.

O Partido Nacional (PN), que começou sua vida política como representante dos *afrikaaners* (*boers*), nas últimas décadas foi-se transformando em agente do grande capital, que hoje não é apenas constituído pelos velhos industriais ingleses, mas também pelos capitais imperialistas. As medidas que esse partido está adotando também são sentidas pela classe trabalhadora branca *afrikaaner*. E essa insatisfação entre seus seguidores explica a guinada de 14% dos antigos eleitores do PN para a direita.

Essa votação conservadora vai inibir o Partido Nacional de dar continuidade às mudanças super-

ficiais que tinha posto em prática nos últimos anos.

A essência do "apartheid" — Durante sua recente visita aos Estados Unidos, um dos ministros de Piether Botha disse que "o *apartheid* está morrendo". As mudanças superficiais por eles introduzidas confundiram inclusive os democratas sinceros. Mas durante o regime de Botha o *apartheid* — na sua essência — intensificou-se. O *apartheid* é monopólio de 87% das terras do poder político do país, quando examinamos esses dois aspectos fundamentais, a conclusão é clara: a política de criação de bantustões institucionaliza a fragmentação do país e está sendo intensificada. Oitenta por cento da população está perdendo a sua cidadania sul-africana.

As condições de vida da população negra pioraram sob o governo de Botha em todos os aspectos. Nos bantustões há 11 milhões de pessoas. Porém em 1956, a comissão criada pelo governo para tratar do problema afirmava que os bantustões poderiam assegurar uma vida decente a 2,5 milhões de pessoas. Hoje, existem dois milhões de desempregados na África do Sul e a mortalidade infantil está aumentando entre a população negra.

A classe média negra — Para enfrentar as ameaças da oposição negra e devido às pressões internacionais, Botha adotou uma política deliberada de criação de uma classe média que atuasse como amortecedor. A grande maioria das reformas que são propagandeadas no exterior afetam a essa minoria da população negra.

As concessões são pouco acesso desses negros a alguns hotéis, restaurantes e teatros; um diminuto setor do proletariado negro qualificado, agora pode ser nomeado para alguns postos de

maior qualificação; e essa minoria tem o direito de viver nas áreas brancas. Mas isso não atinge a 95% da população negra.

Por outro lado, criou-se nos bantustões uma classe burocrática negra que desempenhará para Pretória o papel de administradora da população local.

Algumas mudanças respondem a uma tática antiinsurreccional, destinada a ganhar simpatias. E outras foram forçadas pela classe dominante, como consequência da mudança nas forças produtivas.

Porém, sob um ponto de vista global, não resta dúvidas que todas as forças políticas brancas, incluindo o Partido Federal Progressista, tentam manter e consolidar a essência da supremacia branca racista no país.

A política externa — Devemos esperar um período ainda mais agressivo de parte da África do Sul contra seus vizinhos da África Austral. As críticas da extrema direita a Botha foram no sentido de que tinha sido muito "suave" em relação aos regimes revolucionários da região.

Reagan deu uma "injeção" de sangue no regime de Pretória. Isso fica claro nas suas recentes posturas em relação à Namíbia, no ataque à Matola (Moçambique), nas suas agressões e sua propaganda em geral contra as nações da África Austral.

Delegações militares da África do Sul estiveram recentemente na América Latina. E não faz muito tempo, delegações militares latino-americanas foram convidadas pela África do Sul para visitarem sua base naval de Simonstein. Houve negociações do regime sul-africano com governos latino-americanos para que estes recebessem imigrantes do Zimbábue e, eventualmente, no futuro, imigrantes da própria África do Sul.



A discriminação racial está em toda a parte: até no uso dos toaletes

Está claro que econômica e politicamente, a aproximação entre a reação das duas costas do Atlântico Sul é uma resposta ao fortalecimento da revolução da África Austral.

O ANC e outras forças de oposição — O ANC é uma organização política que está à frente de uma aliança para a libertação. Não reivindica para si o monopólio da oposição.

No seio das massas negras surgiram muitas forças que, em geral, apoiam os objetivos globais do ANC. Na igreja negra, há um movimento maciço de oposição à política do *apartheid* encabeçado pelo bispo Desmond Tutu. Entre os estudantes, surgiram organizações de massa não só voltadas para as reivindicações curriculares, mas que também questionam a essência do regime. A partir de 1967, nos bantustões, surgiram personalidades e forças democráticas que resistem à fragmentação da África do Sul.

O ANC acredita que a classe operária sul-africana é a principal força de resistência. Desde o início dos anos 70, surgiram greves

maciças. E o movimento sindical negro cresceu. Como os trabalhadores negros sofrem a discriminação racial, a luta não pode ser só economicista. Sempre tem uma conotação política.

Perspectivas — A África do Sul vive uma etapa pré-revolucionária. Os levantes populares sucedem-se espontaneamente em todo o país. Acreditamos que não haverá outra opção para a mudança senão a combinação da mobilização política das massas e a confrontação militar.

As contínuas agressões aos países limítrofes refletem a insegurança do regime. Pelo seu apoio aos movimentos de libertação da África Austral, os países da Linha da Frente são agredidos em todos os campos ao alcance de Pretória: militar, econômico e político.

Cada país tem condições particulares. Na África do Sul, ainda que a luta militar seja muito importante, acreditamos que a força que irá construir o poder popular terá que mover-se muito bem no campo político. Em resumo, a década dos 80 abre para a África do Sul a possibilidade da insurreição. □

O rescaldo do 14 de novembro

Quase cinco meses após a ação militar que depôs o regime de Luiz Cabral, o comandante-de-brigada Nino Vieira, Presidente do Conselho da Revolução da Guiné-Bissau, em entrevista exclusiva, fala dos problemas presentes e futuros que afligem o seu país

Altair L. Campos

Um mês após a queda do regime de Luiz Cabral na Guiné-Bissau, cadernos do terceiro mundo estiveram no país, através do seu enviado especial, Baptista da Silva, que teve oportunidade de verificar e constatar as reais razões do golpe militar e as questões e dúvidas que pairavam sobre as possibilidades do novo governo conduzir os negócios do país, quais as culpas ou erros imputados a Luiz Cabral e, enfim, que perspectivas o futuro oferecia à Guiné-Bissau.

Na nossa recente ida a Bissau, pudemos, por nossa vez, quatro meses depois do 14 de Novembro, recolocar as questões já levantadas. Através das abalisadas palavras de Nino Vieira, verifica-se que o grave problema existente, além daqueles de carácter sócio-econômico, é o da cisão do PAIGC, partido que, durante o longo processo de libertação do país e de Cabo Verde, soube manter a sua unidade.

Existem hoje, respectivamente, em cada país, dois partidos distintos: o PAICV (Partido Africano para a Independência de Cabo Verde), e o PAIGC, que manteve a sigla, mas que na realidade só persiste na Guiné-Bissau. E pouco foi feito, de concreto, para superar essa situação.

Outras coisas pudemos, de perto, verificar e constatar. A



Nino Vieira

popularidade de Nino Vieira, nos meios políticos e no seio do povo, é incontestável. Djarama Kabi, como Nino também é conhecido, filho do povo e formado politicamente na guerra de libertação, "no mato", em contacto diário e directo com a realidade e a miséria em que vivia o povo guineense, goza também de prestígio e respeito entre os seus camaradas de armas, das Farp (Forças Armadas Revolucionárias do Povo). Nino Vieira teve participação determinante na sua

constituição durante e após o processo de libertação.

A sua tarefa política não será fácil. Foi a intermediação de Angola e Moçambique, através dos seus quadros mais representativos, que evitou a ruptura do diálogo Guiné-Cabo Verde.

Porém, sente-se, nas opiniões formuladas pelo próprio Nino e por outros responsáveis guineenses, a disposição de reatar o diálogo, de somar, e não de dividir.

Quais as razões fundamentais da ação militar de 14 de novembro?

— Podemos começar pela decadente situação econômico-social do país. E acrescentamos o desvio da linha ideológica do PAIGC, que se consubstanciou na eliminação progressiva do centralismo democrático e no afastamento dos princípios da crítica e autocrítica. E mais: o princípio da unidade Guiné-Cabo Verde estava sendo deturpado com a introdução do divisionismo entre militantes, responsáveis e dirigentes.

Não haveria, numa primeira leitura, uma solução política, em o recurso às armas? Uma possibilidade de discussão política dos erros existentes?

— A situação criada atingiu proporções insustentáveis, com desfecho imprevisível, e capaz de pôr em causa a nossa própria Revolução, com consequências irreparáveis. Negavam-se, a cada momento, os objetivos e a linha de pensamento de Amílcar Cabral. Por diversas vezes, algumas pessoalmente, levantamos os problemas. O próprio Secretário-Geral do PAIGC, Aristides Pereira, estava a par de muitas irregularidades e desmandos existentes.

Poderia mencionar alguma dessas irregularidades e desmandos?

— Enquanto era proclamada por todos os lados a nossa Democracia Nacional Revolucionária, assistia-se, na prática, à sua completa negação. A discussão do anteprojecto e do próprio projecto da nossa Constituição Política revelou os objetivos de personalização do poder e também a flagrante negação de identidade ao povo guineense.

Havia algum programa pré-estabelecido a ser posto em prá-

tica após a ação militar, caso esta se fizesse necessária?

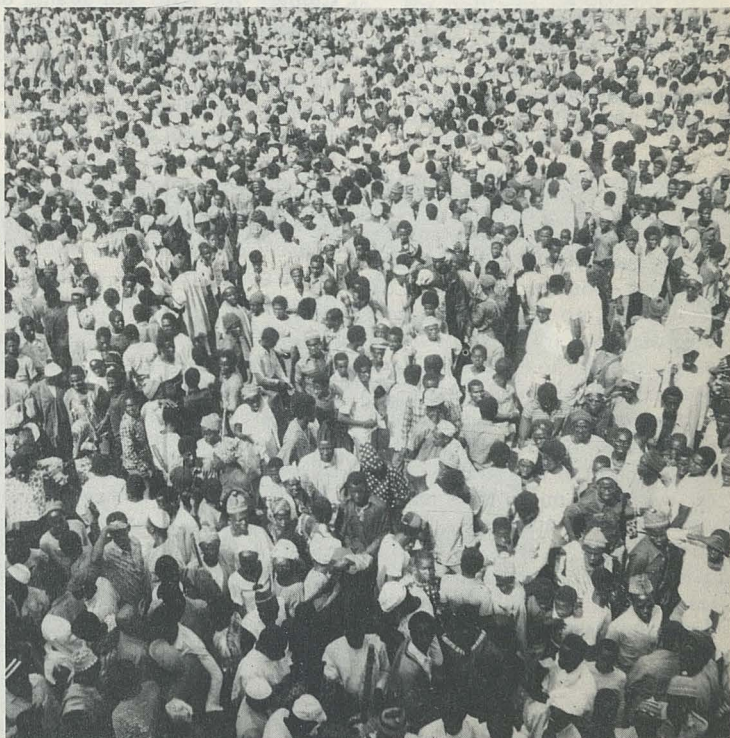
— Como já tive ocasião de afirmar a representantes da imprensa internacional, o nosso programa terá que ser (e está sendo) baseado na deteriorada situação da economia nacional, numa linha de ação realista e consequente. Não podemos fechar os olhos à situação existente, nem prometer ou realizar milagres. A situação que aí está não nos permite divagações ou novas experiências. Temos que realmente resolver os problemas fundamentais do povo guineense, principalmente naquilo que se refere à alimentação e saúde. Todo e qualquer projeto ou investimento a ser posto em prática ou a ser feito, terá que ter, acima de tudo, a preocupação de solucionar esses problemas.

O que foi que mudou, a partir de 14 de novembro, na orientação política seguida pela Guiné-Bissau?

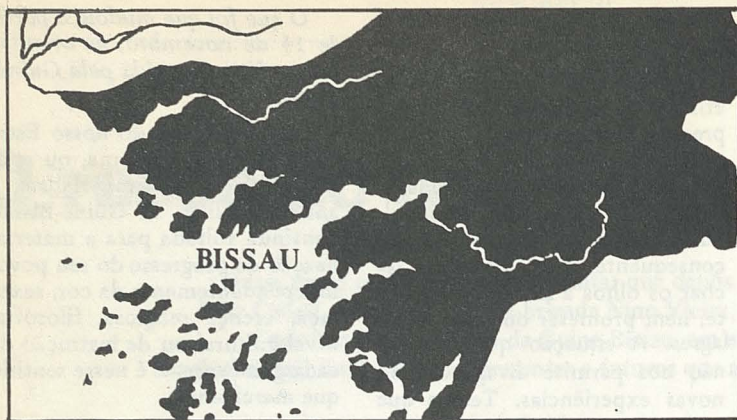
— A natureza do nosso Estado permanece a mesma, ou seja, democrática, antiimperialista e anticolonialista. A Guiné-Bissau continua voltada para a materialização do progresso do seu povo, independentemente da cor, sexo, raça, crença religiosa, filosofia, nível cultural ou de instrução de cada guineense. E é nesse sentido que marchamos.

É de conhecimento público que, horas antes da ação militar ter sido desencadeada, elementos do então Comissariado do Interior tentaram prendê-lo. Quais são os fatos reais?

— A ação militar foi desencadeada às 19,30 horas do dia 14.



Depois da mudança do governo em Bissau, o povo saiu às ruas em apoio a Nino Vieira e à sua proposta de moralização das instituições do país



ÁFRICA

Às 17,30 desse mesmo dia, estiveram em minha casa dois dos mais representativos elementos do regime de Luiz Cabral, Buscardini e Lourenço Gomes, que me questionaram sobre o "golpe" que estava sendo preparado por mim. Como nada conseguiram apurar, retiraram-se com a promessa de que retornariam assim que tivessem provas concretas do meu envolvimento pessoal. Cumpre-me ainda dizer que nesse dia eu estava acamado, bastante doente. Não tiveram tempo de voltar.

E até onde ia esse envolvimento?

— O que havia sido discutido e combinado, entre os camaradas militares e outros camaradas de luta, é que, no dia 16 de novembro, dia das Farp, iríamos levar, pessoalmente, ao então presidente Luiz Cabral, todas as nossas inquietações, e exigiríamos o fim dos desmandos existentes. Caberia a ele, em última análise, decidir se estava ou não de acordo com os erros apontados. Complementando a resposta, o envolvimento era das Farp, e como responsável, eu tinha a minha devida quota de responsabilidade.

Os erros

E sobre a auto-estrada que liga Bissau ao aeroporto, ou do

Complexo Agroindustrial do Cumeré, alguma coisa a dizer?

— Dois sérios problemas. Houve a preocupação de construir uma auto-estrada na capital, quando deviam ser abertas estradas para o sul do país que facilitassem o escoamento de produtos agrícolas que todos os anos ali apodrecem. O Complexo de Cumeré foi feito por mania de grandeza, e sabe-se de antemão que a sua rentabilidade será baixa, pois não temos condições de abastecê-lo. Altos investimentos feitos enquanto, como já disse, o nosso povo morria de fome.

Foram, ou estão sendo feitos inquéritos ou averiguações de malversação de fundos públicos, de desvios etc., nas empresas e organizações estatais?

— Não conseguimos apurar tudo ainda, e os inquéritos ainda prosseguem. Foram criadas em empresas como a Cicer, Dicol e Armazéns do Povo, situações absolutamente inconcebíveis. Nosso povo é que pagava os roubos, desvios e as negligências havidas nessas empresas. Enquanto não apuramos todas as responsabilidades, alguns elementos, como o ex-comissário do Comércio, Indústria e Artesanato, Armando Ramos, e outros responsáveis, como Francisco Coutinho e Adelino Moreira, estão em regime de residência vigiada ou detidos.

Problemas entre a Guiné e Cabo Verde

Uma das primeiras notícias veiculadas no mundo, logo após o 14 de Novembro, foi a de que havia perseguição aos caboverdianos residentes no país. Houve mesmo essa "perseguição"?

— Nunca fomos e não somos contra os caboverdianos. Se negarmos a própria história de libertação dos dois países. E, sim, contra os caboverdianos e guineenses, que fizeram e fazem injustiças contra os filhos da Guiné-Bissau. Aqui também a terra de todos os caboverdianos. Houve realmente, de parte de alguns guineenses mal-intencionados, nos primeiros momentos, algum radicalismo. Mas isso rapidamente contornado. No Ministério dos Transportes é caboverdiano. E temos orgulho de ter no governo.

Quais são hoje as relações entre os Estados da Guiné-Bissau e Cabo Verde?

— Até o dia de hoje, depois do 14 de Novembro, ainda não tivemos nenhum contato direto, nenhum relacionamento direto. Faz-se necessário, principalmente, que discutamos as razões que motivaram o 14 de Novembro, pois se trata de um problema antes de mais nada, do Partido Cabo Verde tomou a decisão de sair do PAIGC, formaram o PRCV, sem que tenha havido um Congresso que tivesse dissolvido o Partido. Fizeram um mini-congresso, se assim o podemos chamar, e resolveram sair do Partido.

O que existe então, é uma ruptura no Partido?

— O que se passou na Guiné-Bissau foi um problema puramente nacional, guineense, não achamos por bem resolver. Achamos que Cabo Verde não tinha direito de nos condenar, de nos acusar, sem que nos ouvissemos primeiro. Muitas das coisas que

ginaram o 14 de Novembro eram do conhecimento de alguns dirigentes caboverdianos.

Do Secretário-Geral? De Aristides Pereira?

— Naturalmente. Era do seu conhecimento. Várias questões por diversas vezes lhe foram explicadas e nunca foi tomada nenhuma medida séria. Pelo contrário, ele sempre afirmou que os problemas da Guiné-Bissau deveriam ser resolvidos pelos guineenses e não pelos caboverdianos. Da maneira como as coisas andavam, tivemos que tomar a iniciativa. Isso, para não mancharmos a nossa dignidade, para que no futuro não fôssemos julgados pelas novas gerações, sem que tivéssemos culpa. E essa seria, sim, a de omissão...

O recurso às armas

O que Cabo Verde condenou foi a utilização do recurso às armas...

— Isso não era fácil, como diz Cabo Verde. Que esse não era o método. Não havia condições de, sem armas, sem o seu apoio, re-

solvermos os nossos problemas. Luiz Cabral tinha uma rede, todo um esquema, toda uma segurança montada. Poderíamos ter sido massacrados, ou poderia ter havido um grande número de mortos. E nós não queríamos isso no nosso país. O próprio Buscardini não foi morto, mas cometeu suicídio, diante de testemunhas. (Ver **cadernos do terceiro mundo** nº 31.)

“Cada país é soberano”

Marcelino dos Santos esteve aqui em Bissau como enviado especial do presidente Samora Machel e, supõe-se, para servir como mediador na questão existente entre Guiné-Bissau e Cabo Verde. Pelas mesmas razões, aqui estiveram dirigentes angolanos. Por que não se realizou a programada reunião em Maputo?

— Nós, no princípio, estávamos de acordo, mas logo depois tivemos que desistir, diante de várias mensagens do camarada Aristides Pereira, onde falava que eu deveria ir preparado para discutir os problemas existentes entre os nossos governos. No

momento não havia nada a discutir entre governos. Cada país é soberano. Temos, isto sim, um partido único, e nesse plano é que deveria transcorrer a reunião. O que estava, e está, em causa, não era o governo e sim o Partido.

A anistia

Por que razão o Conselho da Revolução decidiu anistiar, e mesmo perdoar, casos de crimes políticos, e mesmo de crime comum?

— A orientação política do PAIGC visa recuperar o homem para o serviço dos interesses superiores do país, conforme especificamos quando da nossa decisão.

E o caso de Rafael Barbosa? Foi anistiado? Por que está novamente preso?*

— Essa anistia foi para os presos políticos implicados na tentativa de golpe de 18 de novembro.

(*) N. da Redação: Rafael Barbosa participou do frustrado golpe de Estado do ano de 1978



As Farp não estavam de acordo com o governo de Luiz Cabral e tiveram papel destacado na sua deposição

bro de 1978, e por essa implicação, Rafael Barbosa, que estava condenado à morte, foi anistiado. O que não foi levado em conta no momento da libertação dos anistiados, que também era um momento de festa e euforia, é que Rafael Barbosa cumpria pena de quinze anos de trabalho produtivo, decidida pelo Conselho de Estado em 1977. Como estivesse doente, foi mandado para o hospital e, posteriormente, para a sua casa, sob regime de residência vigiada, até que se recompusesse. Assim que se viu em liberdade, Rafael Barbosa dirigiu-se para a rádio, e começou a fazer um pronunciamento político que tivemos que interromper. Queria fazer parte do novo governo. Tivemos que lhe dizer, cara a cara, que para nós era um traidor da causa do povo guineense, e que por isso fora condenado. Ainda temos em nosso poder o filme e a gravação das suas declarações feitas na rádio, quando negou a sua militância no PAIGC e afirmou que era tão português como Spínola, que tantas mortes causou na nossa pátria. Muitos "esqueceram-se" da traição, mas nós temos a obrigação de não esquecê-la.



Luiz Cabral

Há ainda o caso da entrevista dada por ele ao jornal português Expresso, que tanta celeuma causou no exterior. Seria também esta uma das razões da sua volta à prisão?

— Como já disse, Rafael Barbosa encontrava-se sob regime de residência vigiada. E no tempo que passou nessa situação, aproveitou para refazer contatos e para dar a tal entrevista, que foi encaminhada para o exterior pelos correspondentes da agência portuguesa de notícias Anop. Daí a razão da sua expulsão. Rafael Barbosa voltou para a prisão simplesmente para cumprir o resto da pena a que foi condenado.

Houve, dentro do Partido, ou da parte de Luiz Cabral, alguma medida, algum ato que viesse desprestigiá-lo pessoalmente?

— Como sabem, fui enviado a Cuba para frequentar um curso militar. E antes de viajar, era o quarto na hierarquia do Partido, sendo membro da Comissão Permanente do Comitê Executivo de Luta, órgão máximo do Partido. Na minha ausência, sem que houvesse nenhum Congresso que o deliberasse e decidisse, fui relegado para o quinto posto. Para o quarto tinha sido elevado o Pedro Pires, que nem à Comissão Permanente pertencia. Quando questioneei o Luiz Cabral a esse respeito, a resposta que tive foi a de que, como o Pedro Pires era o Primeiro-Ministro de Cabo Verde, tinha esse direito.

Haveria então um problema com o próprio Luiz Cabral?

— Na realidade, eu não gozava da confiança do Luiz Cabral. E levantei o problema em reuniões da Comissão Permanente. Pessoas foram torturadas, massacradas, sem que eu disso tivesse conhecimento. Um militar que conseguiu fugir veio à minha procura, mostrou as cicatrizes de queimaduras de cigarros e de

choques elétricos. Havia sido torturado para que me incriminasse para que me acusasse de alguma conspiração...

Sendo Nino o Comissário Principal, o Primeiro-Ministro?

— Sim... E falei disso numa reunião do Partido. A resposta que tive do Luiz Cabral foi que esse era o trabalho da Segurança. E a Segurança estava totalmente nas mãos do Luiz Cabral. E houve também o caso de dois camaradas militares, meus subordinados, que foram publicamente condecorados sem que eu o tivesse sido. Luiz Cabral utilizava a técnica do colonialismo português de "dividir para reinar". Sua intenção era criar uma situação de mal-estar entre eu e os meus camaradas.

Política internacional

Como se insere hoje a Guiné-Bissau no contexto político mundial?

— Nosso país é não-alinhado e como também já o definimos profundamente ligado aos ideais de paz e de justiça social. Nossa ação, de acordo com os ensinamentos legados por Amílcar Cabral, centra-se no estabelecimento de uma cooperação fraterna entre os povos e pela instauração de um clima de confiança e respeito mútuos. Continuamos a seguir os princípios do nosso partido, o PAIGC, e nossas relações internacionais estão de acordo com os ideais e objetivos enunciados na Carta das Nações Unidas.

A nível de auxílio externo quem colabora mais com a Guiné-Bissau? Os países socialistas ou o Ocidente?

— O Ocidente. É quem mais nos ajuda na área alimentar.

Não teria essa situação sido fruto da orientação seguida pelo PAIGC? Haveria agora condições para uma maior implementação

a ajuda dada pelos países socialistas?

— Talvez sim. Recebemos mais auxílio dos países socialistas na área militar. Na Educação, agora temos alguns cooperantes na Saúde, cubanos e soviéticos. Os países escandinavos e a Holanda dão-nos grande ajuda em equipamentos.

Como estão as relações com Portugal?

— Boas. Logo depois do 14 de Novembro, tivemos aqui a presença do conselheiro da Revolução, coronel Vitor Alves, que veio, em nome do presidente Soares, inteirar-se do que havia se passado. E compreendeu a nossa situação.

Com países do Terceiro Mundo, no caso específico do Brasil, que tipo de relacionamento existe?

— Temos um relacionamento com o Brasil que está indo muito bem. Temos recebido algumas bolsas de estudo, e temos muitos estudantes nesse país.

Existe alguma componente social-democrata no Conselho da Revolução ou no Governo? Especula-se sobre isso, principalmente na Europa...

— Não tínhamos conhecimento dessa especulação. Mas posso afirmar que isso é absolutamente falso. Não há possibilidade disso. Quem não quiser continuar na linha do PAIGC, cai fora. Não

admitimos outra linha de ação política.

O ano de curso militar vivido em Cuba, o contato direto com a política e a realidade cubanas, teriam influenciado nas posições que tomou?

— O curso que fiz — e não estava sozinho, éramos seis camaradas militares a fazê-lo — foi essencialmente militar, um curso para oficiais superiores. Nada mais houve além disso.

Em que situação se encontra hoje o presidente deposto, Luiz Cabral?

— Em regime de residência vigiada, e será oportunamente julgado. Para isso, já está sendo constituído um Tribunal. □

Nino Vieira

□ Nascido a 27 de abril de 1939 na cidade de Bissau, filho de trabalhadores, o Comandante Nino foi obrigado a, cedo, participar no sustento da família, trabalhando desde tenra idade, tendo se especializado como eletricitista.

Em 1960, aos 21 anos de idade, João Bernardo Vieira ingressou nas fileiras do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde), onde as suas qualidades de combatente e chefe militar credenciaram-no a receber formação militar na República Popular da China, de onde regressou em fins de 1961.

De 1961 a 1964, desempenhou as funções de responsável militar na região de Catió, no sul do país. A sua ação de trabalho mereceu o reconhecimento do I Congresso do PAIGC, realizado em Cassacá em fevereiro de 1964, que o elegeu para o Birô Político do Comitê Central do Partido e responsabiliza-o como Comandante Militar da Frente Sul, passando, em 1965, a fazer parte do Conselho de Guerra. De 1967 a 1970, foi delegado do Birô Político na Frente Sul e, em 1971, foi eleito membro do Comitê Executivo de Luta do PAIGC.

No 29 Congresso do Partido, realizado em fevereiro de 1973, e às vésperas da vitória definitiva do povo guineense, o Comandante Nino foi eleito membro do Secretariado Permanente do Partido.

Com a proclamação da independência do novo Estado, a 24 de setembro de 1973, João Bernardo Vieira, Presidente da Primeira Assembléia Nacional Popular, assumiu as funções de Comissário de Estado das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (Farp).

Em 1976, quando a Guiné-Bissau comemorava o vigésimo aniversário de fundação do PAIGC, João Bernardo Vieira foi condecorado pelo Secretário-Geral do PAIGC com a medalha Amílcar Cabral, a mais alta condecoração do jovem Estado independente e, em 1977, foi eleito membro da Comissão Permanente do Comitê Executivo de Luta do PAIGC.

De 1973 a 1978, exerceu as funções de Presidente da Assembléia Nacional Popular e de Comissário de Estado das Forças Armadas e, em outubro ainda de 1978, foi nomeado Comissário Principal do Conselho dos Comissários de Estado, tendo sido, finalmente, em março de 1979, designado Presidente do Conselho Nacional do PAIGC da Guiné.

A 14 de novembro de 1980, à frente de um grupo de dirigentes guineenses e com o apoio das Farp, o Comandante Nino destituiu Luiz Cabral.

Hoje, é o Presidente do Conselho da Revolução da Guiné-Bissau.

GUINÉ-BISSAU



Uma nova orientação para o desenvolvimento

Destruída pelo colonialismo,
tenta-se reorganizar a economia do país

A Guiné-Bissau é um pequeno país de 800 mil habitantes ocupando um território de 36.125 quilômetros quadrados. O Produto Interno Bruto (PIB) por habitante é estimado em 175 dólares. A proporção da população rural gira em torno de 90% e a taxa de alfabetização é de 10%. Portanto, a Guiné-Bissau tem todas as características de um país do grupo dos menos desenvolvidos e sua situação é agravada pela importância da parte em arqui-

pélago de seu território e pela multiplicidade das línguas faladas pela sua população.

Além disso, o país enfrenta, desde sua total independência em 1974, um conjunto de dificuldades específicas: ao contrário de outras regiões onde o colonialismo constituiu infra-estruturas mínimas (claro que deformadas, mas em todo caso, existentes), a Guiné-Bissau quase nada herdou neste campo: 430 quilômetros de estradas asfaltadas e uma fábrica de cerveja ori-

ginalmente destinada aos militares coloniais.

Isso levou o país a lançar, desde a sua independência, uma série de grandes investimentos em infra-estruturas, que se constituem em iniciativas de desenvolvimento. Isto, porque criar um processo de desenvolvimento exige, mobilizando o conjunto da população, as pré-existentes, como estradas, acesso, formação de um quadro administrativo regional mínimo e outros sistemas de apoio.

O essencial dos esforços do período inicial de desenvolvimento foram as atividades de infraestrutura, compreendendo a abertura e a recuperação dos principais eixos de transportes, a criação dos sistemas fundamentais de comercialização e de estocagem, a organização da espinha dorsal de telecomunicações (que permite um efetivo contato entre a administração central e as regiões), a criação de infra-estruturas de produção de energia e o abastecimento de água, além de outras atividades básicas. Em termos institucionais, as novas estruturas encarregadas de promover o desenvolvimento do país concentraram-se na criação de uma capacidade mínima de trabalho por meio de esforços preliminares de formação, de recrutamento e equipamento dos ministérios e das regiões.

Embora um esforço importante tenha sido realizado no desenvolvimento de atividades produtivas, o principal deles foi orientado no sentido da criação de infra-estruturas elementares destinadas a preparar o início dos programas de desenvolvimento nacional, o que deverá permitir a mobilização do conjunto da população guineense e de seus fatores de produção.

Concentração dos investimentos

Entretanto, deve-se constatar, ao decorrer dessa fase inicial, graves deformações no desenvolvimento do país, que ameaçavam levá-lo a um impasse. Essa situação pode ser resumida em alguns pontos:

— Um primeiro desequilíbrio resulta da excessiva concentração dos investimentos na capital, Bissau, em relação ao interior do país, onde vive 90% da população. Assim, os investimentos na capital — que tem 110 mil habitantes, ou seja, 15% da população — foram da ordem de 50% do total durante os três últimos

anos. O resultado é que o desequilíbrio (já muito forte entre a cidade e o campo) acentuou-se, acarretando efeitos secundários como, por exemplo, a aceleração do êxodo rural e, principalmente, o enfraquecimento do interesse do campesinato em tomar em suas mãos o seu próprio desenvolvimento.

— Uma segunda dificuldade surge com o ritmo muito rápido da aquisição de equipamentos e de criação de novos projetos, em relação ao ritmo muito mais lento da capacidade da Guiné de utilizá-los produtivamente. Esse grande atraso nos programas de formação, de manutenção, de fornecimento de peças de reposição, de gestão e de administração, resulta em grande parte da dramática insuficiência de quadros.

— A excessiva concentração dos investimentos em grandes infra-estruturas nacionais, em detrimento das pequenas infra-estruturas diretamente produtivas, também teve um papel importante no atual impasse. Dessa forma, foram feitos investimentos da ordem de 40 milhões de

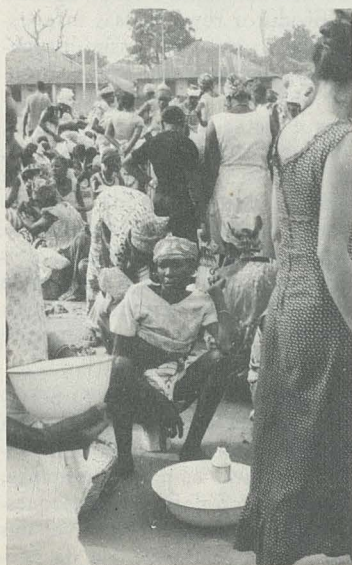
dólares no setor das grandes centrais elétricas, mas muito pouco foi realizado no campo da pequena hidráulica, que permite a irrigação dos terrenos. Adquiriu-se equipamento de transporte médio com pesados investimentos, mas, no entanto, muito pouco foi feito em termos do pequeno transporte rural, que permite aumentar imediatamente a produtividade do camponês. O resultado é que a Guiné tem uma enorme máquina a manter, enquanto os efeitos produtivos só se farão sentir a longo e médio prazo.

— Há, enfim, um impasse ao nível do Balanço de Pagamentos, devido particularmente a uma subestimação do volume de divisas que o país teria que dispor em consequência do equipamento que lhe foi vendido ou doado. Devido à necessidade de importar energia, os custos permanentes em divisas de cada caminhão e cada máquina, peças de reposição, assistência técnica e, frequentemente, inclusive a matéria-prima para fazê-los funcionar, foram rapidamente aumentados. Criou-se assim uma dificuldade real em fazer funcionar o parque de equipamentos adquiridos. Essa situação, evidentemente, agravou-se com o aumento do preço do petróleo.

Difícil situação financeira

Essa orientação do desenvolvimento econômico, que influiu nos acontecimentos de 14 de novembro último, levou o país a uma situação financeira muito difícil.

Ao nível das operações do Estado, constata-se uma situação onde se gasta todo ano cerca de 3 bilhões de pesos¹ para receitas líquidas de cerca de 600 milhões de pesos. O déficit assim criado é coberto por emissões de moeda da ordem de 600 milhões de pe-



90% da população vive na capital

(1) Um dólar = 33,5 pesos

tos para as despesas internas, enquanto que o esforço de investimentos é coberto, na sua quase-totalidade, por contribuições externas da ordem de 1.800 milhões de pesos. Os financiamentos externos permitem, portanto, assegurar o equilíbrio, mas o esforço insuficiente de dinamização da produção rural constatado acima, com a concentração dos investimentos na capital, levou a uma situação difícil de ser sustentada, já que as despesas progrediram muito mais rápido do que a capacidade de acumulação interna.

Ao nível do Balanço de Pagamentos, a situação degradou-se progressivamente. As exportações foram de aproximadamente 15 milhões de dólares em 1979 contra um total de importações de 60 milhões de dólares. Sem dúvida, uma grande parte dessas importações era de ajuda alimentar, mas teve-se de recorrer a linhas de crédito importantes para equilibrar a balança, criando uma situação difícil em termos de dívida externa. Assim, o país enfrenta atualmente uma dívida externa de 170 milhões de dólares e deverá garantir um serviço dessa dívida em 7,5 milhões de dólares em 1981 e de 8,6 milhões em 1982.

É necessário dizer que a situação da Guiné-Bissau, nesse campo, não é má estruturalmente, na medida em que há uma grande subutilização dos terrenos para agricultura (apenas 400 mil hectares cultivados contra mais de um milhão de hectares cultiváveis), possibilidades de se alcançar exportações de pescado da ordem de 200 mil toneladas por ano (das quais duas mil são de camarão), reforço da exportação de madeira. A essas possibilidades acrescenta-se o potencial (em fase de avaliação) de bauxita (cerca de 200 milhões de toneladas), de petróleo e de fosfato (em estudo).

Entretanto, esse potencial não será transformado em ganhos efetivos em divisas antes de alguns anos, dado o tempo de amadurecimento dos investimentos efetuados. Daqui até lá, a Guiné-Bissau deve passar uma fase muito difícil, que afetará o início de seus programas de desenvolvimento — e particularmente de desenvolvimento rural — destinados a garantir ao país uma base sólida, fundamentada em sua capacidade de produção.

Reorientação e plano quadrienal

Neste sentido, o Governo trabalha na definição das grandes linhas de reorientação da economia para este ano de 1981 e para o Plano Quadrienal de Desenvolvimento 1983-86. Essas grandes linhas podem ser provisoriamente definidas da seguinte forma:

Infra-estrutura econômica: O Plano Quadrienal se caracterizará pela passagem da fase de grandes infra-estruturas de alcance nacional (estradas principais, eixo das telecomunicações, espinha dorsal energética etc.) a uma segunda geração de projetos econômicos ao nível regional e local, ligando o produtor rural a essas infra-estruturas nacionais. Assim, procurar-se-ia programar, com particular ênfase, a construção de estradas e pistas de acesso às aldeias, a criação da rede telefônica rural, a promoção da produção de energia descentralizada e o reforço do sistema de comercialização primária, objetivando efeitos produtivos diretos capazes de rentabilizar as grandes infra-estruturas nacionais atualmente em fase de realização.

Desenvolvimento rural: O período seria caracterizado por uma grande prioridade ao desenvolvimento rural e, particularmente, pelo reforço definido do processo de acumulação ao nível das aldeias. A sobrevivência da economia das aldeias constitui um dos elementos específicos e im-

portantes do potencial agrícola do país que não foi submetido como outras colônias — a implantação profunda da agricultura de exportação. A produção da agricultura popular e o lançamento de sistemas de apoio ao desenvolvimento rural (trata-se de 90% da população) como a rede de abastecimento de bens de produção, o sistema de crédito rural, de estocagem, comercialização primária e transporte local, de apoio veterinário e fito-sanitário.

Assim, seriam criadas as condições para que as próprias aldeias organizadas sob a direção dos Comitês de Aldeias, desde tempos da luta do PAIGC, independentemente, possam tomar a iniciativa de seu próprio desenvolvimento sob a orientação e apoio do Estado.

Setor moderno: No conjunto do que podemos chamar "setor moderno", inclusive empresas criadas e as infra-estruturas que utilizam equipamentos atualizados, a orientação principal será a de assegurar a produção, a recuperação e a manutenção do parque de equipamentos já existente, por meio da criação das infra-estruturas materiais e de organização destinadas a torná-lo produtivo. Procurar-se-ia, particularmente, reduzir o custo de expansão e concentração do trabalho nos programas de formação de peças de reposição, formação de administradores, organização do controle e da contabilidade, criação de sistemas de manutenção, avaliação de encargos em divisas exigidos pelo funcionamento do parque industrial, de forma a garantir um rigoroso controle sobre o setor que tem os maiores efeitos estruturais sobre a economia e absorve o essencial dos recursos em divisas.

Comércio e política de importações: Esse setor da economia que é de grande importância



Grandes linhas definem a reorientação da economia na Guiné-Bissau, todas elas voltadas ao fortalecimento das infra-estruturas

sua influência sobre o desenvolvimento rural, será profundamente reestruturado. Deverá obedecer à sua função fundamental, isto é, assegurar à população o abastecimento em bens de consumo e em bens de produção de primeira necessidade. Isso implica o reforço das estruturas de comercialização no interior do país, prioridade à população rural no abastecimento, a fim de restabelecer o equilíbrio, e uma política de importações efetivamente baseada nos bens de primeira necessidade.

Carência de quadros

Essas orientações, a médio prazo (de hoje a 1985) deverão guiar o desenvolvimento do país. Trata-se, entretanto, de estudar igualmente uma certa reformulação da organização do desenvolvimento.

A Guiné-Bissau conta atualmente com uns 350 projetos em curso. A gestão desse número de projetos, com a carência de quadros no país, coloca problemas

evidentes. No entanto, além dos problemas de gestão, constata-se que essa multiplicidade de projetos coloca a necessidade de sua integração num conjunto coerente.

Dá a importância de se recorrer a *programas intersetoriais de apoio ao desenvolvimento*, indispensáveis para a concretização do 1º Plano Quadrienal de Desenvolvimento.

A necessidade desses programas intersetoriais faz-se sentir com maior intensidade em alguns campos, por exemplo:

1) *Abastecimento do mundo rural em bens de produção*: Essas necessidades hoje são relativamente bem conhecidas, em consequência dos trabalhos de uma série de projetos agrícolas de ponta e de estudos do perfil de consumo rural. A satisfação dessas necessidades deve ser regular e estável. Os projetos setoriais criam núcleos de progresso não-generalizáveis e apresentam, em consequência, muitas limitações, com um fenô-

meno de regressão assim que o projeto é terminado. É necessário que se coloque nas mãos dos camponeses, atendendo suas próprias demandas, o equipamento e os meios de produção que lhes são necessários, no quadro de um programa intersetorial (necessidades diretamente ligadas à agricultura, como também à hidráulica, à saúde, aos transportes locais etc.). Um programa intersetorial de apoio ao desenvolvimento rural mostra-se portanto necessário no setor do equipamento rural. As necessidades foram calculadas em 24 milhões de dólares para o período de 1982/85, à razão de seis milhões de dólares por ano, em média. Uma demanda de urgência para o ano de 1981 já foi feita.

2) *Abastecimento do setor moderno em peças de reposição*: A realização de projetos setoriais ainda apresenta limitações, devido à falta de programas de apoio intersetoriais. Assim, o país efetuou um grande esforço para instalar equipamento moderno em diversos campos. A acumulação

dos encargos recorrentes em divisas e a elevação dos preços do petróleo levou a uma situação de grave dificuldade para o funcionamento do equipamento instalado, que caminha numa proporção da ordem de 25% de sua capacidade. Há, também, um fenômeno de regressão em diversos setores.

Ao mesmo tempo que é fácil encontrar financiamento para a compra do equipamento, é difícil financiar seu funcionamento em divisas, o que leva, por sua vez, ao reforço da agricultura de exportação para encontrar divisas, e ao enfraquecimento das terras e da capacidade de assegurar a auto-suficiência alimentar.

Nesse sentido, propôs-se, nesse campo, um programa de apoio intersectorial centrado no abastecimento em peças de reposição e assistência técnica de manutenção para os diferentes departamentos que utilizam material moderno. As necessidades são calculadas em 44 milhões de dólares para os anos de 1983-86

que correspondem ao 19º Plano Quadrienal, à razão de 11 milhões de dólares por ano, em média.

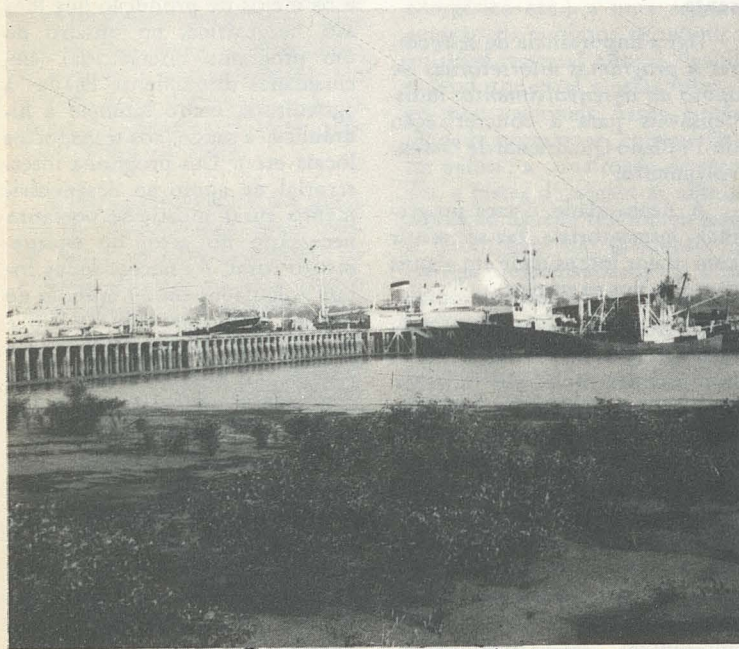
3) *Segurança alimentar*: A Guiné-Bissau não teve um só ano agrícola regular, do ponto de vista climático, durante nove anos. A progressão do *sahel*¹ na região nordeste do país faz-se sentir de forma crescente de ano para ano. Até agora, as respostas a essas calamidades foram dadas pontualmente, calculando-se de ano em ano o déficit alimentar. Com a irregularidade das chuvas durante o ano agrícola de 1980/81, o déficit calculado provisoriamente para o ano de 1981 pela FAO é de 56 mil toneladas de cereais. Seria fundamental, aliás, que a ajuda alimentar não fosse feita por etapas, que complicam qualquer programa de desenvolvimento exigindo transferências de recursos de última hora. É possível uma previsão, pois com a acumulação de alguns maus anos agrícolas e o esgotamento das re-

(1) Região em processo de desertificação.

servas dos camponeses, calcula-se um mínimo de 8 a 10 milhões de dólares por ano de necessidade em ajuda alimentar. A constituição de um fundo plurianual de ajuda alimentar, garantindo uma dotação mínima de cinco milhões de dólares (aproximadamente mil toneladas de cereais), permitiria modificar os apelos internacionais de urgência segundo as agravantes de cada ano, assegurando, ao mesmo tempo, uma estabilidade fundamental dos programas de desenvolvimento rural.

4) *Abastecimento em materiais de construção*: Os programas dos serviços públicos são necessariamente sobrecarregados nesse país onde tudo está por ser feito. Entretanto, a Guiné-Bissau padece de uma dificuldade particular: falta de cimento de ferro e de pedras. Estão em curso trabalhos intensivos, visando a localização e a experimentação dos materiais locais de construção, principalmente areia, laterita e outros. Contudo, a estabilização dos projetos dos diferentes setores durante o 19º Plano exige um programa mínimo de abastecimento em materiais de construção. Avaliaram-se os cinco milhões de dólares por ano em média, as importações necessárias à constituição de um centro de abastecimento de materiais de construção que permitiria, entre outros, os projetos de autoconstrução que a insuficiência de quadros e o nível de salários excepcionalmente baixos da população tornam necessários.

5) *Fornecimento energético*: A Guiné-Bissau, país não-produtor de petróleo e que paga suas importações com produtos agrícolas subvalorizados no mercado mundial, deverá assegurar para um mínimo de estabilidade em termos de fornecimento energético a fim de não comprometer sua arrancada econômica. Essas necessidades são elementares



Os portos precisam modernizar as suas infra-estruturas nos diversos pontos do país

um programa de austeridade está em vias de estudo. Entretanto, um mínimo se torna necessário, foi calculado em 10 milhões de dólares por ano, em média, durante os primeiros cinco anos da década, o fornecimento básico destinado a garantir a execução dos projetos em curso.

Concentração de projetos

Esse recurso a programas inter-setoriais, que pode ser calculado em cerca de 150 milhões de dólares no decorrer do período 1983-86 — ou seja, uma média de um pouco menos de 40 milhões de dólares por ano — constitui uma medida indispensável para assegurar uma marcha regular do conjunto de projetos.

O Governo está, aliás, estudando a possibilidade de proceder a uma consolidação dos 350 projetos do país, de maneira a retirar uma parte dos fundos —

em geral subutilizados (só cerca de 50% dos fundos concedidos a título dos projetos são realmente utilizados) —, concentrando-se em um número mais reduzido de projetos melhor geridos e reorientando uma parte desses fundos em direção ao financiamento dos programas inter-setoriais. Particularmente, a revisão de uma série de projetos fora da realidade ou de ostentação (construção da auto-estrada Bissau-Bissalanca, por exemplo) deverá permitir melhor orientação dos recursos do país.

Entretanto, é evidente que um esforço suplementar deverá ser pedido à comunidade internacional a fim de garantir os programas inter-setoriais, por meio de financiamentos que poderão ser realizados sob a forma de *pool* de diversas fontes. Note-se que, recentemente, o Banco Mundial tem criado empréstimos aos

“programas de ajuste estrutural” para os países menos desenvolvidos.

A Guiné-Bissau enfrenta dificuldades em termos de orientação de seu desenvolvimento, que são evidentes. Exigia-se uma correção e ela foi empreendida firmemente. É necessário constatar, no entanto, que se trata de dificuldades de reorganização de uma economia deixada em farrapos pelo colonialismo e que empreende a tarefa de sua reconstrução em condições particularmente penosas.

O essencial reside, portanto, na firme determinação do Governo de retomar o processo em suas mãos e corrigir os erros de maneira a garantir à população os meios de empreender de forma acelerada o seu próprio desenvolvimento. ☐

Ladislau Dowbor

cadernos do
**terceiro
mundo**

cadernos do
**terceiro
mundo**

cadernos do
**terceiro
mundo**

Receba terceiro mundo por um ano pagando apenas: (assinale com um “x”)

☐ **Cr\$ 1.050,00**

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Estado _____

Data ____ / ____ / ____ Assinatura _____

Preencha e envie hoje mesmo este cupom, anexando cheque ou valor postal em nome de

editora terceiro mundo Ltda.

Rua da Lapa, 180 • Sobreloja “A” • Telefone 242-1957 • Rio de Janeiro

O instável governo da sra. Charles

Alinhada com os interesses dos Estados Unidos
e com a esperança posta na livre-empresa,
a Primeira-Ministra procura consolidar-se no poder

Ben Brodie*

Os choques entre as divididas organizações de esquerda, além de uma incapacidade de lutar contra o “desemprego crônico” e solucionar, com êxito, outros problemas sociais assim como as falsas políticas econômicas, fizeram com que a Dominica, pequena ilha do Caribe, caísse nas mãos de um governo comprometido com o imperialismo.

Quando o Partido da Liberdade, oposicionista, conquistou em julho do ano passado, 19 das 21 cadeiras no Parlamento, ocupou a liderança dessa ex-colônia britânica, Mary Eugenia Charles, uma procuradora pública e velha representante da burguesia. Ela deixou bem claro que acredita fervorosamente no capitalismo e na livre-empresa.

Da mesma forma que a vitória de Edward Seaga na Jamaica, três meses mais tarde, a subida ao poder da senhora Charles foi

saudada no Caribe pelos elementos de direita, como uma rejeição à ideologia marxista na região e, da mesma forma que seu parceiro na Jamaica, ela começou por colocar o destino dos 80 mil habitantes da ilha nas mãos da “livre-empresa”, promovendo a iniciativa privada. “Se o setor privado se expandir, serão criados mais empregos”, afirma ela. E seguindo essa política, concedeu até 15 anos de isenção de impostos para os investidores estrangeiros.

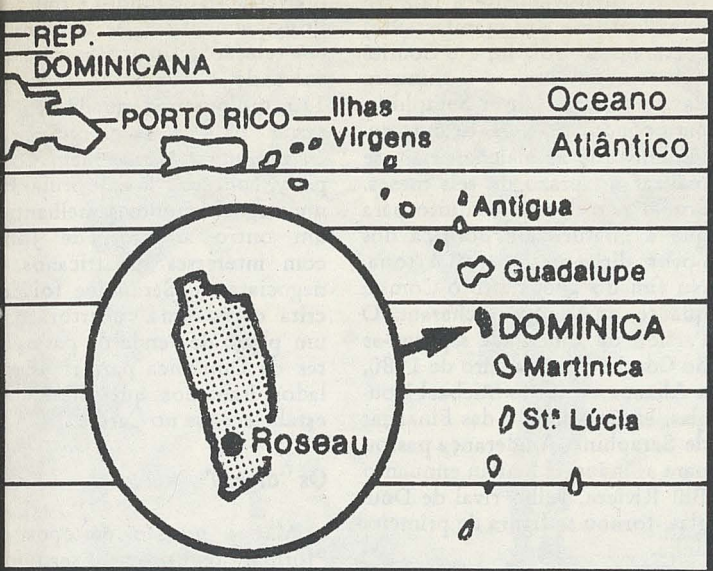
Investimentos estrangeiros

Mas a pressão dos problemas locais, juntamente com as contradições próprias do capitalismo pode, perfeitamente, pôr fim aos esforços da Primeira-Ministra, de 61 anos de idade, em ressuscitar a desacreditada política de “industrialização a convite” seguida pelas nações da região nos anos 60 e que, hoje, é a principal causa do subdesenvolvimento de Porto Rico.

A ilha — de 751 quilômetros quadrados, imprensada entre territórios franceses, Martinica e Guadalupe — está numa depressão econômica altamente agravada pelas devastações das furacões *David* e *Allen* (o primeiro em meados de 1979 e o outro mais recentemente, no começo do ano passado). Quarenta pessoas morreram e 60 mil ficaram desabrigadas pelo *David*, que juntamente com o *Allen*, destruiu virtualmente a base agrícola da ilha. Uma agricultura que, principalmente pelo trabalho de nove mil camponeses, contribui com mais de 90% da receita de exportação da ilha.

Quando a senhora Charles sumiu, havia um déficit comercial de 38 milhões de dólares. Como era de se esperar, seus esforços por investimentos estrangeiros foram entusiasticamente recebidos pelas maiores transnacionais, inclusive a *Gulf and Western*, sediada nos Estados Unidos, cujo Vice-Presidente, Roland Bunster, visitou a ilha anunciando

* Nosso correspondente na Jamaica



do que a companhia está "investigando novas possibilidades de investimentos", com interesses no açúcar, no café, madeiras para construção e laminados. Ele prevê também a possibilidade de importar da ilha material em madeira compensada por intermédio da Convenção de Lomé, para uso da *Simmons Matresses*, uma subsidiária britânica da *Gulf*.

O Banco Barclay afirma que está "pronto a dar assistência a qualquer esquema na Dominica"; enviados da Coreia do Sul acreditam que "a Dominica pode crescer em prestígio mundial, se seus recursos naturais forem explorados seriamente"; os franceses foram chamados a ajudar na tecnologia habitacional, como indústrias convidadas, e uma transnacional britânica mantém seu velho controle na exportação de bananas. A Venezuela também mostrou-se interessada na ilha (aliás, é um interesse renovado). Supõe-se que o "modelo Charles" para o desenvolvimento de apoio à livre iniciativa,

que é familiar para os povos do Caribe, seja a solução para uma taxa de 30% de desemprego e para assentar as bases para a eliminação de uma taxa de 40% de adultos analfabetos, somados aos problemas "normais" de saúde e habitação que atingem os países subdesenvolvidos e que proliferaram na Dominica, particularmente depois dos tufões.

Esse subdesenvolvimento tem sido a característica da ilha desde que a primeira potência estrangeira ali se estabeleceu há quase 500 anos. Cristóvão Colombo foi quem, em 1493, conquistou a ilha para os espanhóis, pondo fim ao controle dos índios *carib*.

Ajuda estrangeira

Com seu pedido de ajuda, a primeira-ministra Charles conseguiu, até agora, de Trindade-Tobago, a soma de 12 milhões de dólares, além da promessa de 750 mil dólares da Organização dos Estados Americanos (OEA)

para assistência no período de 1982/83; 12 milhões de dólares da Usaid (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) e do Banco de Desenvolvimento do Caribe e um empréstimo de 12 milhões de dólares do Canadá. Atualmente, ela tenta um empréstimo de 35,7 milhões de dólares junto ao Grupo Caribenhos para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. Também foram iniciadas conversações com o Banco Mundial. Além disso, países desenvolvidos doaram alguns materiais.

Um pouco de história

Edward Olivier Leblanc tornou-se Ministro-Chefe em 1951, e após namorar as possibilidades de uma federação com as ilhas Barlavento e Sotavento, voltou à atividade política local depois de aprovada uma nova constituição em 1960. Nas eleições seguintes, o Partido Trabalhista da Dominica (DLP) de Leblanc, venceu o Partido Unido da Dominica. Ele encabeçou o governo da colônia britânica até 1973, quando uma greve dos servidores do Estado levou-o à renúncia.

Como consequência da renúncia, Olivier Leblanc perde a sua posição no Partido e Patrick John assume a liderança. Sob a direção de John, o DLP construiu uma sólida base operária por intermédio da União dos Marinheiros e Estivadores. Ele ganhou sua primeira eleição em 1975, mas cedo alijou não apenas a classe operária como também a jovem ala esquerda dos intelectuais que voltaram à ilha no calor do Poder Negro dos anos 60 e depois dos estudos universitários nas Índias Ocidentais e nos países metropolitanos. Em 1972, foi criado o Movimento para uma Nova Dominica. Enquanto isso, o Partido Popular Unido da Dominica, rotulado de partido dos burgueses, começou a juntar os pedaços da der-

rota de 1961. E, em 1968, Mary Eugenia Charles, filha de fazendeiro e banqueiro, tomou a liderança do recém-denominado Partido da Liberdade da Dominica.

A independência veio em 1978 e aí, então, eclodiu esta efervescente crise política. Os negócios de Patrick John com interesses econômicos sul-africanos e suas tentativas de promulgar leis antiimprensa e anti-sindicais facilitaram uma tênue unidade entre facções que se opõem ao seu governo, inclusive a poderosa Associação dos Servidores Cívicos, liderada por Charles Savarin. Foi mais uma vez, uma greve de três semanas (em junho de 1979), da Associação dos Servidores Cívicos, que contribuiu para o fim do regime de Patrick John.

Porém, embora a esquerda estivesse em vantagem nesse momento, as lutas pelo poder calçaram o caminho para a manobra de Charles.

Em princípios de 1979, o Movimento por uma Nova Dominica juntou-se ao Partido Democrático do Povo, liderado por Bill Riviere, ao Comitê da Independência Popular, encabeçado por Rosie Douglas, à Aliança Democrática da Dominica, cujo líder é o irmão de Rosie, Michael Douglas, e à Vanguarda Popular Operária, com Bernard Woiltshire na direção.

O movimento pela libertação da Dominica

As manifestações anti-John, em maio daquele ano, fizeram com que todos se reunissem sob a bandeira unitária da Aliança do Movimento pela Libertação da Dominica, e quando ficou claro que John sucumbiria à pressão popular, a Aliança uniu-se à Associação dos Servidores Cívicos e à ala direita do Partido da Liberdade para formar o Comitê para a Libertação Nacional.

As demissões do gabinete de John (ostensivamente à raiz do assassinato de um manifestante) deixaram-no isolado, e o Comitê nomeou, em junho, o ministro da Agricultura Oliver Seraphine, para conduzir o país, ficando entendido que as eleições iriam se realizar no prazo de seis meses. Porém não demorou muito para que a imaturidade política dos novos dirigentes viesse à tona. No fim do ano, tanto o Comitê quanto a Aliança racharam. O Partido da Liberdade separou-se do Comitê e, em janeiro de 1980, a Aliança expulsou Michael Douglas, então Ministro das Finanças de Seraphine. A liderança passou para as mãos de Martin enquanto Bill Riviere, velho rival de Douglas, tornou-se figura de primeira linha.

Então, tanto Martin (que era Ministro da Agricultura) como Rosie Douglas, que era senador, foram alvejados por Seraphine que disse "estar em dificuldades por causa da ideologia comunista deles dois". O Conselho da Juventude Nacional afirmou que ele tinha sido pressionado a fazer isso pelos Estados Unidos.

Novas eleições

Assim, em julho do ano passado, Seraphine foi forçado a convocar eleições logo depois do furacão *David*. A alternativa mais estável para o povo pareceu ser então o Partido da Liberdade, apesar de ser acusado de estar sendo ajudado pela CIA.

Para se fortalecer, Charles imediatamente tentou um acordo com a Associação dos Servidores Cívicos, a qual, por meio de uma greve por maiores salários, também desempenhou um papel importante na decisão de Seraphine em manter as eleições. Ela garantiu o aumento dos salários e firmou um acordo por dois anos.

Tanto o governo de John quanto o de Seraphine estão ho-

je sob investigação, acusados de malversação de fundos e fraude. Principalmente o de Seraphine em relação a uma negociata envolvendo a venda de cerca de 115 quilômetros quadrados de terras para a *Intercontinental Development Management Company*, com sede na Califórnia. É um negócio muito semelhante a um outro anterior, de John com interesses sul-africanos. A negociata de Seraphine foi denunciada como uma cobertura para um plano de venda de passaportes da Dominica para ricos e lados iranianos que pretendem estabelecer-se no Caribe.

Os "dreads"

Mas a pressão da oposição "formal" tem provado ser o menor dos problemas de Eugenia Charles, no seu esforço de consolidar no poder.

Em dezembro do ano passado os 98 membros da Força de Defesa protestaram contra uma nova lei que nomeava uma junta de defesa para disciplinar. Nesse mesmo mês, houve uma manifestação de lavradores em relação ao problema da ajuda contra os furacões, em fevereiro foi a vez do ressurgimento da questão *dread*.

Os *dreads* ("terríveis") — os rastafarianos — são membros de uma seita religiosa que surgiu no Caribe, na Jamaica, nos anos 1940. Os rastafarianos são vigorosos defensores da cultura africana, e sob a forma de protesto social, rechaçam firmemente valores ocidentais. Em meados dos anos 70, essa seita firmou raízes na Dominica e um de seus defensores, Desmond Terter, foi condenado à morte por assassinato de um turista branco.

Um decreto sobre a questão *dread* foi promulgado em 1974 através de uma plataforma *dread*, John chegou ao poder nas eleições de 1975. Contudo,



Os problemas sociais ainda estão longe de serem resolvidos na Dominica

razão da pressão internacional e nacional, Trotter foi finalmente libertado no governo de Seraphine, depois de ter sua sentença comutada por Patrick John. Em fevereiro, os *dreads* fizeram uma manifestação ao sul de Roseau, capital da ilha, e num choque com a polícia, dois deles foram mortos.

Em revanche, a fazenda de Ted Honeychurch, pai do Secretário de Imprensa do governo, foi incendiada e o fazendeiro, de 56 anos, juntamente com sua esposa, foi sequestrado. Ela logo depois foi libertada, mas até hoje Honeychurch está nas montanhas em poder dos seus captores.

Em resposta à reivindicação dos *dreads* para a libertação de seus companheiros presos, Mary Eugenia Charles baixou um decreto antiterror e pôs a ilha sob estado de emergência, declarando: "Meu governo está determinado a não se dobrar à chantagem,

seja dos terroristas, seja dos conspiradores de golpe." As notícias mais recentes traziam rumores de que estavam sendo traçados planos para a sua derrubada.

De fato, o motivo para a acusação de conspiração foi dado recentemente, em março, quando foram presos Patrick John, o Comandante do Exército, major Fred Newton, um membro da corporação e os civis David Julien e Dennis Joseph, ex-chefe das Comunicações Públicas e Informação. O negociista texano Mike Purdue também apareceu como ligado à conspiração. Em seguida, Eugenia Charles desfez o exército de 98 homens, criado por John.*

*A prisão, por agentes do Birô de Investigação dos Estados Unidos (FBI) de dez supostos mercenários em Nova Orleans, acusados de planejar uma invasão da Dominica teve importantes repercussões na ilha. Uma testemunha de acusação afirmou numa corte norte-americana que os detidos — entre eles um "gran mago" da

Com novos amplos poderes, a Primeira-Ministra também instituiu a censura à imprensa, baixando uma ordem de que "nenhuma pessoa residente na Dominica poderá publicar ou transmitir no país ou enviar para publicação ou transmissão em qualquer outro lugar fora da ilha, qualquer informação que possa prejudicar a segurança e a ordem públicas".

Mary Eugenia Charles continua sua fraca gestão. Até quando a mistura da política pró-imperialista com as extenuadas relações sociais será suficiente para mantê-la no poder, depende em grande medida da unidade do movimento progressista nesse país do Caribe. □

Ku Klux Klan — tinham planejado derrubar o governo da primeira-ministra Eugenia Charles para reinstalar no poder o ex-premier Patrick John. Em consequência, John e importantes elementos do desmembrado exército foram detidos sob acusação de planejar um golpe de Estado.

As oscilações de Burnham

A crise econômica mundial atinge a Guiana
e os Estados Unidos tentam conquistar um novo aliado

Andrés Serbin

No dia 15 de dezembro, 16 anos depois de ter alcançado o poder com o apoio do partido de direita *United Force* e com o respaldo financeiro e político dos Estados Unidos e Grã-Bretanha, Forbes Burnham volta a ganhar as eleições na Guiana, no contexto de uma recente reforma eleitoral que o torna presidente vitalício e plenipotenciário. As reiteradas denúncias de fraude e de perseguição e repressão aos partidos de oposição, chocam-se, porém, com a aprovação tácita dos Estados Unidos, dispostos a consolidar sua estratégia no Caribe. Este quadro, no entanto, não é facilmente compreensível: a Guiana tem declarado repetidas vezes sua identificação com o Movimento dos Países Não-Alinhados e proclamou a adoção de um modelo de sociedade socialista-cooperativista.

Porém, essas contradições podem ser compreendidas se for feita uma análise retrospectiva da história do país, particularmente a partir da 2ª Guerra Mundial.

Dos escravos ao presente

A Guiana tem uma população multiétnica e está marcada pela herança do colonialismo britânico.



Forbes Burnham

co. Desde fins do século 18 (durante sua colonização pelo Reino Unido) sua economia, baseada no cultivo da cana-de-açúcar, exigiu a incorporação de grandes contingentes de mão-de-obra provenientes de outras latitudes. Em uma primeira etapa, esse processo implicou a vinda forçada de uma grande massa de escravos africanos. Posteriormente, a abolição da escravidão obrigou a oligarquia branca a estimular a imigração de trabalhadores contratados de origem portuguesa, chinesa e indiana. Como consequência dessas ondas imi-

gratórias, nos anos anteriores à 2ª Guerra Mundial, a composição étnica e social da população guianense e sua distribuição territorial e ocupacional apresentavam um panorama complexo com seis grupos étnicos claramente diferenciados. O grupo anglo-saxão era constituído principalmente por plantadores empregados da administração colonial. O grupo de origem africana se concentrava predominantemente nas cidades e estava formado por um incipiente setor de trabalhadores mineiros e de serviços e por uma reduzida classe média, vinculada ao sistema econômico e aos baixos estratos da administração colonial. O grupo proveniente da Índia se situava basicamente nas áreas rurais e estava representado por um setor de trabalhadores da cana-de-açúcar e por uma classe de pequenos produtores agrícolas.* O grupo chinês e o grupo português se dedicavam respectivamente ao comércio em pequena escala e à pequena indústria. Finalmente, o grupo indígena ou ameríndio marginalizado social e territorialmente.

* Estes pequenos produtores agrícolas estavam dedicados ao cultivo de arroz, a partir do qual começaram a emergir uma incipiente burguesia comercial.

mente, se concentrava no interior do país.

Surge a oposição

Nesse contexto, e sob o controle político absoluto dos latifundiários brancos, surge em 1943 a primeira expressão de uma oposição política. Nesse ano, o dirigente indo-guianês Cheddi Jagan funda, junto com um grupo de dirigentes sindicais afro-guianeses, o Comitê de Assuntos Políticos (CAP), grupo cujos objetivos apontavam para a constituição de um movimento de libertação nacional.

Como resultado das atividades desse comitê, Jagan é eleito deputado para a Assembleia Legislativa da colônia. Nessa posição, e com o apoio de dirigentes indo e afro-guianeses, ele desenvolve um intenso trabalho de organização que tende à formação de um partido que liderasse a luta pela libertação nacional. Em janeiro de 1950, a incorporação do advogado afro-guianês Forbes Burnham possibilita a constituição do primeiro partido de massas, de composição multiétnica,

— o *People's Progressive Party*, Partido Progressista do Povo (PPP).

No início da década de cinquenta, o PPP se constitui na expressão política dos setores étnicos oprimidos, principalmente dos trabalhadores indo-guianeses do açúcar, liderados por Jagan, e dos trabalhadores urbanos e mineiros de origem afro-guianesa, encabeçados por Forbes Burnham. Ambos os setores constituem o grosso da força de trabalho da Guiana e representam os dois grupos étnicos majoritários.

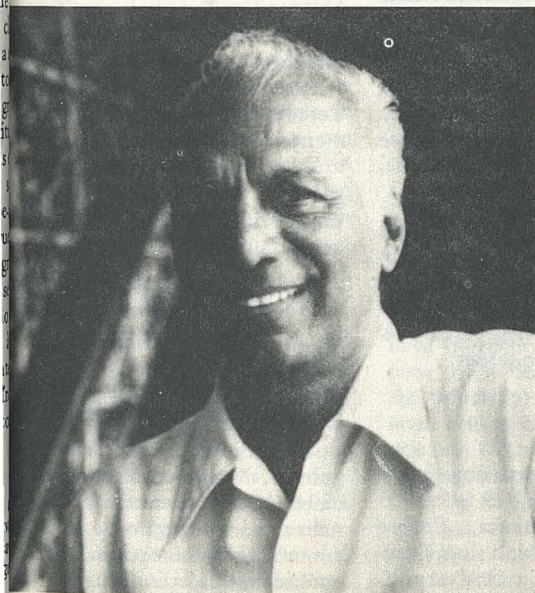
O desenvolvimento paralelo dos sindicatos e o crescimento eleitoral do PPP, leva Jagan, em 1953, ao governo da colônia, sob a supervisão do governador britânico. Essa situação constitui uma ameaça à sobrevivência do sistema político e econômico da colônia, o que origina uma intervenção britânica. Assim, quatro meses após o ascenso de Jagan ao cargo de Primeiro-Ministro, a Grã-Bretanha restitui os poderes absolutos ao governador e põe na prisão os principais dirigentes do PPP.

Divide e vencerás

A intervenção é seguida de uma estratégia de fragmentação do movimento de libertação aglutinado em torno do PPP. Essa política foi aplicada sistematicamente pelos britânicos em suas colônias e quando a impuseram na Guiana ela já havia demonstrado a sua eficácia nos domínios coloniais do continente africano. Foi nas diferenças ideológicas dos dirigentes do partido que os britânicos cultivaram a semente da divisão. Assim, a ruptura dentro do PPP surge no contexto da progressiva diferenciação entre o grupo marxista encabeçado por Jagan e o setor mais moderado que responde a Burnham.

Essa diferenciação dá origem a uma divisão do PPP em um PPP "jaganista" (marxista) e um PPP "burnhamista" (que conta com o respaldo do governo britânico, alarmado diante de uma possível "bolchevização" da Guiana). Porém, essa divisão não implica, num primeiro momento, o aguçamento dos antagonismos étnicos entre o grupo indo-guianês e os setores afro-guianeses, nem debilita politicamente Jagan, que mantém o controle sobre o aparelho do Partido e leva o PPP a uma nova vitória eleitoral em 1957.

O período de governo jaganista se inicia ainda marcado pela tutela colonial britânica e produz as primeiras situações de polarização. Por um lado, a política agrária de Jagan e o respaldo à Câmara de Comércio (que representa os interesses da burguesia indo-guianesa), gera um apoio irrestrito ao governo deste grupo étnico e, ao mesmo tempo, uma progressiva reação dos setores afro-guianeses. Eles se sentem ameaçados na sua tradicional inserção na administração colonial e no sistema educacional.



Cheddi Jagan: um dos principais líderes do país, apoiado principalmente pelos indo-guianeses, disputa o poder com Burnham

Por outro lado, essa situação tende a aglutinar politicamente o grupo africano, produzindo-se a confluência entre o partido da burguesia afro-guianesa — o *United Democratic Party* (UDP) — e o PPP burnhamista. Da convergência desses dois partidos, nasce o *People's National Congress* (PNC), Congresso Nacional do Povo. Simultaneamente, o empresariado português, contando com o peso eleitoral dos distritos ameríndios controlados pela Igreja Católica, forma o partido *United Force* (UF), de explícita posição contrária à independência e anticomunista.

Guerra fria

As eleições de 1961 — já sob um novo regime de pleno autogoverno guianense submetido ao protetorado da Grã-Bretanha — refletem uma extrema polarização étnica. Na sua campanha, o PPP recorre à palavra-de ordem do *apanjaat* ("vota pelos teus") dirigida à maioria indo-guianesa, e ganha novamente as eleições.

No contexto da guerra fria e do desenvolvimento do processo revolucionário cubano, a vitória de Jagan implica uma evidente ameaça aos interesses da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Em consequência, além do respaldo que Burnham havia recebido como alternativa a Jagan, a partir desses anos se sucedem tentativas de desestabilização do governo do PPP. Essa política apóia-se fundamentalmente na ação dos sindicatos controlados por Burnham, fortemente infiltrados e generosamente financiados pelos Estados Unidos e numa campanha orquestrada através dos principais jornais da Guiana, controlados pela *United Force*.

Entre 1962 e 1964, os distúrbios e choques interétnicos minam a estabilidade do governo de Jagan e exacerbam o conflito entre afro e indo-guianeses. A



Burnham e Fidel Castro: juntos na VI Reunião de Cúpula dos Não-Alinhados

gravidade desses choques leva a uma nova intervenção britânica e à restauração do controle colonial na Guiana.

Novas eleições, com a introdução do sistema de representação proporcional que favorece o PNC, são convocadas em 1964. Apesar da porcentagem dos votos obtidos pelo PPP ter sido maior que a do PNC e a do *United Force* separadamente, uma aliança entre esses dois partidos possibilita a vitória de Burnham e sua nomeação como Primeiro-Ministro.

A partir dessa época, Burnham fortalece-se no poder, desembrasando-se de sua aliança conjuntural com a *United Force* e negociando, em 1966, a independência formal da Guiana.

Quartoze anos depois e após reiteradas denúncias sobre fraudes nas eleições de 1968 e 1973 e no referendo constitucional de 1978, Burnham e seu partido seguem aferrados ao poder.

Jogo hábil

Para alcançar esse objetivo, é evidente que, desde o início da década de cinquenta, Forbes Burnham tem sabido jogar magistralmente suas cartadas polí-

ticas, tanto no plano internacional como a nível internacional. período que precedeu a independência, soube ganhar o apoio da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos para derrubar Jagan do governo. Do mesmo modo, conseguiu combinar esse apoio com o estabelecimento de uma aliança com a *United Force*, da qual, uma vez vencido o poder, se desembarçou rapidamente. Consolidado no poder, Burnham imprime, por volta de 1970, uma drástica virada na sua estratégia internacional e se incorpora ao Movimento dos Países Não-Alinhados, convertendo-se em defensor das lutas dos povos do Terceiro Mundo. Simultaneamente, no plano interno, promove a Guiana "república cooperativa", como primeiro passo para uma "via guianense em direção ao socialismo".

Três anos depois, o PNC se autodefine como partido marxista, mantendo, porém, suas alianças com o PPP, ao qual a Guiana "república cooperativa" de assumir posições pró-soviéticas e excessivamente ortodoxas.

No transcurso dos anos seguintes, Burnham estatiza a economia guianense, ao mesmo tempo que explora a mão-de-obra em mãos das companhias norte-americanas e canadenses.

nolds e Demba, e ao expropriar o consórcio britânico *Bookers*, que controlava a exploração e comercialização da cana-de-açúcar. Põe, assim, sob controle estatal os dois eixos da economia guianense.

A simultânea aproximação de Burnham com Cuba e com os países socialistas, despoja Jagan de seus principais argumentos ideológicos e o obriga a propor, em 1976, a formação de uma frente patriótica entre o PPP e o PNC.

Essa proposta de Jagan é ignorada por Burnham diante de um PPP isolado em sua identificação com o grupo indo-guianês e progressivamente desprovido de suas bases mediante uma inteligente política de captação de seus quadros.

Porém, a queda dos preços mundiais do açúcar e da bauxita, o aumento dos preços do petróleo e a ausência dos créditos esperados dos países socialistas desencadeiam uma aguda crise econômica na Guiana. Ela determinou, em boa medida, a nova orientação da política interna e externa do governo de Burnham nos últimos anos. Neste sentido, a partir de 1978 foram reativados os contatos com os Estados Unidos, iniciados com a visita de Andrew Young em dezembro de 1977. Solicitou-se também um empréstimo ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que foi aprovado pouco antes do referendo de 1978.

Uma nova força política

Neste contexto, vai se produzindo um progressivo afastamento das bases sindicais do PNC, sob o impacto da crise econômica e da corrupção política que começa a impregnar o partido. Paralelamente, a partir de 1975, começa a emergir uma nova força política: a *Working People's Alliance* (WPA), Aliança do Povo

Trabalhador. Esse grupo, recentemente transformado em partido político, vem organizando um amplo movimento popular multiétnico, claramente diferenciado do PPP e do PNC e centrado em torno de uma ideologia socialista de características próprias, fortemente inspirada na Nova Esquerda do Caribe surgida na década de sessenta. Constituída originalmente por um grupo de intelectuais e de associações étnico-políticas de limitada projeção, a WPA vem ampliando seu apoio sindical, denunciando o personalismo, a corrupção administrativa e a repressão política que caracteriza o governo. Propõe, também, a formação de uma frente de oposição com todos os partidos e grupos que estejam dispostos a restaurar as regras do jogo democrático na Guiana.

Nos últimos dois anos, num quadro de frequentes greves operárias, a repressão à WPA tem sido extremamente dura, sucedendo-se os atentados e as detenções de seus dirigentes até culminar com o recente assassinato, em circunstâncias pouco claras, do historiador Walter Rodney, um dos seus principais dirigentes.

Neste contexto, as eleições de dezembro reafirmaram a estratégia de Burnham e do PNC para se manter no poder. Apesar da WPA e de um pequeno partido de oposição — o *Vanguard for Liberation and Democracy* (VLD), Vanguarda para a Libertação e a Democracia — terem se negado a concorrer ao pleito, a participação do UF e do PPP (este último argumentando que não se deve oferecer razões ao governo para uma definitiva liquidação da oposição) legitimaram uma nova fraude eleitoral (Ver cadernos nº 29). Como já era de se esperar, foi anunciada a total vitória do PNC. De acordo com as agências de notícias UPI e AP, apesar de uma abstenção eleitoral de 30%, o PNC foi eleito com

76% dos votos, enquanto o PPP obteve somente 20% da votação e o UF, cerca de três por cento.

Baluartes dos interesses norte-americanos?

Essa vitória do PNC se articula perfeitamente com a nova situação política do Caribe e com as características que está assumindo a estratégia de Reagan na região, especialmente referendada pela recente vitória eleitoral de Seaga na Jamaica.

O restabelecimento, a partir de 1978, dos vínculos entre o governo de Burnham e o dos Estados Unidos e o seu progressivo estreitamento, levam a pensar que, apesar do primeiro professar a fé socialista e terceiromundista, a Guiana pode se transformar, num futuro próximo, em um novo baluarte dos interesses norte-americanos no Caribe.

Essa alternativa não é acidental para um Burnham pressionado pela crescente tensão política interna e pela crise econômica. E mais ainda: confrontado com o próximo vencimento do acordo de Porto Espanha (o tratado de fronteiras com a Venezuela), num momento em que as alternativas de melhoria econômica do país se encontram estreitamente associadas ao desenvolvimento de um complexo hidrelétrico em plena zona reivindicada pela Venezuela.

A partir dessa perspectiva, Burnham espera contar com o respaldo dos Estados Unidos nas negociações com o governo de Caracas. Assim, a Venezuela enfrentaria um interlocutor fortalecido e investido de novas características convenientes à política exterior do governo Reagan. Resta saber se o custo do apoio norte-americano não será demasiado alto para um país que estava buscando caminhos próprios para superar a herança colonial. □

Venezuela-Guiana

Uma disputa antiga

□ Uma antiga disputa territorial entre a Guiana (ex-colônia britânica) e a Venezuela é mais um dos problemas enfrentados pelo presidente Forbes Burnham. O governo venezuelano vem reclamando desde o final do século passado dois terços do território da Guiana: uma área de 147.500 quilômetros quadrados, na parte sudeste do país. Em 1881, o Parecer de Paris, árbitro da questão, outorgou à Inglaterra aquela região, que após a independência, passou a se chamar simplesmente Guiana.

Em junho de 1970, Venezuela e Guiana firmaram o Protocolo de Porto Espanha que obriga essa última em seu artigo 4º, a abster-se "de todo ato que tenda a afirmar, manter ou reclamar direitos territoriais sobre a zona". A disputa está congelada até junho de 1982 quando vence o Protocolo, que poderia ser renovado automaticamente se nenhuma das partes se manifestasse contrariamente até dezembro de 81. Porém, antes dessa data, já a Venezuela voltou a defender as suas pretensões territoriais.

Na tentativa de resolver o problema diplomaticamente, em princípios de abril deste ano Forbes Burnham visitou Caracas, mantendo encontros com o presidente Herrera Campins. Ratificou, no entanto, publicamente a sua posição de "não entregar nem um só milímetro do território". A sua declaração despertou irritadas reações nos meios políticos venezuelanos, que pressionam o governo democrata-cristão para que trace uma agressiva política exterior em favor das reivindicações sobre a área em disputa. Ao mesmo tempo, o governo de Burnham iniciou uma ofensiva diplomática e consolidou o apoio interno em defesa do território, o que resultou na retirada do embaixador guianense em Caracas, Rudy Collins. Atitude semelhante adotou o governo de Campins.

Para justificar a sua ofensiva, a Venezuela denuncia o empréstimo solicitado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento pelo governo da Guiana para construir uma represa no Alto Mazuruni. A obra fica na região em litígio, o que seria, segundo o governo democrata-cristão de Caracas, uma violação do artigo 4º do Protocolo de Porto Espanha. No entanto, a chancelaria venezuelana não se manifestou na época, o que gerou séria

crítica dos partidos de oposição, que consideraram a diplomacia do país pouco atenta ao tema.

Recentemente, o Ministro da Juventude da Venezuela, Charles Brewer Carías, entrou na zona em litígio à frente de um acampamento juvenil e convocou os jovens do país a participarem de experiências similares. O fato gerou fortes protestos da chancelaria guianense, que o considerou "uma provocação sem precedentes".

Outro fato importante foi a declaração política conjunta firmada pelos chanceleres de Cuba, Isidoro Malmierca, e da Guiana, Rashleigh Jackson. Nela, o governo de Havana respalda a integridade territorial da ex-colônia britânica. Apesar do Chanceler venezuelano, José Alberto Zambra no Velasco, considerar que o documento "em nada afeta o status de reclamação de nossos direitos sobre a zona em litígio", a declaração trouxe muitas preocupações entre os meios políticos da Venezuela. O governo de Burnham conta, em relação ao problema fronteiriço, com o apoio do Partido Progressista Popular (PPP), de oposição, da influente Confederação de Trabalhadores da Guiana (TUC). O governo de Barbados também manifestou-lhe a sua solidariedade.

A Venezuela, por sua vez, parte para uma ofensiva diplomática na América Latina a fim de explicar e angariar simpatia a respeito da sua posição de reivindicar parte do território guianense. O Brasil tem acordos de assistência com a Guiana em projetos de exploração de petróleo na área em litígio, o que, segundo o governo venezuelano, poderia afetar as relações bilaterais entre os dois países.

A situação atual é ainda de indefinição quanto ao tipo de resolução possível. A Venezuela poderia escolher quatro opções: ratificar o Protocolo de Porto Espanha, prorrogá-lo entre 5 até 10 anos (nem mais, nem menos), deixar expirar o prazo do congelamento para iniciar novas negociações ou renunciar definitivamente às suas reivindicações.

No entanto, ainda é difícil se prever que caminho tomará a disputa, principalmente pela recente decisão adotada pelo Presidente venezuelano Herrera Campins, de convocar o Conselho de Segurança e Defesa, organismo militar encarregado de analisar os problemas limítrofes.



LANICA

LÍNEAS AEREAAS DE NICARAGUA.S.A.

MANAGUA

SAN JOSE, C. R.

SAN SALVADOR

MEXICO

PANAMA

MIAMI

**Reforma 322
México 6, D.F.**

**Tels.: 511-3290
511-3617**

Uma luta decisiva para o Terceiro Mundo

Sem uma mudança radical nas relações internacionais, os países dependentes não atingirão a sua libertação definitiva

Ladislau Dowbor

Dois fenômenos fundamentais caracterizam a evolução recente das relações econômicas no mundo capitalista: a polarização Norte-Sul, e a polarização interna nos países subdesenvolvidos. Hoje o Norte conhece um produto médio de 10 mil dólares por ano e per capita, para uma população de 671 milhões. No Sul, 2.300 milhões de pessoas viviam, em 1980, com um produto de 791 dólares per capita. Entre estes, 1.133 milhões vivem com um produto por habi-

tante de 216 dólares¹. O ritmo de progressão desta polarização mantém-se acelerado apesar dos compromissos e das resoluções a nível diplomático. O crescimento do PNB por pessoa foi de 3,1% durante os anos 1960, para o conjunto dos países subdesenvolvidos, de 2,9% durante os anos de 1970, e as previsões são de baixar para 2% durante o período 1980-85.

(1) World Development Report 1980
— The World Bank, 1981, p. 13

Enquanto isso, os países Norte mantêm um crescimento que corresponde respectivamente a 3,9%, 2,4% e 2,5%. Com os seus absolutos apresentando uma enorme diferença, estas percentagens significam que a brecha entre os ricos e os pobres a nível mundial continua se aprofundando. O Clube de Roma indica-nos que entre 1970 e 1975 o Norte progrediu 180 dólares por habitante e por ano, o Leste avançou em 80 dólares e o Terceiro Mundo em apenas 1 dólar.



Como romper as estruturas do subdesenvolvimento nestas condições?

O continente africano

A África ao sul do Saara é considerada como apresentando a situação mais grave. Última a sair do colonialismo, sangrada durante séculos dos seus melhores trabalhadores, com uma agricultura destruída pela monocultura das fases colonial e neocolonial, e um processo de industrialização que só se interessou na pequena transformação de matérias-primas destinadas ao próprio Norte e na constituição de pequenas ilhas de desenvolvimento luxuoso, a África negra enfrenta uma situação particularmente dramática. O crescimento do produto por pessoa foi de 1,6% durante os anos de 1960 e as previsões são de uma regressão de 0,3% por ano durante o quinquênio 1980-85. Nada menos que 27 países da África fizeram para enfrentar a situação de urgência alimentar. Diante da situação, o Plano de Ação de Lagos adotado em abril de 1980 pelos chefes de Estado, salienta que "a própria manutenção dos níveis atuais de pobreza e desemprego maciço, sem se falar da melhoria da situação, exigirá esforços heróicos e concretos para construir a economia da região sobre uma nova base".

O eixo essencial

A outra face desta polarização Norte-Sul é a polarização interna dos países do Terceiro Mundo. Com efeito, é somente através da existência de minorias privilegiadas que foi possível manter o Terceiro Mundo concentrado em produzir para o Norte, entregando a preços ridículos as suas riquezas naturais e o fruto do seu trabalho.

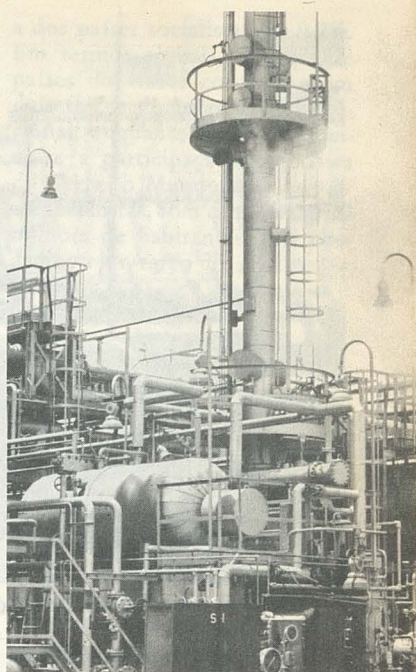
O resultado é que as massas trabalhadoras do Sul vêem a sua

situação relativa deteriorar-se com maior rapidez. Há mais de 800 milhões de pessoas esfomeadas no mundo, e segundo as estimativas do Banco Mundial, "é provável que o número de pessoas vivendo em pobreza absoluta aumente durante a próxima década". Mas sobretudo, aumenta a parte do rendimento controlada pelas minorias privilegiadas. Assim, no Brasil, entre 1960 e 1970, a parte do rendimento atribuída ao 1% mais rico da população aumentou de 51%. Essa inclusão parcial de elites do Terceiro Mundo nos privilégios do Norte constitui um eixo essencial de reprodução do sistema. Muito tem-se falado na industrialização do Terceiro Mundo. Porém, essa industrialização concentra-se em alguns países. Assim, durante o período 1966-75, o Brasil concentrou, através da instalação das companhias transnacionais, 23,9% do valor acrescentado manufatureiro do Terceiro Mundo, praticamente um quarto do total. Se somarmos o México, a Argentina e alguns mais, temos, com 10 países, 73,2% do valor acrescentado manufatureiro dos países subdesenvolvidos.

Isso implica que, na realidade, os países do Terceiro Mundo continuam sendo, na sua esmagadora maioria, fundamentalmente fornecedores de produtos primários aos países do Norte, e que a divisão internacional de trabalho estabelecida se mantém nos seus moldes clássicos.

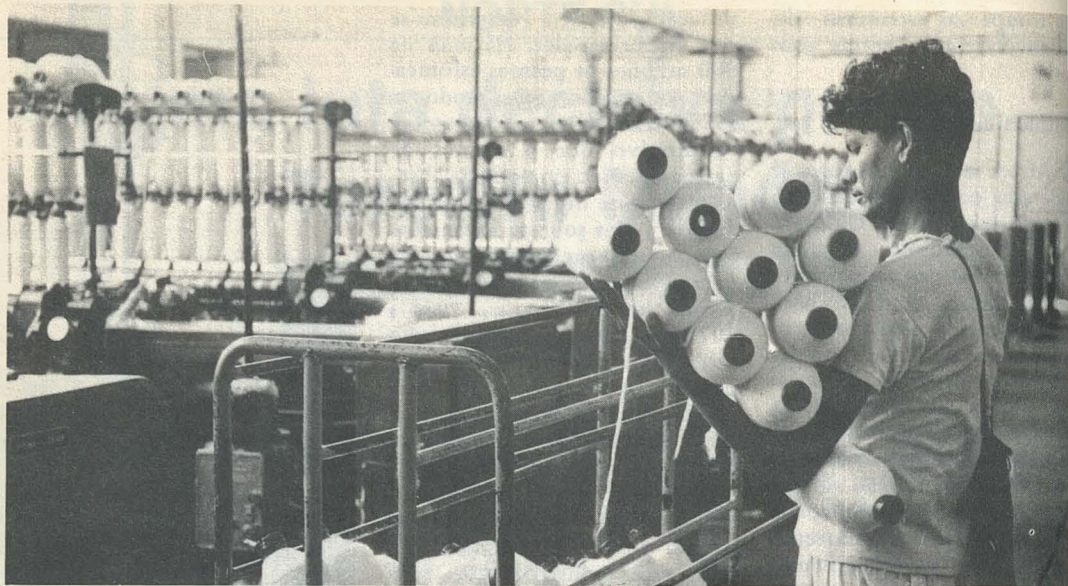
Cordões umbilicais

Uma segunda característica deste processo de industrialização é tornar-se instrumento de crescente dependência e não de independência. A instalação no Terceiro Mundo, em alguns centros privilegiados, de grandes parques industriais que repousam num enclave explorador, leva à multiplicação de cordões



umbilicais financeiros, tecnológicos e humanos que ligam mais solidamente esses segmentos industriais ao Norte. Esses centros são inviáveis sem a ampla rede internacional de serviços bancários, comerciais, de transportes e de apoio tecnológico, hoje controlados pelo Norte, pelo qual sua multiplicação só faz aumentar a dependência.

Deve-se colocar hoje claramente em questão qual o interesse de um processo de industrialização que, longe de se apoiar numa dinâmica interna de desenvolvimento global e equilibrado, constitui uma extensão do processo de industrialização do Norte. A que ponto pode-se estender o processo modernizador de uma sociedade onde o rendimento por pessoa é de 10 mil dólares, para um país onde este rendimento é de 200 dólares? As necessidades são outras, o nível de formação da mão-de-obra é outro, as capacidades de manter e de reproduzir o equipamento instalados são outras.



A modernização e o desenvolvimento não estão só no campo mas também na indústria

Um efeito fundamental dessa modernização dependente é a marginalização da maior parte das populações. Nem a tecnologia adotada, nem o perfil de produção, permitem uma participação das massas no processo de mobilização para o desenvolvimento.

Na falta de uma sólida base interna e de uma adaptação efetiva às capacidades e necessidades da população (em particular do mundo rural) desenvolvem-se economias elitistas, cujo ponto de apoio fundamental constitui a própria economia internacional, dominada pelo Norte capitalista. E as relações externas tornam-se um instrumento de adaptação das economias nacionais às necessidades de acumulação no Norte.

Um instrumento fundamental da dependência é o controle do Norte sobre as infra-estruturas de serviços que apóiam os fluxos internacionais: redes internacionais de comercialização, de transportes, de telecomunicações, de seguros, de apoio financeiro. Este monopólio sobre a infra-estrutura material é determi-

nante para a fixação de preços, para a decisão e para o próprio financiamento e reprodução dessas infra-estruturas.

Trata-se portanto hoje de enfrentar o conjunto do sistema gerador e reprodutor de desigualdades, no próprio Norte, o sistema de organização do mercado internacional, o sistema de reprodução das ditaduras elitistas, e de organizar as economias do Terceiro Mundo em função das necessidades reais das suas populações. É, sem dúvida, uma pirâmide de injustiças que deve ser invertida, no conjunto das suas manifestações.

Na África em particular, conforme aponta o Plano de Ação de Lagos, "foi imposto um sistema econômico que limita a amplitude de utilização dos recursos naturais da região, e que a coloca numa camisa-de-força, levando-a a produzir o que não consome e a consumir o que não produz, bem como a exportar matérias-primas a preços baixos e em geral declinantes, para importar produtos acabados ou semi-acabados a preços elevados e crescentes".

"Nenhum programa de liberação econômica, saliente o que não, pode ter sucesso se não ataca o coração desse sistema de exploração e de exploração. Os recursos da região devem ser aplicados antes de tudo, em função de suas próprias necessidades e de seus próprios objetivos". Não portanto, ruptura do sistema Norte-Sul vigente sem se redimir a estratégia de utilização dos recursos nas próprias economias do Sul.

Uma estratégia de desenvolvimento

Assim, o Terceiro Mundo enfrenta não só o desafio de acelerar o desenvolvimento, como reorientá-lo.

E no centro de uma nova estratégia de desenvolvimento deve necessariamente situar-se o mundo rural. Sendo representada, nos países da África particular e na grande maioria das economias subdesenvolvidas em geral, a esmagadora maioria da população, não é viável em termos econômicos nem em termos políticos, um processo

modernização e desenvolvimento que não assegure efetivamente a participação das massas camponesas.

Em termos econômicos, teria de se generalizar a tecnologia simples e acessível ao campo, e de criar as redes de serviços de apoio indispensáveis nas áreas de comercialização, estocagem, transporte e crédito, bem como orientar a industrialização, hoje concentrada em escoar e transformar os produtos do campo, para a produção de insumos agrícolas fundamentais ao seu desenvolvimento.

Aumentando fortemente a sua produtividade, o campo poderá constituir-se efetivamente numa base de acumulação produtiva — e não mais comercial — e tornar-se um mercado interno importante, permitindo à própria cidade encontrar os produtos agrícolas necessários à sua sobrevivência e os mercados necessários ao desenvolvimento.

O processo político

Não há, no entanto, soluções econômicas sem soluções políticas correspondentes. Essas mudanças no campo exigem a organização de sindicatos rurais, de partidos políticos rurais, enfim, dos instrumentos concretos de participação das massas camponesas. Dessa forma, as minorias urbanas privilegiadas que constituem elites vinculadas ao exterior — explorando as massas rurais para financiar a acumulação do luxo na capital e de lucros no Norte — teriam que se submeter a um processo pelo qual as cidades constituiriam o elemento dinamizador da acumulação rural. O campo e a cidade, um produzindo para o outro.

Isso implica que os centros urbanos mais importantes se concentrem na industrialização de meios de produção para o campo e de bens de consumo de primeira necessidade. Mas im-

plica também que as redes de serviços básicos — comercialização, armazenagem, transportes — e o sistema de preços permitam efetivamente dinamizar o mundo rural e se tornem a correia de transmissão do tripé agricultura-indústria-serviços, voltados para o desenvolvimento independente do país.

É nessa perspectiva apenas que a relação Norte-Sul pode adquirir a sua dimensão correta: a área internacional desempenharia o papel complementar e dinamizador de um processo de desenvolvimento eminentemente interno. Enquanto a economia, no plano interno, for organizada em função do problema do Balanço de Pagamentos, da busca das divisas e de aumento do setor exportador, de pouco adianta melhorar os termos de troca, e as regras dos jogos continuarão a ser ditadas pela área internacional e por quem a domina.

A ordem internacional

É possível uma estratégia de desenvolvimento independente no Terceiro Mundo sem se modificar o sistema internacional vigente? A verdade parece ser que, no grau atual de monopolização do mercado internacional, os processos de transformação nacionais e internacionais devem ser concomitantes.

O conjunto de mecanismos e os principais fluxos de troca internacionais são hoje controlados pelo Norte. Os Estados Unidos controlam 80% do comércio de cereais, apesar de produzirem apenas 20% destes. O domínio esmagador do Norte sobre as trocas internacionais reflete-se na sua participação quantitativa: em 1970, o grupo de países do Norte controlava 65,4% do comércio de mercadorias. Em 1977 controlava 62,2%. A participação de todos os países subdesenvolvidos nas trocas de mercadorias em 1977 era de 23% e

a dos países socialistas, de 9,7%. Em termos globais, o grupo de países do Norte controla assim dois terços do mercado internacional, enquanto mesmo somando-se a participação dos países do Terceiro Mundo com os países socialistas, com cerca de 3.700 milhões de habitantes, mal chegamos a um terço dos fluxos.

O controle qualitativo

Mais forte ainda, no entanto, é o controle qualitativo sobre os fluxos internacionais. Os países do Terceiro Mundo continuam sendo exportadores fundamentalmente de matérias-primas, enquanto o Norte exporta para o Sul produtos nobres, com elevado conteúdo tecnológico, permitindo dinamizar no próprio Norte os setores de ponta. Reproduz-se, assim, o círculo vicioso.

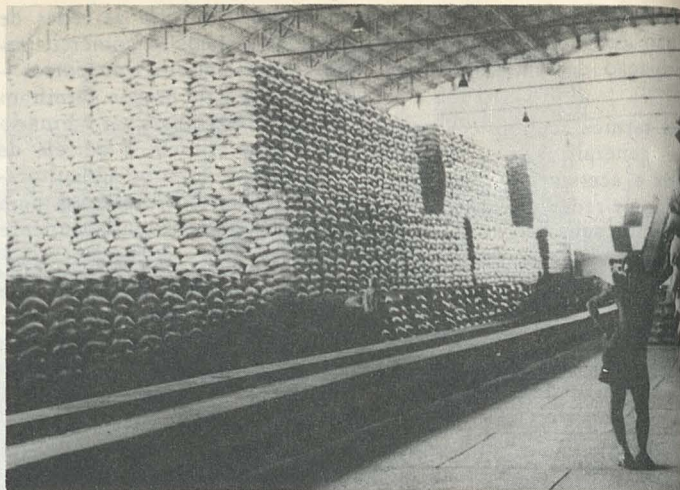
O monopólio exercido, nos fluxos mundiais de bens e serviços e sobre o suporte organizativo do mercado internacional (redes de comercialização, de transportes, seguros, bancos, telecomunicações), leva a uma situação insustentável nos termos de troca. Hoje, 10 caminhões são pagos com o valor equivalente de 1.500 toneladas de arroz, o trabalho de um ano de 1.500 camponeses do Terceiro Mundo, quando, no Norte, com 1.500 trabalhadores, faz-se funcionar uma fábrica de caminhões. Como pode o país pobre equipar-se com esses custos? Um mês de assistência técnica dos países do Norte custa cerca de 6 mil dólares, o equivalente a 18 toneladas de arroz, trabalho de um ano inteiro de 18 camponeses para pagar um mês de um técnico europeu. A relação de troca de tempo de trabalho fica em cerca de 1 para 150.

Nessas condições não se pode falar em transferência de tecnologia, em ajuda externa, em desenvolvimento baseado no apoio técnico e material do Norte. Por

tudo isso, o atual sistema de dominação do Sul pelo Norte só pode se manter usando a força e a corrupção. Assim, proliferam no Terceiro Mundo os sistemas ditatoriais, os governos totalmente desvinculados dos anseios dos seus próprios povos mantidos com gigantescas muletas para servirem docilmente aos interesses dominantes na economia internacional.

Repensar o papel do comércio externo

Neste quadro, é de se repensar as recomendações, encontradas em quase todos os relatórios que manifestam preocupação pela situação do Terceiro Mundo, no sentido de que os países que o integram devem lutar por uma maior parte do mercado mundial. O Banco Mundial se preocupa com "políticas econômicas introvertidas que impediriam os países em desenvolvimento de aproveitar as consideráveis vantagens em matéria de oportunidades de exportação que existirão nos países industrializados, mesmo se o seu crescimento diminuir, e que poderiam retardar o crescimento do comércio dos países em desenvolvimento entre si". A própria Estratégia Internacional de Desenvolvimento para a Terceira Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento busca "a expansão e a diversificação rápida do seu comércio internacional", recomendando uma taxa de aumento nesse comércio mais elevada do que a do crescimento da produção interna (respectivamente oito e sete por cento por ano). Porém, o problema é do papel da troca, muito mais do que de simples expansão do que existe, que só leva a aprofundar a brecha. Nessas estruturas de relações internacionais, chegou-se a um bloqueio, tanto do ponto de vista dos países do Sul (imobilizados por uma dívida externa de 400 bilhões e utilizando hoje cerca de 60% das



O Terceiro Mundo precisa lutar por uma maior parte do mercado mundial

novas dívidas contraídas para pagar anteriores dívidas) como do ponto de vista dos países do Norte, que recorrem cada vez mais à venda de armas para manter o sistema de ditaduras (os gastos anuais em armas representam 17 vezes o esforço de ajuda ao desenvolvimento), mas vêm cada vez mais dificuldades em vender para um Terceiro Mundo estagnado e de massas miseráveis os seus produtos.

O desenvolvimento elitista do mundo está estancando. A necessidade de reformulação já está sendo sentida pelo próprio Norte. O Sistema deu o que tinha, e qualquer que seja o peso momentâneo que ainda têm os conservadores, não há possibilidades de um relançamento sem a sua revisão global.

O papel dos países socialistas

Apesar de representarem uma população quase quatro vezes mais numerosa do que o Norte, e do enorme progresso que constituem a formação da Opep e a unidade que tem caracterizado o grupo dos 77, a verdade é que todas as manifestações de luta pela Nova Ordem Econômica Internacional (conferências de Arusha, de Buenos Aires, de Ma-

nila, de Nova Déli) têm levado a uma constatação da fragor relativa do Sul.

Nessas condições, de fato, tem sido inevitável que os países do Sul busquem um maior apoio no segundo bloco minoritário da área internacional: o dos países socialistas. Dificilmente as relações Norte-Sul poderão ser bloqueadas se não houver um entendimento mais profundo nessa área, que representa 10% do comércio internacional, mas sobretudo já dispõe de um potencial tecnológico decisivo para fortalecer as posições do Sul.

Em particular, é preciso levar os países socialistas à compreensão da necessidade de uma maior participação sua na organização dos serviços de apoio ao comércio internacional (redes internacionais de comercialização, transportes, de seguros, de comunicações, financeiras etc.) ao sistema monetário internacional e outros sistemas de apoio que permitam romper o monopólio do Norte sobre as estruturas organizativas das relações internacionais.

A Opep

É igualmente fundamental o apoio dos países exportadores

petróleo. A conta de importações de petróleo dos países do Sul elevou-se em 1980, a 60 bilhões de dólares. No entanto, os lucros das transnacionais do petróleo em 1979 foram de 28 bilhões de dólares.*

Se acrescentarmos a alta de preços dos produtos exportados pelo Norte, mecanismo pelo qual ele repassa para o conjunto dos países do Sul os custos mais elevados do petróleo, vemos a importância de se criarem mecanismos de utilização das riquezas recuperadas pelo Sul no quadro das pressões da Opep. Elas têm que se tornar um instrumento de fortalecimento das posições do Sul no âmbito global de revisão do sistema. Deve-se evitar que o monopólio sobre as estruturas financeiras internacionais mantido pelo Norte lhe permita contornar os aumentos e utilizar os fundos extras criados no Sul para crescimento econômico próprio.

É igualmente de grande importância a busca de apoio no conjunto de forças que, no Norte, através de uma análise basicamente correta da crise internacional, localizada na própria polarização Norte-Sul e na injustiça do sistema vigente, entenderam a necessidade de se proceder à sua revisão global. Assim, o Relatório Brandt constata que "as tensões atuais não só põem em perigo a paz como também perturbam igualmente o desenvolvimento de relações econômicas razoáveis e retardam o crescimento da prosperidade" e vê na transformação do sistema "uma sólida compreensão dos próprios interesses, não só para as nações pobres e muito pobres, mas também para as mais adiantadas". A redistribuição de rendimentos a nível internacional e em grande escala deverá assim "contribuir para o crescimento e o emprego tanto no Norte como no Sul".

Plano de ação

Além da abertura para reforço de cooperação com essas áreas, parece indispensável ultrapassar as manifestações de boa vontade em conferências internacionais e definir programas concretos de ação a médio prazo destinados a reforçar a unidade entre países do Sul. Essas metas deverão, em particular, incidir sobre:

- os preços e comercialização dos produtos básicos;
- a transformação do sistema de votação nos organismos internacionais onde ela se faz em função de fundos e não de participantes (FMI, BM, Gatt etc.);
- a liquidação das dívidas com o Norte, e a retomada por seus organismos públicos da dívida com instituições financeiras privadas;
- passagem para o nível público das negociações com as companhias transnacionais.

A definição destas e outras áreas de intervenção prioritárias, visando uma aproximação dos próprios países do Sul em torno de metas intermediárias, deverá abrir campo para renegociar o sistema em termos mais amplos e com uma participação mais forte dos países do Sul.

Estamos numa situação de impasse estrutural: isto é, as diversas formas que os economistas buscaram para promover o desenvolvimento do Terceiro Mundo levam a efeitos invertidos ou deformados, e acabam reforçando os proveitos do Norte. É o caso do aumento de preços do petróleo. Eles foram contornados através de mecanismos de preços, levando maiores lucros às transnacionais e à repercussão do ônus sobre os países mais pobres, parализando-os.

É o caso das políticas de desenvolvimento industrial, que le-

varam encargos em divisas mais que proporcionais à capacidade de poupá-las através da produção local. É igualmente o caso dos grandes projetos de desenvolvimento rural, recuperados para uma polarização interna dentro dos próprios países subdesenvolvidos, levando ao financiamento de elites corruptas e ao esmagamento do mundo rural sob o jugo da monocultura de exportação.

Nessas condições, coloca-se claramente como tarefa-chave a luta pela reestruturação da ordem, em torno de três áreas fundamentais:

- A estratégia de desenvolvimento de cada país do Terceiro Mundo, tendo como critério-chave a reinserção das populações no processo de desenvolvimento;
- a luta pela democratização do Terceiro Mundo e a organização da participação das populações trabalhadoras nos processos de decisão política, como complemento indispensável de sua participação econômica;
- a luta pela criação de condições internacionais para possibilitar através da definição de metas intermediárias precisas, a mobilização dos governos do Terceiro Mundo.

Uma situação de impasse estrutural como a que se aprofunda atualmente é particularmente perigosa. As receitas parciais oferecidas pelos economistas encontram, e com justa razão, um certo ceticismo, pois sabe-se de antemão que muitas das medidas levam à sua recuperação pelo Norte. Torna-se assim de primeira importância a organização e coordenação da luta por uma Nova Ordem Econômica Internacional. Para isso são necessárias orientações gerais que recolham o consenso da maioria dos economistas que, no Terceiro Mundo, enfrentam diariamente as sólidas cadeias do subdesenvolvimento. □

COMÉRCIO

O Norte fica com a parte do leão

□ Cada estudo relativo às relações econômicas mundiais confirma o aprofundamento da brecha entre os países subdesenvolvidos e os industrializados, salvo raras exceções. Neste sentido, o mais recente documento editado é a atualização, por meio de um suplemento de cerca de 500 páginas, do "Manual de Estatísticas do Comércio Mundial e Desenvolvimento", publicado em 1979 pela Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, com sede em Genebra).

O dado de maior significação global que figura no estudo mostra que, no decênio transcorrido entre 1970 e 1979, o comércio mundial cresceu em 1,3 bilhão de dólares. A soma é astronômica, porém, para a sua formação, muito mais importante que o crescimento real do volume exportado, estimado em 70%, é a inflação, avaliada em 200%. Neste crescimento, dois-terços corresponderam aos países capitalistas industrializados, o que quer dizer que estes levaram a parte do leão. O estudo agrupou os países socialistas europeus, os países do Terceiro Mundo exportadores de petróleo e de produtos manufaturados e constatou que participaram com 27% do aumento, o que significa que o resto das nações, a maioria do Terceiro Mundo, só contribuiu com sete por cento.



Um índice revelador da disparidade entre Norte e o Sul mostra que enquanto a produção de alimentos por habitante nas sociedades industrializadas aumentou em 14%, nos países subdesenvolvidos ele não passou de quatro por cento. Na base desse fenômeno estão os males que o ordenamento econômico vigente impõe ao Terceiro Mundo: monoexportação, escassos investimentos, tecnologia insuficiente, baixos preços, etc.

Outra verificação diz respeito às diferenças econômicas dentro do Terceiro Mundo. Enquanto as exportações dos países produtores de petróleo tiveram um aumento de 199 bilhões de dólares, as exportações dos 30 países menos desenvolvidos atingiram somente quatro bilhões. Porém, segundo informa a edição de abril do boletim da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), os Emiratos Árabes Unidos dobraram nove por cento do seu produto nacional bruto (PNB) àqueles países. De acordo com essa mesma fonte, Catar — com uma população de 167 mil habitantes — é o segundo da lista, com oito por cento. Logo depois está o Kuwait, com sete por cento, seguido da Arábia Saudita, com pouco mais de seis por cento. O quinto país é o Iraque, com uma contribuição de 1,5% do seu PNB, e em sexto está a Líbia, com um por cento.

Mas o que têm feito os responsáveis das sociedades onde reina a abundância? Nem sequer têm cumprido os compromissos que tinham estabelecido, respondem as cifras do documento da Unctad, salvo raras exceções.

De fato, as nações industrializadas tinham se empenhado em dedicar um por cento dos seus Produtos Nacionais Brutos (PNB) a projetos de desenvolvimento no Terceiro Mundo. Posteriormente, essa meta se reduziu a 0,7% do PNB. Vamos agora que no marco da chamada "segunda década do desenvolvimento", os países ricos destinaram 0,3% o que quer dizer menos da metade do prometido.

É oportuno citar que a Holanda, Noruega, Suécia e Dinamarca foram os únicos países que ultrapassaram o 0,7%, como também lembrar que entre os que faltaram a esse compromisso assumido no seio da comunidade internacional figura a maior potência mundial, os Estados Unidos. As ex-potências coloniais que extraíram sua atual riqueza mediante a exploração direta do Terceiro Mundo, em primeiro lugar a Grã-Bretanha e França.



Um golpe a mais

A jovem oficialidade tailandesa se revolta, é traída pelo primeiro-ministro Prem Tinsulanonda, tenta se aliar às forças progressistas, mas não consegue manter-se no poder

Lin M. Sul

O golpismo é na Tailândia, como em muitos países do Terceiro Mundo, quase uma constante da vida nacional. Os tailandeses conheceram 14 golpes de Estado desde 1932, e quase todos eles seguiram um mesmo esquema de operação: sem derramamento de sangue, tomada do poder como uma ação maciça da pirâmide militar e invariável omissão da monarquia, que posteriormente dava sua bênção aos vencedores. Por último, a generalizada convicção

de que, no fundo, nada havia mudado além de algum nome próprio na cúpula do poder.

Diante deste quadro, o frustrado levante militar de primeiro de abril passado apresentou mais uma novidade: a ação dos rebeldes não teve um caráter maciço e sim exteriorizou uma divisão no seio das Forças Armadas. Desta vez, somente depois de três dias a crise chegou a uma definição, em contraste com os desfechos

instantâneos dos golpes tradicionais. Além disso, o rei tomou partido de um dos grupos em conflito. Restam agora as especulações se, de fato, algo haveria mudado desta vez na Tailândia, caso os rebeldes tivessem ganho a partida.

Esta guinada anormal do fracassado golpe se deveu, em parte, ao fato de que não se tratou exatamente — como em outras ocasiões — de um movimento de cúpula. A inspiração da revolta

Ásia proveio de uma mais ou menos ampla camada de "jovens turcos" situados nos níveis médios do exército. De origem diretista, como todo militar da Tailândia — país-gendarme dos Estados Unidos no sudeste asiático —, estes oficiais "duros e puros", como gostam de se chamar, desempenharam durante os últimos anos um papel relevante na luta repressiva contra a guerrilha comunista e, mais tarde, à frente das tropas que vivem em permanente estado de alerta junto à tensa fronteira campuchiana.

Limpar o cenário

Totalmente leais ao Primeiro-Ministro, general Prem Tinsulanonda, o primeiro passo dos "jovens turcos" foi o de oferecer-lhe a chefia do movimento para promover um golpe de cúpula, destinado a limpar o cenário da vida pública tailandesa.

Prem fingiu tomar partido dos rebeldes — que já tinham praticamente a capital em suas mãos quando foram vê-lo — e pareceu disposto a negociar com eles uma mudança substancial do quadro político. Na realidade, era uma manobra destinada a ganhar tempo para conseguir o apoio do rei Bhumibol para uma ação antigolpista, conforme foi comprovado mais tarde.

Quando o general Prem coroou com êxito esta cartada e conseguiu fugir da capital com o monarca para estabelecer seu quartel-general em Korat, 250 quilômetros a nordeste de Bangcoc e sede do II Exército, a situação dos rebeldes começou a deteriorar-se. A crise chegou ao auge no dia 3 de abril com a fuga dos líderes do golpe, os generais Sant Chitpatima e Vasin Israngkul Nayattaya.

O episódio, porém, serviu para trazer à tona uma crise mais profunda que as resolvidas no passado pela via militar. A Tai-

lândia figura entre os mais típicos exemplos de um quadro institucional demasiado frequente no Terceiro Mundo, com os militares numa posição de incontestável domínio sobre a vida política do país em meio a vaporosas formas externas de democracia parlamentar.

Dispersão de forças

O controle da Câmara Alta está, portanto, institucionalmente reconhecido às Forças Armadas, cujos membros são designados e não eleitos. A Câmara Baixa fica reservada à vida política civil, de natureza mais coreográfica do que efetiva.

A política civil, por sua vez, está caracterizada por uma grande dispersão de forças. A própria coalizão diretista que respalda Prem é uma associação de vários pequenos grupos e não a expressão de uma corrente política hegemônica. Dos 301 membros que integram a Câmara dos Deputados, só 75 pertencem à força majoritária da coalizão, o Partido de Ação Social. Completam



Rei Bhumibol: unido a Prem

a frente situacionista o *Chart Thai*, com 38 deputados, e o Partido Democrático, com 32.

A tentativa de golpe do primeiro de abril se consolidou dias depois que o general Prem superou arduamente uma séria crise política, detonada em consequência de uma negociação empreendida com o governo da Arábia Saudita para assegurar o abastecimento de 65 mil barris diários de petróleo.

Chatichai Choonhavan, ministro da Indústria e expoente do partido *Chart Thai* no governo, já se encontrava em Riad para discutir o acordo quando o secretário de Estado Visit Transatja, Partido de Ação Social, fez chegar às autoridades sauditas uma mensagem por telex advertindo os que Chatichai não estava autorizado a subscrever o acordo.

O episódio, que submeteu um sério risco a operação e obrigou Prem a reestruturar o governo, não foi encarado pela opinião pública tailandesa como uma disputa entre partidos e, portanto, nem como o resultado de pontos de vista divergentes sobre a maior ou menor conveniência econômica do acordo em questão, e sim como uma luta para decidir quem iria ser o destinatário de uma "comissão" ligada ao negócio do petróleo.

Cruzada idealista ou declamatória?

Deste contexto extraíram "jovens turcos" as motivações do que ocorre ser, nos países do Terceiro Mundo, um comportamento típico de uma jovem idealidade que se forjou na luta contra a guerrilha: a tendência de "completar" esta luta com cruzadas posteriores contra corrupção administrativa, e, finalmente, revestidas de certo realismo social.

As tendências deste tipo, portanto, são inconsistentes e puramente

te declamatórias na maior parte dos casos, não são bem vistas pelo depurado conservadorismo que dirige hoje a política exterior dos Estados Unidos. Washington, com efeito, perante o golpe exprimiu o seu apoio à continuidade da ordem estabelecida, o que influiu naturalmente na decisão majoritária do aparelho militar tailandês de dissociar-se da revolta.

Posto em marcha o golpe, e aparentemente já tendo assegurado o controle da capital, os "jovens turcos" se viram logo isolados e impossibilitados de dar desenvolvimento posterior à rebelião devido à falta de apoio por parte de vastos setores das Forças Armadas, alinhadas por trás do rei e do general Prem.

Em meio a tal situação, o processo golpista adquiriu uma dinâmica que o levou a pôr cada vez mais ênfase naquelas motivações reformistas, que, em outro contexto, talvez tivessem permanecido em surdina ou em segundo

plano. Tratava-se de compensar a falta de apoio militar buscando respaldo sindical, estudantil, de "esquerda".

Na linguagem dos "jovens turcos", os estudantes se converteram em "nossos queridos estudantes" e no "capital mais precioso do país". Enquanto durou o fugaz controle rebelde sobre Bangcoc, os rebeldes prometeram uma "democracia plena", liberdade sindical, suspensão da censura, reforma agrária e a nacionalização dos setores-chaves da economia.

Com tais bandeiras, dedicaram boa parte daqueles três dias a realizar encontros com dirigentes operários e estudantis. Testemunhas destes contatos os qualificaram mais tarde de relativamente bem-sucedidos.

Disponibilidade dos jovens

Ocorreu que os "jovens turcos" entraram em cena num momento em que um considerável setor da classe estudantil e da es-

querda juvenil evidenciava certa disponibilidade para escutar propostas de ação novas e diferentes das tradicionais.

Pouco tempo atrás, a esquerda estudantil e intelectual da Tailândia, juntamente com alguns setores operários, apoiava, de forma direta ou indireta, a guerrilha conduzida pelo Partido Comunista Tailandês. Mas agora a guerrilha estava em processo de desarticulação. Por um lado, devido à rejeição que o sectarismo atribuído ao PCT provocava entre os adeptos não-comunistas da guerrilha. Por outro, porque o apoio dos chineses à luta armada, substancial em outros tempos, foi se debilitando até cessar completamente com a progressiva virada de Pequim em direção a formas de alianças anti-soviéticas e antivietnamitas com os Estados Unidos. Com esta guinada, a China planejava buscar aliados no regime de Bangcoc e não mais entre os guerrilheiros.

Era natural que da frustrada experiência guerrilheira, emergisse uma juventude disponível para propostas alternativas e predisposta a escutar com certa receptividade um apelo dos jovens militares "duros e puros".

A rendição dos rebeldes e a fuga dos seus líderes se produziram, assim, num momento interessante no qual o golpe, idealizado inicialmente como um movimento que poderia ser posto à disposição do conservador general Prem para que ele determinasse algumas modificações na administração pública, via-se exposto à radicalização pela reação negativa do Primeiro-Ministro e por aquela receptividade inicial encontrada entre os sindicalistas e os "queridos estudantes".

Sobrevive do fracassado golpe, a evidência de uma unidade militar em crise e de um setor político-social aberto a propostas de mudanças não-enquadradas nas fórmulas de ação tradicionais. □



Os estudantes se sensibilizam com as novas propostas de ação da jovem oficialidade

A impotência dos adversários

Nos bastidores do processo de ressurreição nacional em que está o Campuchea, levado à beira da extinção pela experiência extremista de Pol Pot, percebem-se atividades externas de conspirações e intrigas, que se desenvolvem em cenários tão distantes quanto Pequim e Washington. Ali, movimentam-se protagonistas que aparentemente pouco ou nada têm em comum: comunistas chineses, *khmer* vermelhos, agentes e políticos norte-americanos, políticos burgueses campucheanos e um príncipe excêntrico.

Só os une o desejo de derrubar o governo da Frente de Salvação Nacional, presidido por Heng Samrin, e de derrotar os seus aliados vietnamitas. Porém, está sendo difícil fazer estes tão diversos componentes do leque opositor chegarem a um acordo.

A figura de maior projeção internacional, o príncipe Sihanuk, está no momento instalado em Pequim. Da sua luxuosa moradia, que foi sede da embaixada francesa, ele se dedica ativamente às relações públicas. Nada é mais fácil do que entrevistar esse ex-Chefe de Estado: uma vez por semana — às terças de manhã — ele convoca conferências de imprensa, oferece entrevistas exclusivas diárias e envia frequentemente comunicados e proclamações políticas às agências de notícias.

Se dessa forma Sihanuk satisfaz seu notório afã de ganhar publicidade, também persegue o objetivo político de surgir como líder de "uma terceira força não-comunista", apesar de não ter um respaldo político e/ou militar que o sustente.

Apesar dos esforços dos seus inimigos para sabotá-lo, o novo regime de Phnom Penh alcança importantes objetivos no campo econômico

Agustín Castaño



A constituição de uma coalizão entre todos os adversários da Frente de Salvação Nacional é um projeto apoiado pelos Estados Unidos, China, Japão e pelos países membros da Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático).

Pequeno exército

Se fosse apenas uma questão política, talvez Sihanuk, com sua auréola de neutralista e com bons contatos em todos aqueles países, poderia ter sido o escolhi-

do para liderar o conjunto opositor.

No entanto, quando se senta à mesa de negociações, o príncipe solitário não pode mostrar força militar aos seus interlocutores.

Nesse plano, a formação de um exército forte continua sendo a meta. O exército do *Khmer Vermelho* foi desbaratado, mas cerca de 30 mil soldados conseguiram fugir. Essa é a base do pequeno exército armado na fronteira com a China e amparado pela fronteira

tailandesa. Se não fosse essa proteção do país vizinho, seriam impossíveis as incursões que o *khmer* realiza a partir das montanhas. Essas ações de fustigamento perturbam a zona fronteira, mas não representam uma ameaça à estabilidade do regime socialista.

Porisso é que Pequim e os governos da Asean (Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas e Singapura) defendem a constituição de uma frente que compreenda todos os grupos guerrilheiros atuais e potenciais. Essa Frente serviria também para englobar no movimento os *khmer* vermelhos cuja hegemonia seria inaceitável para os interesses ocidentais.

Um papel decorativo

Sihanuk pediu armas e dinheiro a Pequim e Washington a fim de entrar na eventual coalizão com uma organização guerrilheira própria. Mas as diferentes valorizações do papel do príncipe no plano político por parte daqueles governos, assim como as dúvidas em relação à sua eficiência na esfera militar, têm influído para que demorem as medidas concretas para dotá-lo de um aparelho guerrilheiro.

O instável Sihanuk, que havia prometido não manter nenhuma relação com os *khmer* vermelhos, dos quais foi vítima, diz agora estar disposto a entrar numa coalizão com eles. Mas não se decide a avançar rumo à unificação do movimento, pois sabe que sem uma guerrilha sob seu comando contaria muito pouco e terminaria desempenhando um papel meramente decorativo.

Outro expoente da "terceira força", o ex-primeiro-ministro Son San, dispõe de um pequeno grupo guerrilheiro que recebe armamento de Pequim, apesar de seu dirigente professar a fé anti-comunista.

Son San, que a princípios de maio visitou Washington, obteve o apoio do governo Reagan. Os norte-americanos o vêem com bons olhos e o ajudam na esperança de que se converta em um contrapeso aos *Khmer* Vermelhos. Mas a situação do ex-primeiro-ministro não é muito diferente da de Sihanuk: não se encontra em condições de negociar com Pol Pot de igual para igual. Outro elemento comum a esses dois personagens é a sua falta de respaldo no interior do Campuchea. Enquanto os *khmer* vermelhos causam terror, Sihanuk e seu ex-primeiro-ministro carecem de representatividade popular.

Sem conseguir criar uma frente política, os *khmer* vermelhos aparecem como os únicos que, com seus soldados, podem golpear a periferia do adversário, algo que tanto convém à China quanto aos Estados Unidos.

Desde que se libertou do pesadelo do *Khmer* Vermelho, o Campuchea tem se fortalecido velozmente em todos os níveis. Até mesmo os jornalistas ocidentais adversários da opção socialista que têm visitado o país nos últimos meses, admitem que a economia e a vida em geral renascem. As estimativas da FAO

indicam que a colheita de arroz da temporada 80/81 será de umas 700 mil toneladas, ou seja, o dobro do ano anterior.

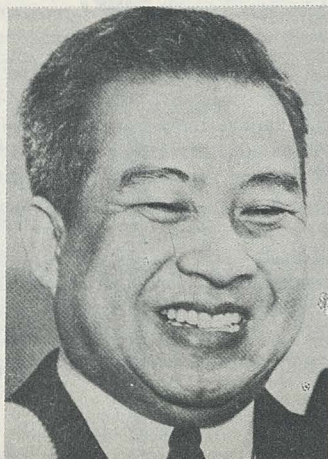
Auto-suficiência alimentar

A colheita em tempos normais era de um milhão de toneladas e este ano será necessário importar 200 mil toneladas do cereal (provenientes das Nações Unidas e da União Soviética). Porém, o progresso no setor produtivo mais importante do país é, apesar de tudo, bem grande e demonstra que se está a caminho da auto-suficiência alimentar em 1982, segundo o programa oficial.

Para isso será necessário incorporar novas culturas, sementes e maquinaria. Mas, para se atingir esta e outras metas teria que ser mantida a cooperação internacional — à qual o país que foi assolado por uma guerra civil tem direito. No entanto, uma vez que foi conseguida a normalização alimentar e que foi comprovado que o povo não morrerá de fome, os organismos internacionais se retiram do Campuchea e se absterem de dar o seu apoio na etapa de reconstrução da economia.

Esta será, pois, obra dos próprios campucheanos, assistidos pelos países socialistas dentro das suas possibilidades. Será, assim, mais lenta. Mas, como se tem visto nestes últimos dois anos, as agressões externas não conseguirão frustrá-las. Por ter tirado o país do império do terror e da fome, a Frente de Salvação Nacional obteve um triunfo político nas eleições municipais realizadas entre 19 e 30 de março, da qual participou praticamente toda a população.

O Campuchea, assim, recupera-se e os inimigos da Frente de Salvação Nacional observam a consolidação de um processo irreversível. □



Sihanuk: sem exército

importação e exportação



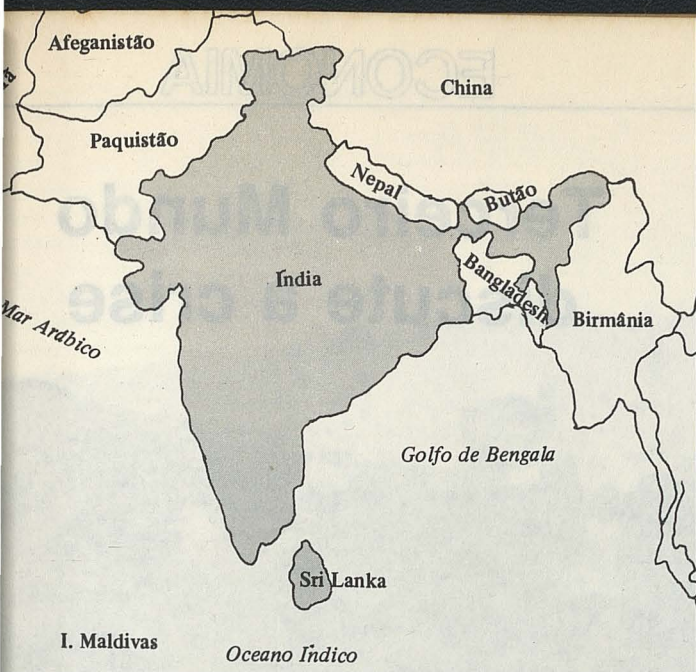
**INDÚSTRIA E
COMÉRCIO
QUIMETAL LTDA.**



MATRI
Av. Des. Santos Neves, 14
Praia do Canto Fone: 227-77
• Vitória - E

FILIA
Rua Alm. Pereira Guimarães, 5
Fone: 262-6602 • São Pau

FILIAL RI
Av. Presidente Vargas, 5
- Conj. 502/3 - Fone: 242-39



Em busca de cooperação

Índia, Paquistão, Bangladesh, Nepal, Butão, Sri Lanka e Maldivas dão um primeiro e cauteloso passo em direção à cooperação na área, apesar das divergências

C. M. Menon

Os sete países do sul da Ásia, reunidos em Colombo, capital do Sri Lanka, decidiram dar um primeiro e cauteloso passo em direção à cooperação na área. A Índia, Paquistão, Bangladesh, Nepal, Butão, Sri Lanka e Maldivas, que totalizam uma população de cerca de 875 milhões de pessoas, tiveram um encontro a nível de secretários de Relações Exteriores, analisaram a questão e concordaram em, dentro de seis meses, realizar uma nova conferência em Katmandu, a capital do Nepal. Nesta ocasião, aprofundarão as deliberações e decidirão se será convocada uma reunião de mi-

nistros de Relações Exteriores, que poderá tomar decisões políticas.

Ao contrário da América Latina, África e dos países árabes, a Ásia é o único continente do Terceiro Mundo que carece de uma organização regional. A única instituição deste tipo é a Asean (Associação dos Países do Sudeste Asiático), um marco sub-regional de ampla cooperação que reúne a Indonésia, Filipinas, Tailândia, Malásia e Singapura.

O sul da Ásia, limitado pelo mar Árabe, o oceano Índico e o golfo de Bengala, carece até

agora de uma organização ou acordo que vincule seus países. Apesar de suas riquezas naturais, a área se encontra economicamente atrasada e densamente povoada.

Uma necessidade urgente

Quatro de seus membros — Bangladesh, Butão, Nepal e Maldivas — estão classificados pelas Nações Unidas como “países de menor desenvolvimento”, o termo eufemístico empregado pela ONU para catalogar os países mais subdesenvolvidos e miseráveis do planeta.

A cooperação e o intercâmbio recíproco são uma necessidade urgente para essas sociedades que, apesar de agrárias, não conseguiram sua auto-suficiência alimentar.

Em 1979, o presidente de Bangladesh, general Ziaur Rahman, lançou a proposta que acaba de ser examinada. Segundo ela, os sete países deveriam criar uma organização sub-regional dedicada à cooperação econômica e técnica para o desenvolvimento. A organização deveria ser constituída por uma Conferência de Cúpula de Chefes de Estado que, a partir de então, realizariam sessões anuais.

No sul da Ásia, todos exaltam as virtudes do intercâmbio, porém não tem havido consenso para concretizá-lo a nível institucional. Por trás dessa posição intransigente, estão as diferenças políticas e as rivalidades e conflitos bilaterais, entre os quais se destaca a inimizade indo-paquistanesa.

Em tal contexto, a reunião de Colombo foi, sobretudo, uma primeira instância de tipo exploratório. O nível escolhido — secretários de Relações Exteriores — abrangia o campo técnico e

administrativo, não compreendendo a esfera de decisão política, própria dos ministros.

Caminhando passo a passo

Efetivamente, a Índia e o Paquistão levaram o conjunto de países a dar um enfoque "passo a passo" à prévia realização de estudos por áreas. Talvez a maior resistência esteja no tema do caráter institucional: Índia e Paquistão não são partidários de uma organização regional formalmente investida como tal.

Além da convocação para o próximo encontro, foi conseguido em Colombo o estabelecimento de cinco grupos de trabalho que realizarão "estudos profundos e formularão propostas" para a reunião de Katmandu, nos seguintes campos: agricultura, desenvolvimento rural, telecomunicações, saúde, problemas populacionais e meteorologia. Por outro lado, foram recusadas diversas proposições que constavam no projeto de Bangladesh: transporte, transporte marítimo, turismo, empresas conjuntas, ciência e tecnologia, educação e outros assuntos não serão objetos de comissões de trabalho.

Porém, se instituiu uma comissão que identificará os campos de cooperação que poderão ser desenvolvidos e que não foram incluídos nos cinco grupos de trabalho. O comunicado conjunto sublinhou que "os assuntos bilaterais e as controvérsias deverão ser rigorosamente excluídas das deliberações e que as decisões deverão ser adotadas por unanimidade", refletindo de modo cristalino as apreensões que afloravam no ambiente.

Colombo não foi, portanto, testemunha do "histórico encontro" a que todos aspiravam. Mas se constituiu num modesto avanço em direção a uma meta, cuja conveniência mútua está fora de discussão. □

ECONOMIA

Terceiro Mundo discute a crise



A atual crise do capitalismo e seus efeitos no Terceiro Mundo, as estratégias nacionais para o desenvolvimento e as negociações para estabelecer uma Nova Ordem Econômica Internacional foram os temas mais importantes debatidos no 2º Congresso da Associação de Economistas do Terceiro Mundo (AETM), realizado em Havana. Os economistas — eram mais de 600 representando cerca de 100 países da Ásia, África e América Latina — concluíram que os países em vias de desenvolvimento não podem aceitar que os desenvolvidos transfiram o peso da crise que eles mesmos criaram.

Durante o Congresso ficou marcada a unânime insatisfação

em relação às negociações No Sul, sendo também assinalado a inflação galopante e o desemprego nos países subdesenvolvidos. Os participantes criticaram seriamente as companhias transnacionais que, segundo eles, constroem um canal de drenagem de uma parte considerável da renda dos países em vias de desenvolvimento, assim como uma ameaça direta à independência de algumas nações. Sob este pretexto, os economistas mexicanos Fernando Carmona e David Menares, o chileno Jaime Eyzaguirre e a representação do Sri Lanka, advertiram com diferentes enfoques que era perigoso errar a construção de uma Nova Ordem Econômica Internacional a partir dos esquemas hoje vigentes no mundo capitalista.



Um dos discursos que mais chamou a atenção dos participantes foi o do economista norte-americano Victor Perlo, que afirmou: "a crise cíclica de 1981, que começou de maneira desigual, é uma enfermidade que prossegue, na qual os salários reais estão baixando nas principais potências capitalistas". Disse ainda que "a política governamental capitalista está dirigida para apoiar a acumulação de capital com a característica de extrema militarização".

Perlo censurou a criação de forças de intervenção imediata por parte dos Estados Unidos, assim como o objetivo norte-americano de alcançar superioridade nuclear sobre a União Soviética: "uma questão que não poderá ter êxito, mas que põe em

perigo a sobrevivência humana". Revelou também que "os negócios entre o governo dos Estados Unidos e as transnacionais são hoje maiores do que nunca, com uma marcada campanha anti-operária para aumentar os lucros". O economista concluiu afirmando que atualmente estão sendo reduzidos os programas sociais em seu país em favor da militarização.

Trágica situação

Fidel Castro, ao falar na abertura do Congresso, disse que os países socialistas não têm nada a ver com o critério colonial e imperialista, pois "não têm empresas transnacionais nem possuem minas, petróleo ou fábricas fora de suas fronteiras". Sobre a crise

econômica afirmou que é uma situação endêmica e que desde 1973 as coisas vão de mal para pior, sem vislumbre de melhoria.

O Presidente cubano denunciou os monopólios transnacionais que "têm cada vez mais lucros": só no período de 1970 a 1980, revelou, as companhias transnacionais investiram 42 bilhões de dólares, mas remeteram a seus países de origem mais de 100 bilhões de dólares. Ele chamou ainda a atenção sobre o impressionante controle exercido pelas transnacionais sobre os produtos básicos, dando como exemplo a comercialização de 60% do açúcar mundial, 70% do arroz e do petróleo cru, 80% do estanho e 95% do tabaco, cacau, café, cobre, ferro e bauxita.

Castro advertiu que a concentração e a centralização do capital das transnacionais vem sendo intensificado nos últimos 20 anos, dando um fortalecimento ao capitalismo monopolista de Estado, cuja política se baseia nos interesses das grandes empresas: "esses monopólios fixam os preços dos produtos dos países subdesenvolvidos e por meio de um injusto comércio realizam um saque dessas nações". Criticou também as condições impostas pelos empréstimos e créditos do mundo capitalista, a discriminação dos produtos dos países pobres mediante altas tarifas alfandegárias.

Nesse marco de pressões — afirmou — se desenvolve a ação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, "instituições dominadas pelas metrópoles capitalistas que manejam sem escrúpulos a força monetária a que está sujeito o Terceiro Mundo, cuja dívida externa atualmente está em torno dos 500 bilhões de dólares." □

TUNÍSIA

Bourguiba abre as portas do regime

Embora as causas mais profundas da mudança ainda não estejam claras, o processo liberalizador é bem recebido pela oposição

Said Madani

O processo de liberalização na Tunísia está se desenvolvendo com tal rapidez que começa a apagar a desconfiança de muitos céticos a respeito de sua autenticidade. Apesar de subsistirem dúvidas sobre o curso final desse processo e sobre as reservas e hipotecas que o regime nele colocou, os fatos indicam a ocorrência de uma rápida mudança no pequeno país mahgrebiano¹. O mais significativo desses fatos: nas eleições sem restrições no seio da União Geral dos Trabalhadores Tunisianos (UGTT), realizadas a primeiro de maio passado, 11 dos 13 membros do novo birô executivo são sindicalistas que tinham sido presos e condenados depois da greve de 26 de janeiro de 1978, que foi cruelmente reprimida.

Segundo foi anunciado, estas são as mudanças básicas:

1) Acabará o autoritarismo implantado pelo presidente Habib Bourguiba há um quarto de século, exercido por meio do partido único, isto é, que o monopólio do Partido Socialista Desturiano² chegará ao fim.

1) *Mahgreb* é a parte do Mundo Árabe que fica no norte da África.

2) *Destur*: Constituição aprovada em 1925.



Habib Bourguiba

Todos os partidos políticos poderão participar nas eleições antecipadas para as cadeiras parlamentares. (Embora essa abertura inclua o Partido Comunista, não está claro se será estendida ao movimento islâmico tradicionalista, severamente atacado por funcionários do governo.)

2) A liberalização será geral. Os prisioneiros políticos saem da

prisão, os exilados regressam, restituída a liberdade sindical, repressão deveria, no futuro, limitada a quem atua à margem das leis que a nova constituição instituirá. Em suma, a Tunísia mergulhada no autoritarismo Bourguiba, estaria agora entrando numa fase de um liberalismo democrático semelhante ao das nações capitalistas européias. Também por obra e graça do "corrente supremo".

Mudança de homens e de filosofias

No plano público, esse processo iniciou-se depois que, em abril de 1980, Mohamed Masmoudi assumiu o cargo de Primeiro-Ministro. Este sucedeu a Hedi Masmoudi, que, por causa de uma grave doença, teve de renunciar.

Nuira, até então "delfim" Bourguiba (que tem 78 anos), tinha acentuado o autoritarismo do regime. A guinada para a direita adotada pelo ex-Primeiro-Ministro foi sentida em todas as esferas. Porém, encontrou resistência por parte da ala liberal desturiana e principalmente dos sindicalistas da UGTT liderados pelo seu Secretário-Geral Habib Achur.

Mas, tudo foi em vão. A perda de poder aquisitivo e o mal-estar diante da orientação conservadora fizeram com que as bases se identificassem com os dirigentes mais combativos, que têm reservas a respeito da orientação governamental. A greve de janeiro expressou o sentimento popular e suas exigências. Foi calada a sangue e fogo. Houve 25 mortos. Do Palácio de Cartago, Burguiba continuava espaldando Nuira.

Mas, quando este foi afastado pela doença, chamou Mzali. E tudo começou a mudar. O fundo dessa mudança de rumo ainda é um mistério sobre o qual os analistas se indagam.

Afirma-se que, do lado de Mzali, entre os homens mais influentes, encontram-se o Ministro das Relações Exteriores, Beji Caid e o Ministro da Informação, Taha Belkhouja. Os três, membros destacados da corrente desturiana liberal, renunciaram a seus altos cargos quando Nuira ordenou que atirassem nos grevistas.

Os indícios de inovações não só foram reconhecidos no abrandamento da repressão: uma das primeiras medidas do Premier, adotada a primeiro de maio do ano passado, foi efetuar um aumento moderado de salários. Em março deste ano, fez outro reajuste salarial e congelou os preços de alguns bens de primeira necessidade.

Mas, na Tunísia, não há fechamento nem abertura, nem fase velha ou nova, se o Presidente não o proclamar. A solene ocasião escolhida foi o recente Congresso Extraordinário do partido oficial. No entanto, o tom do anúncio, ao mesmo tempo paternalista e cheio de limitações, semeou a incerteza.

Reação positiva

"Não há inconveniente no surgimento de formações nacio-

nais, políticas e sociais, com a condição de que estas se comprometam a salvaguardar os interesses superiores do país, a submeterem-se à legalidade constitucional, a preservarem as conquistas da nação, a repudiarem a violência e o fanatismo e a não dependerem, ideológica ou materialmente, de uma potência estrangeira."

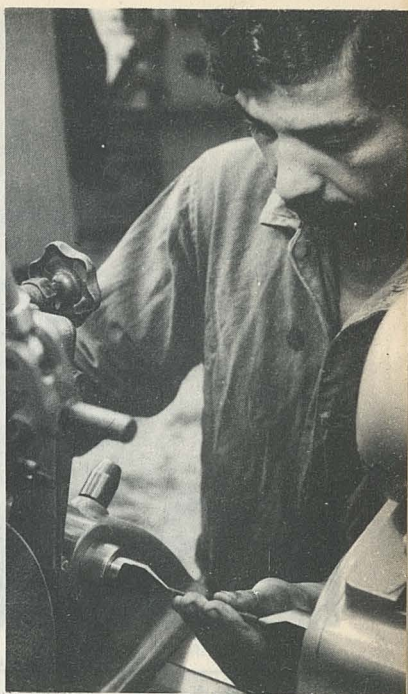
Como se tratava de condições que podem ser aplicadas subjetivamente e num sentido restritivo, certamente aquelas advertências, devido à prática do regime, não garantiam, por si mesmas, a democratização.

A alusão ao fanatismo e uma dedicatória aos "cúmplices do imobilismo", com a advertência sobre "os riscos a que nos expomos, quando tentamos copiar esquemas políticos e sociais que não têm outro mérito senão o de pertencerem a Estados estrangeiros", foi recebida pelos tradicionalistas islâmicos como uma ameaça e como uma antecipação de exclusão da futura legalidade.

Outro limite e condição absoluta, que tocou a Mzali ilustrar, foi o respeito universal dos tunisianos à legitimidade do Presidente, cuja postura suprema todos deverão acatar "porque foi Burguiba quem criou a legitimidade constitucional, libertando o país e o cidadão".

Apesar das limitações explícitas e implícitas, a reação da oposição foi positiva e esperançosa.

Na área das dissidências que o Partido Desturiano produziu, tinha-se formado o Movimento Social Democrático, integrado por duas alas. Uma tem à sua frente o ex-ministro Ahmed Mestiri, cujo projeto consiste em criar um partido independente e alternativo em relação ao oficial. A outra, guiada por Hassid Ben Ammar e Qaid Es-Sebsi, em compensação, postulava a volta

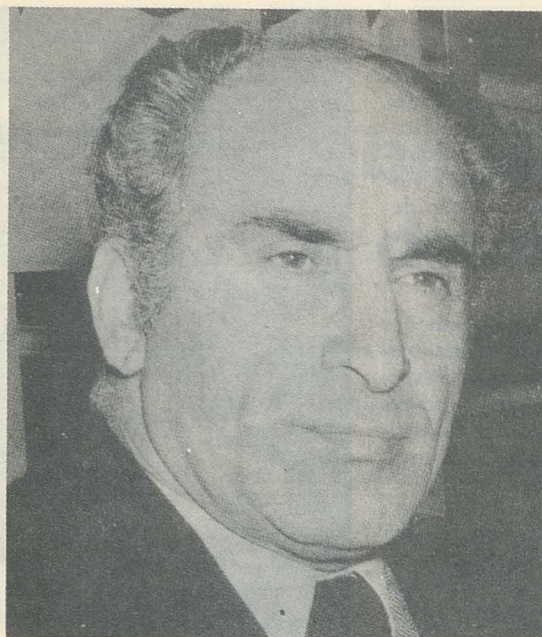


Uma esperança para a classe trabalhadora

ao Destur. Mzali acolheu essa disposição nomeando dois ministros dessa corrente e concretizou assim a recuperação em seu próprio terreno. Por seu lado, Mestiri, que continua em sua linha independente, expressou sua satisfação pela democratização prometida.

Uma atitude semelhante foi a de Ben Salah, líder do Movimento de Unidade Popular e ex-Ministro da Economia, que tentou aplicar uma reforma agrária e acabou exilado na França.

Finalmente, o Partido Comunista ("suspensão" desde 1963), através de seu Secretário-Geral, assim comentou a abertura: "Trata-se de um fato altamente positivo, pois é um reconhecimento oficial e solene do pluralismo político. As condições colocadas são aceitáveis se não fizerem delas objeto de interpretações restritivas em relação a essa ou aquela corrente."



O governo de Mzali terá de enfrentar um sindicalismo inquieto

O campo sindical

Quanto às eleições da UGTT, foram realizadas no marco de um Congresso Extraordinário e foram objeto de grande tensão e expectativa: enquanto os sindicalistas que participaram da greve de 1978 tinham sido previamente anistiados, o velho e combativo líder da União, Habib Achur, que era então seu Secretário-Geral, continuava sob detenção domiciliar e privado de seus direitos político-sindicais.

A novidade desse Congresso consistiu em que, pela primeira vez desde a fundação da União em 1944, puderam ser eleitos para o birô executivo sindicalistas que não fossem, necessariamente, membros do Destur.

Mas, quando a primeira de maio, reuniram-se em Gafsa os 544 delegados designados pelas bases (representando 400 mil trabalhadores nesse país de seis milhões de habitantes), um setor com idéias radicais negou-se a acatar o veto contra Achur e

postulou-o como Secretário-Geral.

A maioria considerou, no entanto, que um semelhante desafio ao regime em pleno processo de abertura seria perigoso e poderia, no fim, resultar contraproducente. Assim, designou-se por 427 votos o jovem Taleb Baccouche, um professor universitário de literatura que havia sido Secretário-Geral do Sindicato do Ensino Superior e Pesquisa e membro do birô executivo da UGTT.

Por ter participado da greve de 1978, Baccouche foi preso e condenado a seis anos de trabalhos forçados, mas foi anistiado com outros companheiros em março de 1980. O recém-nomeado dirigente define-se como um esquerdista independente.

Essa decisão da maioria foi rejeitada com indignação pelos radicais, cujos 127 representantes abandonaram o Congresso.

Mas, nos demais aspectos, a maioria não fez concessões. Em primeiro lugar, emitiu uma resolução na qual expressou sua soli-

dariedade a Achur. Nela, ao birô o mandato de "atuação com determinação" para obter a libertação e a restituição de todos os direitos de Achur, incluindo os sindicais.

Outra resolução afirma que a UGTT é alheia a toda responsabilidade sobre os incidentes de 1978 e pede a criação de uma comissão de inquérito que identifique os culpados dos trágicos acontecimentos. Por último, a resolução econômica pronuncia-se a favor do socialismo e condena severamente as graves desigualdades sociais e regionais, assim como a imprópria administração do setor público.

O governo de Mzali terá de enfrentar um sindicalismo inquieto e reivindicativo, assim como uma oposição política exigente. O Primeiro-Ministro deu prova de tolerância: apesar das críticas e reclamações que formulava ao governo, ele foi a Gafsa e expressou seu contentamento pelos resultados do Congresso.

Porém, há setores da burocracia desturiana e de uma burguesia que se expandiu durante os últimos anos, que se opõem à nova orientação. Entretanto, não podem manifestar-se abertamente contra uma direção que aparece apoiada pelo "combatente à primeira ordem". Eles concordam só "à boca para fora" e dizem estar de acordo com as mudanças da "primavera tunisiana". Porém, escudados em importantes posições do poder político, dos aparelhos de segurança e da economia, os "duros" procuram obstruir a ação de Mzali e desgastá-lo, esperando uma brecha para impor uma volta ao autoritarismo.

Quaisquer que sejam as evoluções dessa fase, o certo é que nesse seu início está-se registrando uma ampla e rápida liberalização, uma verdadeira mutação de natureza institucional do regime de Bourguiba.

Uma agência regional de informação para a América Latina

A maior ação conjunta entre organismos e meios de comunicação latino-americanos para estabelecer no Terceiro Mundo uma Nova Ordem Informativa Internacional

*Phil Harris**



Idéias, como sementes plantadas, frequentemente morrem antes de frutificar face ao destrutivo vento que é a divisão política. Agora, na América Latina, parece que uma idéia, anunciada pela primeira vez a mais de 50 anos atrás, está finalmente amadurecendo graças a um raro fenômeno: o consenso entre grupos e nações de diferentes ideologias políticas.

A idéia é simples e atraente: criar para a América Latina uma agência regional de informação. No entanto, ela viveu de 1925 — quando uma idéia semelhante foi proposta pela primeira vez em Washington, num encontro da União Pan-Americana de Jornalistas — até hoje, para alcançar um estágio onde parece provável que tal agência tenha muito boas possibilidades de se tornar realidade.

Um projeto para a criação da Agência Latino-Americana para Serviços Especiais de Informação (Alasei), preparado sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), está sendo atualmente estudado por um grupo especial de trabalho do Sistema Econômico Latino-Ame-

* Professor e pesquisador escocês, chefe do Departamento de Pesquisa da Inter-Press Service.

ricano (Sela). Na sua sétima reunião, realizada em Caracas no final de março de 1981, o Conselho do Sela aprovou a recomendação de criar um comitê de ação para estudar a viabilidade da agência e para definir onde será a sua sede.

Este não é o primeiro passo concreto para pôr em prática as resoluções adotadas pela primeira vez na Conferência Intergovernamental sobre Políticas de Comunicação para a América Latina — realizada em julho de 1976, em San José (Costa Rica), sob o patrocínio da ONU. Porém, a Alasei representará a maior ação conjunta entre as nações latino-americanas e organismos e meios de comunicação para colocar o continente na vanguarda das atuais tentativas do Terceiro Mundo para estabelecer uma Nova Ordem Informativa Internacional (Noii).

Notícias com contexto

Em março de 1979 foi dado um primeiro passo e abriu-se um novo campo com a criação da Ação de Sistemas Informativos Nacionais (Asin). A Asin é um sistema regional de intercâmbio de notícias, que inicialmente compreendia dez países da América Latina e Caribe: Bolívia, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, Jamaica, Panamá, Peru, Suriname e Venezuela. Agora, foi ampliado com a entrada da Guiana, México e Nicarágua. Através do sistema de *pool*, para o qual a **Inter-Press Service-Terceiro Mundo** atua como secretaria técnica, a Asin permite às agências nacionais de notícias ou departamentos de informação dos países participantes intercambiar ou circular notícias entre eles próprios.



Informação é poder

A idéia que está por trás da criação da Alasei é, entretanto, bem diferente. Em primeiro lugar, porque a Alasei será uma agência informativa por si só, com seu próprio pessoal e equipamento de telecomunicações, enquanto que a Asin é um sistema de intercâmbio de notícias para os já existentes órgãos nacionais de informação. Em segundo lugar, e muito mais importante, é que ao contrário da Asin, que faz circular notícias, a Alasei será um mecanismo para a produção e distribuição de análises que darão um contexto às notícias. Isso significa assegurar que elas façam sentido, através da ligação entre diversos acontecimentos e processos, com o objetivo de explicar claramente o que está ocorrendo. Isto representa também uma tentativa de tornar as realidades da América Latina facilmente compreensíveis e fornecer a base do conhecimento das possibilidades de implementação do desenvolvimento político, econômico e social do continente.

Em termos bem simples, a ênfase será dada mais no fornecimento de pequenos artigos em vez de *flashes* de notícias, que

focalizarão acontecimentos, processos de relevância para povos da América Latina.

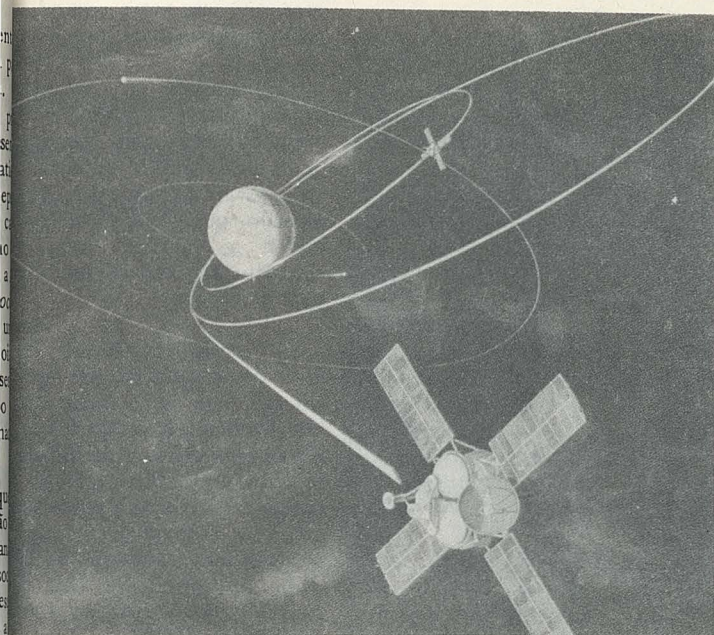
O surpreendente no projeto de criar a Alasei é o consenso, sua conveniência e praticidade encontrado entre representantes de tão diversos campos políticos e ideológicos no âmbito da informação, como a *Inter-American Press Association* (Iapa), tradicionalmente um líder das críticas à Noii, *pool* de agências dos Países Alinhados, representado pela *Prensa Latina*, a agência nacional de notícias de Cuba.

Outras organizações que deram apoio ao projeto são a Federação Latino-Americana de Jornalistas (Felap), a Associação Latino-Americana de Pesquisa da Comunicação (Alaic) e a A... Os países latino-americanos mais se esforçaram para promover a criação da agência foram Costa Rica, Cuba, Equador, México, Nicarágua, Panamá e Venezuela. Todos eles contribuíram para que o Sela se convencesse da importância do projeto e do estabelecimento de um comitê de ação.

Novos protagonistas

A maior inovação a ser dada pela Alasei, e que preenche a principal das muitas propostas da Noii, é a abertura do processo de comunicação para novos protagonistas de todos os grupos sociais. Isto é, o conteúdo da Alasei ficará nas mãos de grupos mistos compostos de jornalistas, associações proprietárias de meios de comunicação, organizações regionais de pesquisadores da comunicação e do público em geral.

Só o tempo dirá se o projeto só perdurará. Alianças entre



Quatro agências de notícias transnacionais controlam cerca de 80% das informações mundiais

os de pontos-de-vista ideológicos divergentes são notoriamente frágeis e, frequentemente, as concessões mútuas, fator necessário para tal consenso, farão com que o resultado final não esteja à altura dos objetivos iniciais.

Contudo, já foi um importante feito que o projeto tenha avançado tanto nos poucos anos que se passaram desde que a Unesco realizou em San José, Costa Rica, a Conferência sobre Políticas da Comunicação na América Latina, em 1976.

De fato, a década de 70 foi difícil no campo da comunicação internacional. Houve campanhas frequentes e incisivas dos proprietários dos meios de comunicação do sistema, aferrados ao seu monopólio, como resposta à firme determinação do Ter-

ceiro Mundo de tornar mais democrática a atual Ordem Informativa Internacional.

A Conferência de San José foi a primeira de uma série a nível regional, organizada pela Unesco. As outras duas foram para a Ásia, realizada em Kuala Lumpur (Indonésia), em 1979, e para a África, realizada em Yaoundé (Camarões), em 1980. Elas tinham por objetivo apoiar as diversas estratégias para as muitas regiões do Terceiro Mundo, em vista do enorme desequilíbrio nas estruturas internacionais da Informação.

Novas estruturas informativas

Com quatro grandes agências de notícias transnacionais (Reuters, AFP, AP e UPI), que controlam cerca de 80% dos fluxos

internacionais de notícias, e com a informação sendo predominantemente escoada na direção Norte-Sul, as regiões do Terceiro Mundo estão interessadas em planejar políticas regionais de comunicação. Isto permitirá a criação de novas estruturas de informação mais adequadas às necessidades e interesses particulares desses países que estão lutando para escapar aos efeitos de um prolongado (e, em muitos sentidos, cada vez mais opressivo) colonialismo. O que o Terceiro Mundo está tentando obter são estruturas de informação que possam dar aos seus países a oportunidade de receberem informações visando principalmente os seguintes aspectos cruciais: a preservação das identidades culturais nacionais, auto-suficiência, desenvolvimento nacional autônomo e cooperação regional.

A Alasei é uma solução. Mas não é, de modo algum, a única possível. Enquanto a Alasei está dirigida ao nível regional, é também vitalmente importante desenvolver estruturas nacionais de informação adequadas e autênticas nos países do Terceiro Mundo.

Mas, se a Alasei for bem-sucedida (e se há um projeto que pareça destinado a ter sucesso é este), uma forte e importante agência regional de informação que forneça "notícias com contexto", poderá ser um apoio fundamental para a criação e o fortalecimento dos sistemas nacionais de informação.

À exceção de uma ruptura no consenso existente, não há razão para que a Alasei não entre nos anais como a principal contribuição da América Latina para a criação de uma Nova Ordem Informativa Internacional. □

Governo fecha jornal de oposição

COMUNICAÇÃO

□ Uma nova violação à liberdade de expressão no Uruguai: o jornalista Luis Hierro — filho do conhecido senador do Partido Colorado Luis Hierro Gambardela — foi detido e o semanário *Opinar*, do qual era redator-chefe, fechado.

A medida repressiva foi adotada como consequência da publicação no semanário — o único porta-voz da oposição no país — de uma declaração do Partido Nacional exortando à convocação de uma Assembléia Constituinte. O documento, intitulado “O Partido Nacional ao governo e à opinião pública”, apesar da sua importância política, não foi reproduzido por nenhum outro jornal local, nem citado ou comentado em nenhum meio de comunicação. *Opinar* estava



consciente dos riscos que sua publicação implicava já que no Uruguai qualquer documento político, ainda que sendo de um dos partidos tradicionais, é considerado subversivo. Por isso,

como introdução ao documento o semanário assinala que “é elementar dever jornalístico a divulgação e, consequentemente, com nós mesmos, não renuncamos por um mero comodismo ao cumprimento do dever”.

O chamado à Assembléia Constituinte é, segundo a interpretação do Partido Nacional, a única saída para a situação criada após 30 de novembro do ano passado, quando o governo submeteu a plebiscito uma nova constituição, claramente rejeitada pelo povo.

O semanário *Opinar* ficou fora de circulação por quatro edições. Por outro lado, a nível internacional, já foram feitos publicamente vários pronunciamentos exigindo a libertação do jornalista Luiz Hierro e protestando perante as autoridades uruguianas por essa nova violação da liberdade de expressão. Um documento proveio da Associação Latino-Americana de Direitos Humanos, presidida pelo ex-presidente venezuelano Carlos Andrés Pérez.

Que falem as crianças

□ Duas meninas de 13 anos de idade, Carla Aguirre e Hilde Carlsen, criaram recentemente, na Suécia, aquilo que elas mesmas denominaram de um Serviço Noticioso para Crianças, chamado “Voz do Futuro” (Vofu).

Interessadas, depois de terem lido num jornal local as declarações do diretor de uma escola colocando a questão do que é que se está fazendo para que as crianças possam se expressar, armaram-se de papel e lápis e começaram a entrevistar adultos sobre o assunto.

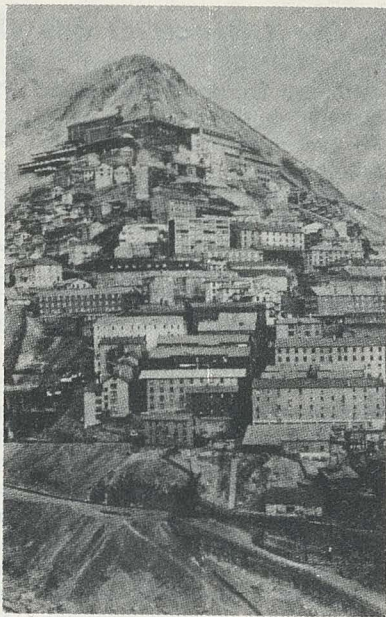
Depois de recolherem diversas opiniões, elas próprias se animaram a dar a sua: “Pensamos que,

como crianças, temos bastante possibilidade de expressar-nos. Mas nem sempre nos atrevemos a dizer diretamente o que pensamos. (...) Por isso existem muitas crianças que acabam sendo problemas na sociedade. Há outras que, em vez de dizer o que pensam, calam-se e choram e sofrem muito. Isso pode produzir medo e uma atitude de defesa que logo se transforma em agressão. (...) Às vezes, as crianças são obrigadas a escutar os adultos. Mas, na verdade, também os adultos deviam escutar as crianças. Se os adultos escutassem as crianças, podia ser que nós nos atrevêssemos mais a dizer nossas coisas. E isso pode aumentar a nossa liberdade de expressão, a das crianças.”

Suas criadoras esperam contar com o apoio das crianças de todo o mundo e recebem colaborações em: “Voz do Futuro”, Box 7510, 10392 Estocolmo, Suécia.

PANORAMA TRICONTINENTAL

Chile: mineiros desafiam Pinochet



Mina de "El Teniente"

A greve de mais de 10 mil mineiros da jazida de *El Teniente*, no Chile, foi uma das manifestações mais significativas de desafio ao regime de Pinochet nesses últimos anos, apesar do seu caráter reindustrializador inicial. O curioso do acontecimento, no entanto, é o fato de que foram esses mesmos mineiros que representaram em 1973 um dos mais fortes grupos de oposição ao regime socialista de Salvador Allende, chegando a realizar uma marcha a Santiago às vésperas do violento golpe militar do dia 11 de setembro, que acabou recebendo o seu apoio. Hoje seus líderes fizeram autocrítica e reconhecem: "Fomos usados em 1973."

A greve iniciou-se quando as negociações entre os sindicatos e a empresa estatal Codelco (*Corporación del Cobre*) chegaram a um impasse, na preparação de

um novo contrato coletivo: os mineiros queriam aumentos de 10 a 16%, enquanto a empresa oferecia apenas dois por cento. Além disso, havia a tentativa da Codelco de adaptar o contrato coletivo à legislação baixada pelo governo militar há dois anos, o que, segundo as lideranças sindicais, só traria desvantagens, com a perda de uma série de direitos adquiridos, como, por exemplo, dias extras de descanso remunerado e bolsas de estudo para os filhos.

O movimento, apesar de amparado pela legislação do próprio regime militar (quando há um impasse nas negociações, os trabalhadores podem paralisar as suas atividades por um prazo máximo de 59 dias), tomou forte conotação política quando o principal dirigente sindical, Guillermo Medina, que apóia Pinochet, foi forçado pelos mineiros durante uma assembléia a pro-

meter que pedirá sua renúncia como integrante do Conselho de Estado, organismo criado pelo governo militar como assessor legislativo.

Outra consequência importante da greve foi a identidade criada entre os sindicatos grevistas através da decisão de formar um comando único, aprovada durante uma de suas assembléias, definida como "histórica" pela maioria das lideranças. Eduardo Díaz Solís, dirigente mineiro, afirmou que "fomos utilizados em 1973 por pessoas que tinham melhor situação econômica e esperamos que essa situação não se repita nunca mais". Disse ainda que no Chile "não há direito à opinião" e "somos a única esperança dos trabalhadores de todo o país, para que se modifique o *Plan Laboral* (legislação trabalhista do regime militar) e a previdência social" (recentemente privatizada e criticada pelos mineiros porque terminou com a aposentadoria por tempo de serviço. Agora é por idade.)

El Teniente produziu no ano passado 266 mil toneladas de cobre, um quarto da produção total do país. O Chile exporta aproximadamente um milhão de toneladas de cobre por ano, principalmente para a Europa Ocidental, Estados Unidos, Brasil e Japão. Sua produção só é inferior à dos Estados Unidos e União Soviética. Com a greve, deixaram de ser produzidas 850 toneladas por dia, no valor de mais de um milhão de dólares, o que equivale a mais de 80 milhões de cruzeiros. O cobre é um dos poucos setores que permanece nas mãos do governo. Recentemente, o general Augusto Pinochet desmentiu rumores sobre a sua privatização.

Uganda: do calvário ao drama

□ As tropas tanzanianas estacionadas há dois anos em Uganda iniciaram o regresso à sua pátria, apesar de sua presença ser ainda necessária para afastar o fantasma de uma guerra civil. É que enquanto a crise econômica e produtiva chegou a um nível aflitivo, ocasionando carência de bens indispensáveis, os opositores ao governo de Milton Obote aumentaram suas atividades guerrilheiras, abrindo três frentes: no oeste, no sul e a noroeste do país.

A ação conjunta das tropas da Frente Nacional de Libertação de Uganda e do exército tanzaniano, ao todo uns 45 mil homens, derrotou o exército leal ao ditador Idi Amin, em abril de 1979.

O Presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, tinha afirmado que a permanência de seus soldados seria transitória. Mas o exército ugandês não estava (nem está ainda) organizado de modo eficiente para garantir a segurança do país. As rivalidades étnicas e a falta de pagamento derivaram em atos de pilhagem e violência em algumas regiões, por parte de efetivos governamentais. Porém, Nyerere considerou que devia pôr um fim à sua intervenção no país vizinho, cujo governo não podia sustentar os 10 mil soldados da Tanzânia. A volta começou a 1º de maio e deveria terminar em fins de junho.

Esta situação coloca um ponto de interrogação sobre as possibilidades que tem Obote, eleito Presidente em dezembro do ano passado, para enfrentar seus adversários e restabelecer a ordem na nação, agora que não

conta com a seção mais sólida do aparelho militar sob suas ordens. As guerrilhas que o enfrentam aparentemente não atuaram coordenadas até hoje. Alguns grupos são dirigidos por políticos que lutaram na Frente Nacional de Libertação contra Amin, enquanto os partidários de Amin constituem o outro foco de luta.

Yoweri Museveni, um ex-Ministro, lidera o Exército da Resistência Popular, considerado a maior formação guerrilheira. Em termos de importância, segue-se o Movimento pela Libertação de Uganda, identificado com o ex-presidente Yusuf Lule.

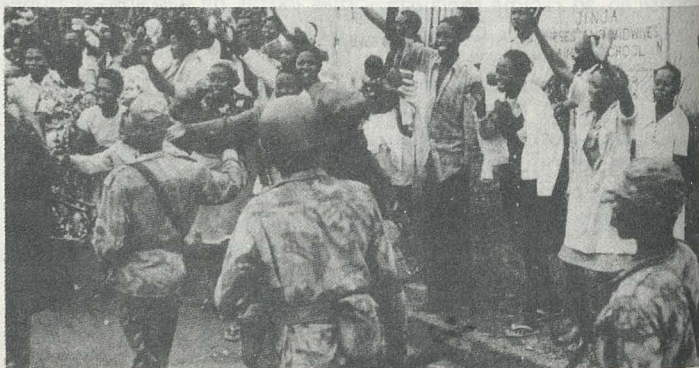
Quanto a Amin, diz contar com 13 mil homens armados dentro do país, mas calcula-se que seus seguidores estejam entre quatro e cinco mil. Eles se acham ao longo da fronteira com o Sudão e controlam um território de cerca de dois mil quilômetros quadrados. Essa região do país era, por laços étnicos, a praça-forte de Amin.

As dificuldades que Obote enfrenta no plano militar têm um paralelo no campo econômico.

Não porque o Presidente carece de programas para estimular atividades produtivas, mas pelas preocupantes problemas que herdou. A ditadura de oito anos de Amin, seguida pela guerra civil, desmantelou a administração pública, deslocou regiões e setores produtivos, trouxe imensos danos.

Diante de tal situação, só um programa de reconstrução dotado de financiamento poderia animar a economia. Na falta de fundos, ela deve recuperar-se por si mesma, o que significa não apenas avanços muito lentos mas também estrangulamentos em áreas-chaves. Com uma inflação de mais de 100% ao ano, quase sem divisas internacionais e com dramáticas carências de energia e alimentos, os planos traçados estão tão longe de serem alcançados. Assim, esse país, com uma rica agricultura, não consegue exportar o suficiente para cobrir suas necessidades.

Em 1979, Uganda conseguiu sair de um calvário de oito anos, mas deverá transcorrer ainda um longo tempo até que recobre a paz e o bem-estar de outrora.



As tropas tanzanianas que apoiaram Obote retornam ao seu país

Cuba deteta reservas petrolíferas

Depois de longos anos de fracassadas tentativas com tecnologia transnacional, anunciou-se recentemente que teve êxito a exploração de petróleo na costa cubana. Inúmeras declarações dos norte-americanos prognosticavam o contrário. Porém, sabe-se agora que o problema era a profundidade em que se fazia o trabalho de prospecção: quando a Pemex (companhia estatal de petróleo do México) assumiu a responsabilidade das pesquisas — e o fez usando tecnologia mexicana — uma das medidas adotadas foi a de trabalhar em maior profundidade.

O primeiro a noticiar o fato foi o jornal mexicano *Excelsior*, baseado em revelações dos meios diplomáticos cubanos, mexicanos e também norte-americanos. A constatação da existência de petróleo abre importantes perspectivas econômicas para a ilha, que tinha um ônus significativo no orçamento nacional devido às importações do combustível. Se, como parece, as jazidas forem ricas o bastante para tornar Cuba praticamente auto-suficiente em alguns anos, o fato terá um enorme significado político.

Não só pelas possibilidades que terá o regime de Havana de canalizar preciosos recursos para outras áreas da sofrida economia nacional, mas também porque é a primeira vez que uma associação de dois países latino-americanos produz tão importantes re-

sultados em um campo — o da tecnologia do petróleo — que até agora estava restrito ao limitado clube dos países altamente industrializados. A participação do México no empreendimento faz com que se estreitem os laços entre os dois países e proporciona a Cuba a possibilidade de uma maior integração ao nível latino-americano. Para o México, o fato também é relevante, já que o consolida como uma das nações cujo avanço tecnológico e posições políticas estão tendo maior projecção no conjunto do continente.

O acordo de ajuda técnica mexicana a Cuba foi um dos assuntos discutidos durante a visita que o presidente José López Portillo fez a Havana em agosto de 1980. Em dezembro do mesmo ano foi firmado o convênio. Em janeiro de 1981, os primeiros técnicos da Petróleos Mexicanos (Pemex) foram enviados a Cuba. O convênio também inclui assessoria técnica para a modernização de uma refinaria cubana, a ampliação da produção de gás natural, a montagem de uma fábrica de negro-de-fumo e um acordo para o fornecimento de óleos lubrificantes.

O governo mexicano reafirmou sua decisão de continuar apoiando Cuba em sua prospecção petrolífera, auxílio esse que tem sido criticado pelos Estados Unidos. O México está também colaborando na prospecção petrolífera da Costa Rica e Nicará-

gua. Outras informações indicam que a Pemex realiza trabalhos do mesmo tipo em Belize.

Um outro país da região que descobriu recentemente grandes jazidas de petróleo é a Guatemala. Estima-se que, dentro de três ou quatro anos, ela poderá se converter no terceiro produtor latino-americano, com um milhão de barris diários. A exploração do petróleo está sendo feita através de concessões dadas pelo governo guatemalteco a sete consórcios internacionais: Amoco, Texaco, Hispanoil, Braspetro, Getty, Monsanto e Elf Aquitaine. Os mais fortes consórcios, que detêm 49% da exploração, pertencem a duas companhias norte-americanas: Amoco e Texaco, que já investiram dez milhões de dólares.

A Guatemala, junto com outros nove países da América Central e Caribe, faz parte do Convênio de San José (Costa Rica), beneficiando-se assim do acordo através do qual México e Venezuela se comprometem a garantir o abastecimento do petróleo de que essas nações necessitam. A inclusão deste país no pacto foi criticada no México por diferentes círculos de opinião, que viam nesse abastecimento (em condições favoráveis de crédito), uma via de possível fortalecimento do regime de Lucas García, acusado de favorecer uma permanente repressão contra a população.

Transnacionais diversificam atividades

□ A recessão econômica mundial está sendo aproveitada pelas mais importantes companhias petrolíferas transnacionais, para adquirirem jazidas minerais a baixos preços. As transnacionais têm consciência de que seu recurso principal, o petróleo, se esgotará a médio prazo e já começam a tomar suas precauções.

A notícia que foi divulgada pelo matutino chileno *El Mercurio*, coletando parte de uma análise do ex-diretor do Instituto de Pesquisas Minerometalúrgicas do Chile, Alexander Sutulov, afirma que a febre de compra de minas desencadeada nos Estados Unidos está se estendendo agora a todo o mundo.

Desde o começo da década dos anos 70, as transnacionais petrolíferas vêm analisando essa perspectiva, concretizada a partir

da crise energética e monetária, que a tornou ainda mais rentável. Enquanto a crise repercutia negativamente nos preços dos metais, gerando uma crescente descapitalização do setor, as companhias petrolíferas obtinham fabulosos lucros, ao aumentarem quase 15 vezes o preço do óleo cru. A produção de metais deixou de ser uma atividade lucrativa e passou a depender de alguns subprodutos como o molibdênio, o cobalto, o selênio e outros. As empresas mineiras diminuíram seus benefícios aos acionistas e descapitalizavam-se progressivamente. Seu valor, conseqüentemente, decaiu. Era o momento apropriado de realizar uma oferta de compra.

Assim, em 1977, a *Atlantic Richfield* adquiriu a companhia mineira *Anaconda*, que explora jazidas cupríferas no Chile. A *Union Oil* comprou a *Molybde-*

num Corporation of America (Molynorp), a *Lusiana Land and Exploration* e a *Cooper Range*. Em 1978, a tendência à compra se acentuou e entre as aquisições importantes figurou a da *Inspiration Consolidated Corporation* pela *Hudson Bay Mining*. Em 1981, a *Standard Oil of Ohio* (Sohio) comprou a famosa transnacional *Kennecott*.

Sutulov destaca que as transnacionais petrolíferas escolheram o setor de jazidas de cobre para seus investimentos, o que demonstra que "seus estudos de longo prazo dão grandes possibilidades ao metal vermelho como opção mais promissora e segura para o futuro". Estão, pois, sob a mira, na América Latina, o Chile — principal produtor do Conselho Intergovernamental dos Países Produtores de Cobre — e o Peru. Em ambos existem importantes investimentos norte-americanos.

El Salvador: tentando o diálogo

□ A comandante "Ana Maria", membro do Comando Central das Forças Populares de Libertação de El Salvador (FPL) — uma das organizações armadas que integram a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional — afirmou que poderiam ser iniciadas negociações políticas com o regime militar democrata-cristão salvadorenho "porque os revolucionários querem garantir o máximo de vidas humanas".

A proposta de uma negociação que estabeleça o cessar-fogo entre os dois lados — já morreram cerca de 18 mil pessoas, segundo estimativas de

órgãos religiosos locais — foi lançada em janeiro passado com o recrudescimento da guerra civil e retomada agora pelo Administrador Apostólico da Arquidiocese de San Salvador, monsenhor Arturo Rivera, e outras personalidades internacionais.

A comandante "Ana Maria" revelou, no entanto, as condições fixadas pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) para começar a primeira fase do diálogo: "cessamento imediato do massacre indiscriminado contra o povo, respeitando-se os mínimos princípios da democracia onde se inserem a reabertura da Universidade Nacional de El Salvador, liberdade a todos os presos políticos, abolição das restrições aos meios de comunicação, hoje completamente fechados ao movimento revolucionário, o fim do estado de sítio e o toque de recolher, reinstalando-se as garantias individuais".

Fome e alimentos também são armas políticas

Segundo estatística do Conselho Mundial de Alimentação (CMA), 35% da população latino-americana, estimada em 370 milhões de pessoas, incluindo uma alta porcentagem de crianças em idade pré-escolar, e as consequências da fome. De acordo com a Organização, a fome começa com uma carga de 450 milhões de crianças e desnutridos a nível mundial. Das nações em desenvolvimento — dependentes e pobres — mais da metade (58 dos

106 países) não foram capazes de satisfazer as necessidades alimentares de suas populações em crescimento no fim da década de 70. Os peritos estão alarmados diante de uma possível crise, semelhante à ocorrida nos anos de 1972/73, que estaria prestes a acontecer.

A FAO estruturou um plano para estabelecer reservas alimentares mundiais que permitiriam um certo grau de segurança no

planeta. No entanto, os alimentos são utilizados pelas nações poderosas, principalmente os Estados Unidos, como uma arma política. No México, 27 países do Terceiro Mundo, reunidos recentemente para discutir o problema da fome, lembraram aos Estados Unidos que existe uma relação estreita entre "os alimentos e a guerra, entre a paz e a comida". Eles condenaram a decisão dos norte-americanos de usarem os alimentos para tentar intimidar o governo da Nicarágua.

Roldós: um legado democrático



O presidente equatoriano Jaime Roldós morreu a 24 de maio passado em um acidente aéreo. "Esta tragédia deve unir-nos ainda mais em torno dos ideais da democracia, desenvolvimento e justiça social que foram sua bandeira de luta", disse em seu funeral o vice-presidente Osvaldo Hurtado, que de acordo com o previsto constitucionalmente, assumiu de imediato a primeira magistratura.

Esta normalidade na sucessão presidencial foi, possivelmente, o maior reconhecimento ao líder desaparecido, que dirigiu a transição para um governo civil, após nove anos de administração militar no Equador e converteu o seu país em um ba-

luarte das forças latino-americanas na luta contra as ditaduras direitistas.

Eleito em 1979 com a mais alta votação jamais registrada em seu país, Roldós levou adiante uma política de reformas econômicas e sociais que lhe acarretou a oposição dos setores afetados. Apesar de ter sido o mais jovem presidente do hemisfério ocidental, até seus opositores reconhecem que soube enfrentar, com habilidade de estadista as dificuldades da etapa de transição à democracia. Essas dificuldades não serão menores para o novo presidente Osvaldo Hurtado, que iniciou sua gestão com a promessa de "redobrar o esforço para constituir no Equador uma sociedade mais justa, mais humana, solidária, livre e progressista".

Hurtado assume com o antecedente de ter sido o mais próximo colaborador do presidente Roldós e de ter um carisma próprio. Não contará, porém, com um apoio parlamentar forte, já que o seu partido, a Democracia Popular (democrata-cristão), é pequeno e a Concentração de Forças Populares, com a qual se aliou para conduzir Roldós à presidência, já estava dividida a vários meses atrás. A solidez das jovens instituições democráticas equatorianas será posta à prova nos próximos meses. De seu resultado depende, em grande medida, o processo de redemocratização da América do Sul, ao qual Roldós dedicou-se com convicção e coragem.

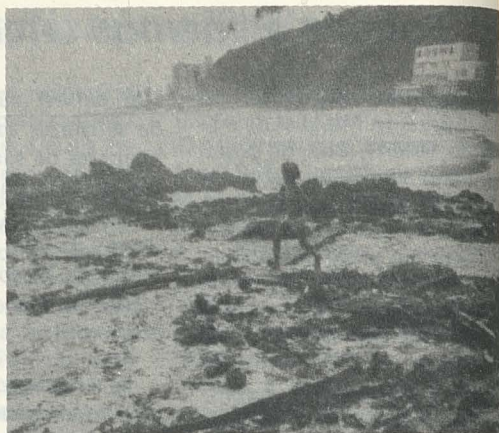
PANORAMA TRICONTINENTAL

Terrorismo A direção do Partido Democrata Cristão guatemalteco dirigiu um apelo dramático à opinião pública internacional, às instituições e aos governos pedindo proteção diante do terrorismo do regime da Guatemala. Em menos de um ano, grupos paramilitares que operam sob o controle do governo liquidaram 77 membros da direção do Partido Democrata-Cristão. O regime deseja acabar com qualquer "surpresa" nas eleições presidenciais convocadas para março de 1982.

Discriminação O Presidente da Sociedade Rural Argentina, Horacio Gutiérrez, revelou que em 1980 as exportações argentinas de carne caíram de primeiro para terceiro lugar afetadas, entre outras razões, pela política de subsídios da Comunidade Econômica Européia (CEE), que fez com que seu país perdesse mercados. A Argentina foi superada pela Austrália e a própria CEE.

Lista Negra A Comissão das Nações Unidas contra o *apartheid* incluiu na sua lista negra 47 bancos ocidentais, na sua maioria norte-americanos, devido aos financiamentos que concedem ao regime sul-africano. Numa nota dirigida ao secretário das Nações Unidas, o Presidente do Comitê Especial contra o *apartheid*, o nigeriano Akporode Clark, afirmou que alguns bancos dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha Federal, Canadá, França, Bélgica e Suíça têm contrariado as resoluções da ONU e os apelos dos povos da África Austral e de numerosas organizações não-governamentais. A lista negra inclui entre outros o *Commerzbank*, o *Dresdner Bank* e o *Deutsche Bank*, da Alemanha Federal; o *Crédit Lyonnais* e o *Crédit Commercial*, da França; o *Hill Samuel and Company* e o *Barclays*, da Grã-Bretanha; e o *City Bank*, o *Morgan Guaranty Trust* e o *First Chicago Corporation*, dos Estados Unidos.

Repressão Mais de 1.800 muçulmanos fugiram da Tailândia recentemente antes que as autoridades do país iniciassem uma onda repressiva contra eles.



A poluição é resultado do egoísmo financeiro

Ecologia Um milhão de espécies animais e vegetais podem desaparecer nos próximos 20 anos se não forem tomadas medidas de proteção adequadas — foi uma das conclusões da 3ª Sessão dos Encontros Ecológicos de Dijon (França), que teve a participação de cerca de 100 especialistas de sete países europeus. Essa degradação, segundo os participantes do encontro, é consequência da incoerência das políticas de exploração de recursos, que se preocupam geralmente com os benefícios econômicos imediatos, esquecendo-se do dano ecológico que podem provocar. A conclusão do encontro foi a de que é preciso privilegiar a vida, respeitar as minorias e administrar o conjunto dos recursos naturais com consciência e responsabilidade, sem ceder ao puro egoísmo financeiro.

Condenados à morte Aproximadamente 20 malasianos foram condenados à morte por enforcamento (e executados) nos últimos três meses, sob o temido Estatuto de Segurança Interna em vigor na Malásia, severamente anticomunista. A alegação foi a posse ilegal de armas, segundo informou o boletim da Anistia Internacional. O governo da Malásia reiniciou as execuções em março do ano passado, depois de suprimi-las durante onze anos. Cerca de 50 pessoas estão na prisão de Pudu esperando o cumprimento da sentença de condenação à morte.

Sabotagem Grupos de esquerda guatemaltecos, não-identificados, efetuaram, segundo a versão oficial, ações de sabotagem na primeira quinzena de abril nos campos petrolíferos de Rubensanto e Chisec, no departamento nortista de Alta Verapaz, explorados atualmente pela companhia francesa *Alf Aquitaine*.

A partir de 1978, grande parte do território guatemalteco foi cedido em concessão a firmas estrangeiras para a exploração petrolífera, por um período de 25 anos.

Petróleo Uns 60% do petróleo existente no mundo como reserva comprovada encontram-se em território de países em desenvolvimento, que também concentram 45% das reservas de gás, de acordo com informações do geólogo norte-americano Michel Halbouty. O geólogo afirmou que ainda falta descobrir no planeta uma quantidade de óleo cru e gás natural equivalente ao que já foi identificado até agora.

Bombas Foram colocadas seis bombas sob carros de personalidades militares dos Estados Unidos na base norte-americana situada em Atenas, Grécia. Primeiro explodiram duas delas e mais tarde outras duas, causando sérios prejuízos nos veículos. As duas restantes foram desativadas por peritos. A organização clandestina autodenominada "Esquerda Revolucionária" assumiu a responsabilidade do atentado.

Financiamento O Banco Islâmico para o Desenvolvimento deu um financiamento de 5 milhões de dólares à Guiné-Bissau para importação de petróleo do Senegal. Outros financiamentos feitos à ex-colônia portuguesa incluem um projeto agroindustrial e importação de sementes.

Fosfato O Ministro iraquiano da Indústria e Minerais, Tahir Tawfic, inaugurou as instalações da mina de fosfatos de Akkashat, a oeste do país. A mina, cujo custo é de 1.200 milhões de dólares, incluirá um complexo de fertilizante e faz parte de um programa de projetos econômicos e de serviços no valor de 1.700 milhões de dólares que o Iraque pôs recentemente em funcionamento.

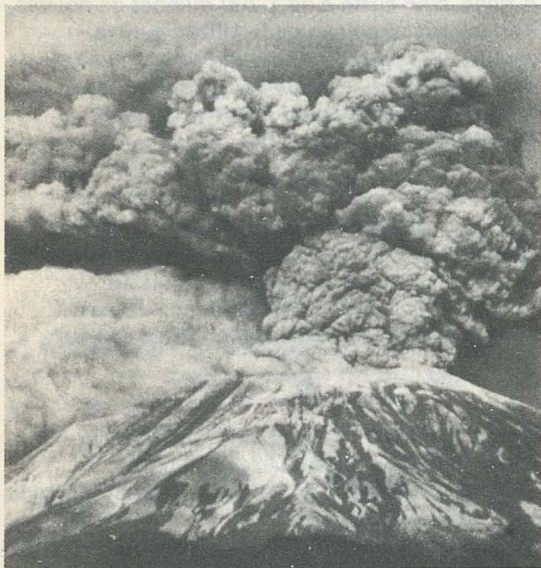
Armas A Primeira-Ministra da Índia, Indira Gandhi, criticou os anunciados fornecimentos de armas norte-americanas para o Paquistão. Advertiu, inclusive, da possibilidade de essas armas poderem ser utilizadas contra o seu país.

Ajuda militar O governo francês decidiu enviar ao regime de Numeiry, do Sudão, um grande volume de armamentos que compreende peças de artilharia pesada de 155 milímetros, metralhadoras, helicópteros e outros equipamentos militares. O semanário francês *Le Point* divulgou que o governo de seu país está treinando oficiais sudaneses a fim de prepará-los para uma guerra de agressão contra o povo do Chade.



A França está ajudando militarmente o governo do Sudão. Mitterrand poderá mudar a decisão

Eleições Eleições gerais em Honduras serão realizadas no próximo dia 29 de novembro. A entrega do poder, atualmente nas mãos das Forças Armadas, às autoridades eleitas, foi marcada para 27 de janeiro de 1982. A decisão foi tomada pela Assembléia Nacional Constituinte ao aprovar vários artigos da nova lei eleitoral. Resta saber se essas eleições serão uma verdadeira instância democrática, ou, ao que tudo indica por enquanto, ficarão reduzidas a uma farsa, sem garantias para os verdadeiros representantes do povo hondurenho.



Cerca de 90% dos desastres naturais acontecem no Terceiro Mundo

Tribunal Um representante do Tribunal Chicano*, solicitou aos governos do México e Estados Unidos que denunciem e investiguem os abusos cometidos pelo serviço de imigração norte-americano contra imigrantes mexicanos. Em uma conferência de imprensa realizada em Washington, Herman Baca afirmou: "O assunto da imigração não é outra coisa senão a escravidão do século XX, devido à escalada de violência e às violações dos direitos humanos, civis e constitucionais."

* Chicano — designação dada aos mexicano-norte-americanos e seus descendentes.

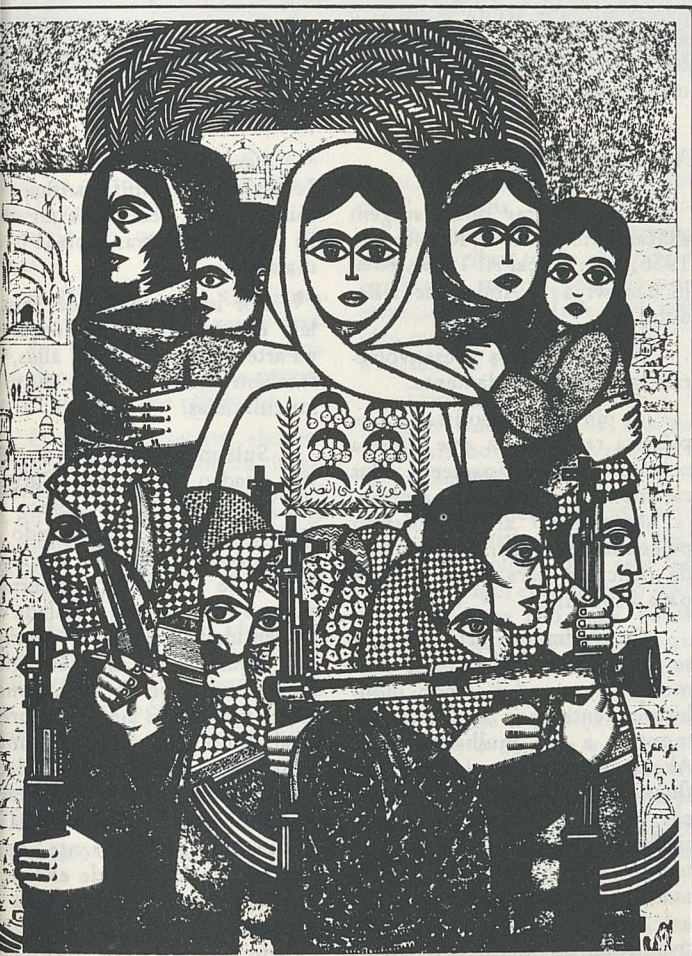
Desastres naturais Segundo informe do especialista britânico Frank Long, cerca de 90% dos desastres naturais se produzem em países do Terceiro Mundo. Devido à carência de recursos econômicos e tecnologia apropriada, esses desastres constituem um importante obstáculo e um fator desestabilizador para o processo de desenvolvimento. Investigações sérias demonstraram que, no período de 1947-1973, os países com rendas inferiores a 400 dólares per cápita registraram 250 desastres. Aqueles com rendas de 400 a 800 dólares tiveram algo mais de 100 e os países com rendas superiores a 900 dólares registraram somente 25 desastres naturais. Ou seja, o homem já adquiriu o conhecimento para dominar a natureza, porém são poucos os países que possuem os recursos para instrumentalizar as obras necessárias.

Religiosos A atividade crescente de grupos religiosos pagos pelos Estados Unidos para provocar as organizações populares e tentar dividir o governo nicaraguense e as comunidades cristãs foi denunciada por religiosos norte-americanos. O Comitê Ecumênico dos Estados Unidos, com sede no México, afirmou que a ação desses grupos faz parte de uma nova técnica intervencionista dos EUA na Nicarágua, de cunho ideológico, depois que foram reconhecidas as suas intervenções econômicas.

Lixo Nuclear Um carregamento de 172 toneladas de lixo nuclear a bordo de um navio da marinha mercante grega permaneceu no porto do Emirato de Sharjah, — que faz parte dos Emiratos Árabes Unidos (EAU) — no golfo Árábico desde princípios de novembro do ano passado até 18 de fevereiro de 81, antes de retornar a águas internacionais, informaram as autoridades de Sharjah e a Interpol. O lixo nuclear, registrado no diário de bordo como um carregamento de inseticidas, ao que se supõe, ia ser enterrado secretamente no interior do desértico Emirato. Porém, a tripulação desapareceu misteriosamente e as operações de descarga não chegaram a ser realizadas.

A pintura palestina

Uma busca pelo reencontro, pela afirmação e pela possibilidade de viver em paz numa pátria livre. A arte como símbolo da nacionalidade e do inconformismo



Cada povo possui os seus próprios modos de expressão literária e artística ligados às condições materiais e espirituais da sua vida.

Na época em que o povo árabe palestino vivia tranquilamente na sua terra, a sua produção literária e artística ia buscar fontes de inspiração no passado e nas suas tradições. As suas artes (a poesia, as canções, os contos, a arquitetura e a pintura) foram moldados no decorrer dos séculos por uma longa história.

Em 1948, porém, como já é conhecido, a vida dos palestinos foi profundamente abalada, sendo a maior parte deste povo brutalmente arrancada da sua terra-mãe e dispersada pelo mundo árabe.

Apesar da perda da sua personalidade nacional independente e das tentativas feitas, entre 1948 e 1967 para lhe negarem todo o caráter específico, o povo palestino preservou, no sofrimento e no exílio, a sua identidade cultural. Porém, a nova realidade produziu uma mudança ao nível dos seus modos de expressão: a produção literária e artística passa a caracterizar-se, então, por uma visão profundamente trágica, mas não desesperada, da vida.

A pintura palestina, como expressão da arte árabe, de que faz parte, é o reflexo da sua identidade cultural e política e espelho da realidade do seu povo.

As influências

Assim, a revolução palestina tem exercido grande influência

em toda a cultura progressista árabe.

As três fontes mais importantes que influenciaram a Arte Árabe contemporânea progressista foram:

1) *A arte tradicional* — As velhas pinturas árabes tradicionais e populares foram sempre realistas e com um caráter revolucionário.

As pinturas vendidas nos bazares (mercados) representam, em geral, a luta do antigo herói árabe contra os indivíduos que violavam as regras religiosas, os valores da vida do povo.

Esta arte popular encontra-se por toda parte, nas ruas, nos bazares, em todo o mundo árabe. E não é correto designá-la como arte *naïve* (ingênua), pois ela possui todos os ingredientes da arte clássica árabe, sendo a escrita uma parte integrante.

A escrita, na arte árabe e palestina, sempre teve um papel importante. Ela foi integrada na arquitetura, devido à beleza da sua forma.

A escrita árabe começou com um estilo realista, com uma forma clara e forte.

Assim é, que o povo ainda hoje, muitas vezes, nas mesquitas, senta-se defronte das paredes para ler os versículos do Alcorão e o faz com facilidade, pois foram escritos em época muito antiga, nos primórdios do Islamismo.

Mais tarde, no período clássico da Civilização Árabe, quando ela se encontrava no seu auge, começa a tornar-se abstrata. Na verdade, tem uma lindíssima forma e decoração, mas é indecifrável, porque não tem como objetivo o conteúdo, mas a mensagem estética.

Atualmente, a escrita possui novamente uma forma realista pois passou a ter uma função di-

dática, contribuindo para o desenvolvimento da consciência política do povo. Deste modo, ela surge nos cartazes, nos desenhos murais, em muitas pinturas, exatamente porque tem a missão de alcançar um largo público e não apenas o público de galeria.

2) A segunda fonte é o movimento moderno realista dos anos sessenta, que corresponde, no Egito, à resistência, no tempo de Nasser, na luta da nacionalização do Canal de Suez e, no resto do mundo árabe, aos movimentos de libertação e de independência do colonialismo e neocolonialismo.

3) Outra fonte é, precisamente, o drama palestino, que nestes últimos trinta anos, tem marcado a cultura moderna árabe, cujo conteúdo é, essencialmente, político.

A arte palestina

As primeiras obras surgem exatamente após a Revolta de 1936, com Faïçal Al Taher, Khalil Badawiya e Abderrazeka Badran.

Vários estilos desenvolveram-se, então, rapidamente.

A pintura simbolista, a arte plástica realista e a arte clássica oriental sempre aparecem. Mas raramente encontramos a pintura abstrata. O artista plástico palestino quer fazer alguma coisa de concreto para o seu povo e para a sua luta.

O movimento artístico que se tem desenvolvido nestes últimos trinta anos é marcado, indubitavelmente, por Ismail Shammout e a sua mulher, Taman Akab, que têm exercido uma influência decisiva nas artes plásticas árabes. Há uma constante simbólica nas suas obras — o tempo — representado pelo *passado, presente e futuro* que, afinal, não são mais do que, respectivamente, as *raízes*, o *combate*

e a *esperança* de um povo luta.

As raízes

Para afirmação de uma identidade, a descoberta das raízes é uma tarefa importante. Impõe-se ao pintor palestino descrever um passado que esclareça o presente.

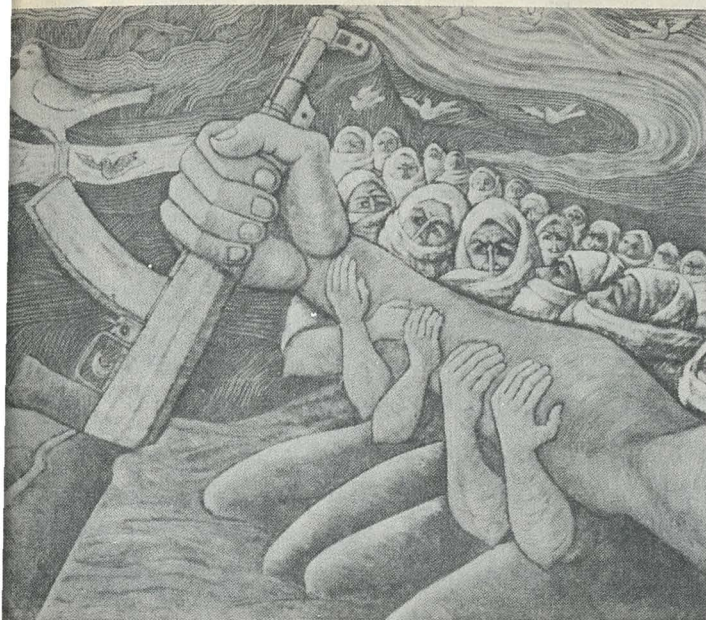
A cidade de Jerusalém, imagens tradicionais, a ambientação e o modo de vida palestino desempenharam um papel essencial. Para o crente, Jerusalém é ao mesmo tempo santuário muçulmano, cristão e judeu. Com a anexação desta cidade, o palestino não é atingido na sua fé.

Para o árabe, Jerusalém é a maior cidade da sua civilização que foi ocupada por forças estrangeiras. O palestino é atingido na sua "arabidade".

Para o homem da Palestina, Jerusalém é a capital antiga e familiar à qual deixou de ter acesso e de administrar, pois já não tem mais sua.

Por isso, o tema de Jerusalém é particularmente frequente na arte palestina, como, aliás, também em muitas pinturas muçulmanas.

Suleiman Mansour, no célebre quadro *Carry On* ("Carregar"), apresenta um velho, de traje camponês, carregando costas com o apoio de cordas, fardo de Jerusalém encerrado numa forma ovóide e afilada nas extremidades, fazendo lembrar um olho. O chão e o céu, igualmente em tons de azul, constituem um fundo neutro sobre o qual sobressai a cor castanha com reflexos dourados da cidade. Ela é representada, precisamente, por abóbadas e telhados. Aliás, a estilização está ausente no quadro. O realismo de execução contrasta com a simbologia conjunta, sublinhando a humanidade do drama de Jerusalém.



Nas telas palestinas há sempre uma esperança de vitória

Nota-se que a exaltação de Jerusalém na pintura palestina não se baseia na paixão religiosa, ao contrário do que se passa em Israel.

O Islamismo e o Cristianismo não transparecem senão através dos seus monumentos arquitetônicos. É neles que se encontram os símbolos religiosos.

O quarto crescente, elemento do calendário islâmico, largamente difundido como símbolo da unidade árabe, ou a cruz cristã, estão ausentes nas pinturas da cidade, para que todos os crentes reconheçam.

Abdul Rahman Muzayyin pintou também uma tela que denominou "Libertai Jerusalém", em que uma pomba, em grande plano, pisando as balas do inimigo, traduz o regresso à paz nesta cidade, simbolizada pelo Santo Sepulcro.

O regresso e a mulher

As imagens de Jerusalém apontam para o tema do desejo e regressar à pátria.

o. 34 — junho — 1981

No quadro de Ismail Shammout, intitulado "Nós Voltaremos", homens, mulheres e crianças abandonam a cidade ocupada, mas um velho, sob o olhar dolorosamente interrogador de uma criança, olha a cidade com infinita mágoa mas com a decisão e a certeza de voltar.

Mais frequente ainda é a imagem tradicional da mulher, como símbolo da maternidade e da fertilidade.

Na verdade, enquanto a revolução palestina exalta a libertação da mulher, pois esta tem tido um papel eminente no combate, o artista não nega, contudo, a tradição árabe-islâmica que a representa exclusivamente como mãe. Esta preocupação da aliança entre a tradição e a modernidade é comum ao pintor e ao escritor. A mulher ocupa um lugar de destaque na pintura palestina, como componente ou como assunto principal dos quadros.

Vejamos em Ismail Shammout como surge a mulher:

Ela enverga uma túnica típica da Palestina e junto dela estão o homem, o qual empunha um ramo de oliveira — expressão de paz — e seus filhos. Um deles, com o punho no ar, exalta o combate conduzido pela resistência, até a vitória e a paz.

Também em Shammout, no quadro denominado "Palestina, a boa Terra", em tons de castanho e azul, quatro mulheres carregam à cabeça grandes cestos de flores. Eles são, na verdade, o símbolo da fertilidade da terra.

Mustafá Hallaj tem por motivo único uma mulher, da qual se vê apenas a cabeça e o busto, envergando um vestido tipicamente palestino. Dominado pelas cores vermelha e verde, este quadro põe em relevo os bordados do vestido, que são particularizados na parte inferior do quadro.

Os motivos bordados, característicos da túnica palestina, constituem um signo distintivo, porque evocam explicitamente a Palestina. Assim, a mulher, envergando o traje típico, é uma imagem querida para os pintores palestinos, porque testemunha a sua identidade.

O modo de vida e o combate

A importância do modo de vida é capital para recordação das raízes. Contrastando com o exílio ou a ocupação presente, o seu passado parece idílico. Recordar o passado é dar justificação ao seu direito de regresso.

O quadro "A Ceifa" de Suleiman Mansour, na Palestina ocupada, é representativo deste tema. Esta evocação da prosperidade ligada à fertilidade da terra é uma das constantes da arte palestina.



A arte revela as marcas das lutas travadas não só no campo de batalha, mas sobretudo no dia-a-dia de um povo sem pátria

O Combate para um palestino é o ambiente de guerra em que vive há trinta anos. A guerra tem um aspecto militar que conduz, consequentemente, a uma "economia de guerra" e, naturalmente, a uma "cultura de guerra". Tal é o caso da cultura palestina, cujas consequências são muito sensíveis na pintura.

Consequências de forma, primeiramente na escolha de um realismo figurativo: a maior parte dos pintores palestinos, para exprimirem, da maneira mais chocante possível, a realidade coletiva do conflito, escolheram a figuração que, em pintura, tem uma leitura mais acessível. E mesmo aqueles que estão mais inclinados a um código de tipo surrealista ou a um código de tipo abstrato, como Hallaj ou Tawfik Abdul Al, ficam ligados, no entanto, a um compromisso fundamental e submetem-se às suas exigências.

Consequências de fundo são as que estão, aliás, na origem das precedentes. Militante, o pintor dedica-se à sua causa e, assim,

prefere o geral ao particular, o coletivo ao individual.

Nota-se que certos temas estão praticamente ausentes. Por exemplo: não se encontram naturezas mortas na pintura palestina. Frutos e flores apenas aparecem para exaltar a fertilidade da terra. E isto já acontece mesmo nos desenhos das crianças, a partir dos 10 anos. Os animais presentes são utilizados como símbolos, como o cavalo ou a pomba da paz.

Mais significativo é ainda o papel particular do retrato. Além de um Yasser Arafat de Mohammed Shaer, evidentemente com intenções militantes, e várias mulheres trajando roupas tradicionais, quase nenhum pintor se dedica ao gênero.

De uma maneira geral, o pintor consagra-se à luta, ao combate. Os ataques do inimigo e a prisão são também temas escolhidos. Um quadro de Tawfik Abdul Al, dominado por um amarelo luminoso, evoca a prisão pela presença de um círculo com

grades. Perto dessa clarabóia, um homem e um cavalo parecem esperar dias melhores. Essa composição, intitulada "Cavalo aprisionado" pode estar ligada, pelo seu estilo, ao pós-cubismo da escola de Paris e difere, sensivelmente, das obras já citadas.

Burhan Karkutli representa, numa pintura, o ataque feito pelas tropas fascistas do Líbano em Al-Qarantina, distrito de Beirute, em 1976.

Outro tema adotado pelos pintores palestinos é a paz. Em Jamal Afaghani, ela surge da vitória.

Em preto e branco, o artista desenha uma personagem que se ergue, progressivamente (sucessão de bustos cada vez mais retos) para ficar, finalmente, em posição vertical, empunhando a palma da vitória e a chama que ilumina o céu.

Shammout evoca, também a paz, ilustrando-a com a seguinte legenda: "Os nossos mártires dão nascimento à geração da vitória".

CINEMA

O festival de Pesaro

□ O Festival de cinema de Pesaro (Itália), que se realiza todos os anos, organizado por Lino Míliche, com a colaboração de organismos culturais italianos, permite há muito tempo, o encontro dos realizadores do nosso continente, difícil às vezes de se concretizar na América. Este ano se realizará de 02 a 19 de junho e será dedicado à América Latina.

Será feita a retrospectiva dos anos 70 do cinema brasileiro. Filmes de Nelson Pereira dos Santos, Geraldo Sarno, Zelito Vianna, entre outros, serão reexibidos.

Alberto Graça, que apresentará seu filme "Memórias do medo", que ainda não estreou no Brasil, explica: "Pesaro vai ser muito importante pelo seguinte: o cinema brasileiro está em crise e, como toda crise, é um passo para a transformação. No meio dela será muito importante repensar o cinema brasileiro da década de 70. Esses anos são de grande significado: produzimos dentro de dificuldades de censura muito grandes, depois houve a abertura. São os anos das produções mais autorais. Pesaro vai nos dar oportunidade de discutir esse cinema e o debate com os diretores vai ser importante, já que pode apontar caminhos

para a crise que estamos vivendo. Aqui não estamos encontrando saídas."

"Memórias do medo"

Através de uma jornalista que pesquisa a História, Alberto Graça em "Memórias do medo" narra a interrogação da geração que perdeu o país em 64 e quase duas décadas depois o retomou. Como retomar e repensar o país. O quê fazer? Graça diz: "É um filme sobre minha geração. Uma análise sobre nós que fomos surpreendidos ainda na adolescência pelo golpe de 64 e que hoje estamos, de uma forma ou de outra, envolvidos com a atual política nacional."

O filme é uma produção de 1979/80, realizado sem nenhum tipo de censura e com total apoio da Embrafilme (Empresa Brasileira de Filmes).

"Creio que temos que recorrer a fórmulas novas. Devemos fazer respeitar as leis de proteção ao cinema nacional, que não são cumpridas. Eu já começo a encontrar algumas dificuldades na Embrafilme para lançar 'Memórias do medo'. Talvez tenha chegado o momento de acabar com a Embrafilme e criar uma solução alternativa. Repensar as alternativas. Para nós, Pesaro é importante já que nos ajudará a encontrar um caminho comum que enfrente a atual crise do cinema brasileiro." (Maria Gobelli).

**Gabriel García Márquez
volta à literatura**

□ Depois de vários anos de silêncio literário, durante os quais continuou escrevendo solitariamente contos e novelas, publicando apenas trabalhos jornalísticos, Gabriel García Márquez, o "Gabo", como é conhecido popularmente, lança um romance ("Crônica de uma morte anunciada") quebrando a promessa de só retornar à literatura depois da queda do ditador chileno, Augusto Pinochet. García Márquez não resistiu aos apelos repetidos e unânimes da oposição chilena que não desejava que Pinochet pudesse dizer um dia: "Silencieí García Márquez".

Atualmente no México, depois de sair apressadamente da Colômbia por ter informações de que seria preso (o governo iria alegar a sua simpatia e participação nas atividades do M-19), Gabo pode ser considerado hoje um dos

intelectuais de mais sucesso no mundo literário: pela primeira vez, se lança uma obra no Ocidente com uma tiragem de 1 milhão e 50 mil exemplares. E essa enorme quantidade, editada pela Editora La Oveja Negra de Bogotá, não constitui toda a edição inicial em espanhol. A Bruguera na Espanha, e a Sudamericana, na Argentina, fizeram as suas próprias edições.

García Márquez, escritor-jornalista, afirma que pela primeira vez conseguiu uma integração perfeita entre jornalismo e literatura. A ação da "Crônica de uma morte anunciada" se passa na costa atlântica da Colômbia, nos arredores de Macondo, um povoado onde Gabo viveu alguns meses depois de ter acontecido o crime que serve de argumento ao livro. O estilo é de romance policial, mas sem suspense: desde o início García Márquez apresenta os protagonistas do crime e, em seguida, vai montando a história como numa grande reportagem, mas com uma riqueza de detalhes e descrições que o transformam em romance.

1.º SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE DEFESA E PELO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

(1.º SIDDA)

Por iniciativa da Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA — fundada em 1967), e com os copatrocinios do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro e de *cadernos do terceiro mundo*, será promovida na cidade do Rio de Janeiro, em outubro do corrente ano, estando previstas as datas de 16, 17 e 18 (sexta, sábado e domingo), a realização do 1º Simpósio Internacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (1º SIDDA).

Objetivos gerais

1. Fundamentar, científica e politicamente, um *Projeto para a Amazônia* que atenda:
 - a) ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político, pacífico e harmonioso da Região Amazônica;
 - b) às carências e ao bem-estar das populações que nela habitam;
 - c) ao respeito às condições do meio ambiente.
2. Conscientizar, mobilizar e organizar os povos dos países amazônicos na defesa dos princípios acima definidos.

Objetivos específicos

1. Combater a presença de empresas, notadamente das transnacionais, que interferem negativamente na política dos países amazônicos, exploram a Região e seus habitantes e degradam as condições ambientais.
2. Propor uma política racional de exploração mineral que promova uma industrialização em benefício dos países amazônicos e dos trabalhadores da Região.
3. Sugerir as pesquisas que permitam a elaboração de um programa florestal para a Amazônia. Denunciar os planos e as atividades da sua atual exploração, predatória e antinacional.
4. Analisar a questão da terra da Amazônia e pugnar por soluções economicamente corretas e socialmente progressistas.
5. Denunciar as injustiças e as condições infra-humanas a que estão submetidos as populações indígenas e os habitantes em geral, da Amazônia.
6. Analisar criticamente as doutrinas e documentos referentes à Amazônia, com o devido acatamento das soberanias nacionais.

Para maiores informações, contatar:

Correspondência: 1º SIDDA

Clube de Engenharia — DSE
Av. Rio Branco, 124 — 18º andar
Rio de Janeiro (RJ) — Brasil
CEP 20042

Pessoalmente ou por telefone:

ABI — DAC
Rua Araújo Porto Alegre, 71 — 10º andar
Rio de Janeiro — RJ
Telefone: 262-9822, ramais 9 e 15, das 14 às 19 horas,
diariamente,
ou
CNDDA
Av. 13 de Maio, 13 — 12º andar — Gr. 1201
Telefone: 240-7037, às terças-feiras, depois das 18 horas.



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola

ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 • Luanda
telex 3148 3260



TAAZ

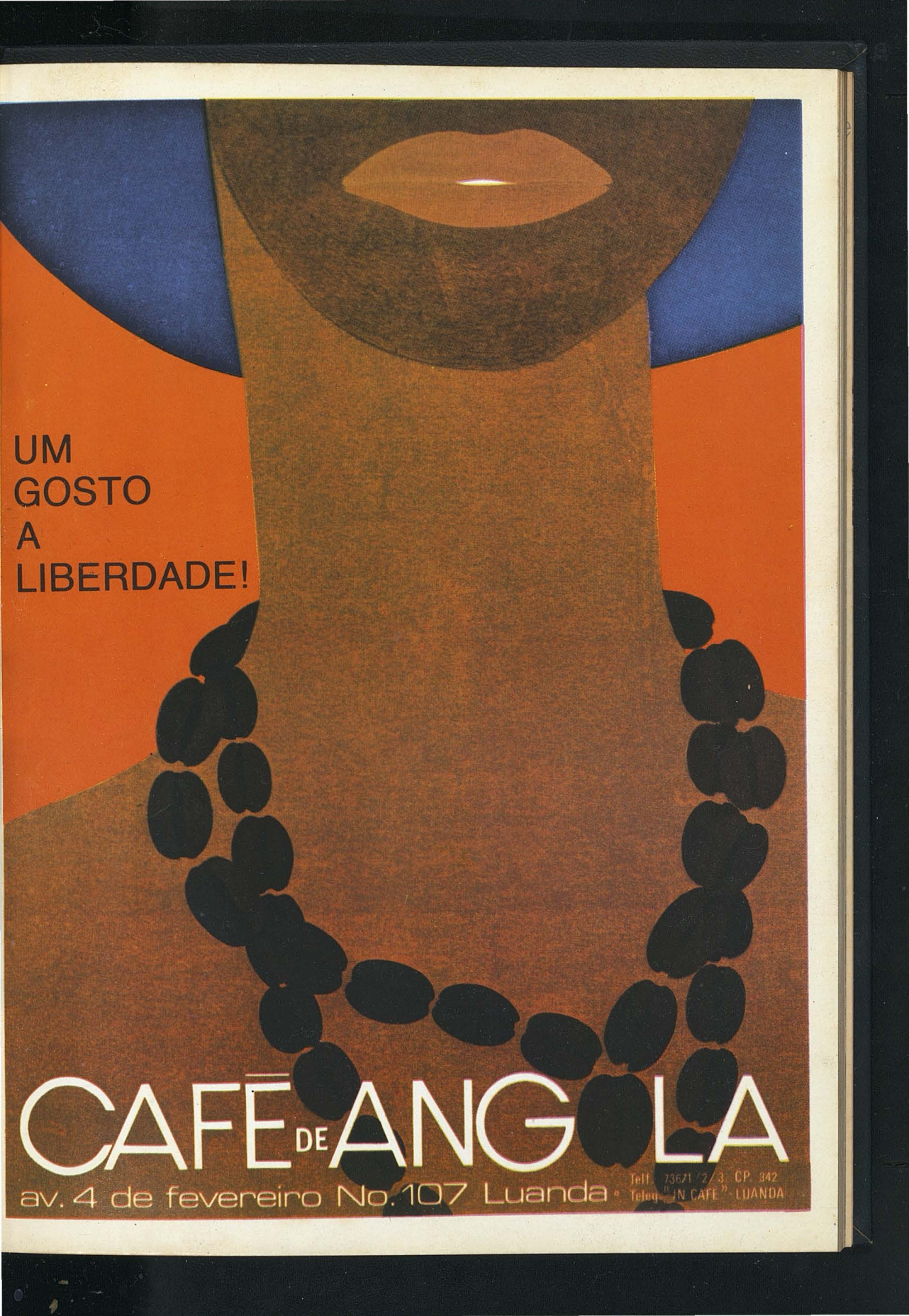
HORÁRIO INTERNACIONAL

EM VIGOR ATÉ 31/10/81

DIAS	VÔOS	H. PART.	PERCURSO	H. CHEG.	AVIÃO/CL
SEGUNDA					
1	DT520	07:30	LUANDA-BRAZZAVILLE	08:30	B737/Y (d)
2	DT521	09:15	BRAZZAVILLE-LUANDA	10:15	B737/Y
3	DT510	17:30	LUANDA-SÃO TOMÉ	18:20	B737/Y
4	DT620	21:30	LUANDA-PARIS	06:45 (b)	B707/F-Y (e)
5	DT511	19:05	SÃO TOMÉ-LUANDA	21:55	B737/Y
TERÇA					
1	DT650	01:05	LUANDA-LISBOA	08:40	B707/F-Y
2	DT700 (c)	02:00	LUANDA-SAL-HAVANA	13:10	B707/Y (f)
3	DT621	21:45 (a)	PARIS-LUANDA	05:00	B707/F-Y
4	DT583	08:00	LUANDA-LUSAKA-MAPUTO	14:45	B737/Y
5	DT651	12:00	LISBOA-LUANDA	19:35	B707/F-Y
6	DT584	16:15	MAPUTO-LUSAKA-LUANDA	21:00	B737/Y
QUINTA					
1	DT510	17:30	LUANDA-SÃO TOMÉ	18:20	B737/Y
2	DT511	19:05	SÃO TOMÉ-LUANDA	21:55	B737/Y
SEXTA					
1	DT701 (c)	08:00 (a)	HAVANA-LUANDA	05:10	B707/Y
2	DT520	07:30	LUANDA-BRAZZAVILLE	08:30	B737/Y
3	DT521	09:15	BRAZZAVILLE-LUANDA	10:15	B737/Y
SÁBADO					
1	DT650	01:05	LUANDA-LISBOA	08:40	B707/F-Y
2	DT651	12:00	LISBOA-LUANDA	19:35	B707/F-Y
DOMINGO					
1	DT670	00:30	LUANDA-ROMA	09:00	B707/F-Y
2	DT540 (c)	07:30	LUANDA-KINSHASA	08:30	B737/Y
3	DT541 (c)	09:15	KINSHASA-LUANDA	10:15	B737/Y
4	DT671	11:00	ROMA-LUANDA	17:30	B707/F-Y

NOTA: - (a) Dia anterior; (b) Dia seguinte; (c) Voo quinzenal; (d) Boeing 737, classe turística; (e) Boeing 707, classe turística e primeira; (f) Boeing 707, classe turística.

Asas de Angola rumo ao progresso



UM
GOSTO
A
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda

Tel. 73671 / 2/3. CP. 342
Teleq. "IN CAFE" - LUANDA

**“Na CIMANGOLA
trabalhamos pela
nossa independência
econômica e
pela da África”**



Desta empresa, uma das maiores do continente, 90% das exportações vão para a Nigéria, Congo, Madagascar, Gabão e, em breve, para a Líbia.

CIMANGOLA - U.E.M.
ex-SECIL DO Ultramar

Avenida 4 de Fevereiro nº 42 - 2º andar •
Tel.: 71190 • Luanda
Fábrica: Estrada do Cacucaco • Tel.: 71100
Telex 3142 - CIMENTO AN • C.P. 2532

